



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIO CESAR DOS SANTOS NASCIMENTO

TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE CARUARU (PE) NO
CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA FEIRA DA SULANCA:
LABUTAS E (RES)SIGNIFICAÇÃO (1980-2015)

João Pessoa - PB

2023

JULIO CESAR DOS SANTOS NASCIMENTO

**TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE CARUARU (PE) NO
CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA FEIRA DA SULANCA:
LABUTAS E (RES)SIGNIFICAÇÃO (1980-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-
UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

Área de concentração: História e Cultura Histórica

Linha de pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa -PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244t Nascimento, Julio Cesar dos Santos.

Trabalhadoras e trabalhadores de Caruaru (PE) no contexto de desenvolvimento da feira da sulanca : labutas e (res)significação (1980-2015) / Julio Cesar dos Santos Nascimento. - João Pessoa, 2023.
150 f. : il.

Orientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História social - Trabalho. 2. Feira da sulanca - Caruaru. 3. Feira da sulanca - Trabalhadores. 4. Feira da Sulanca - Condições trabalhistas. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro Barros. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.1:331(043)

**TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE CARUARU (PE) NO
CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA FEIRA DA SULANCA:
LABUTAS E (RES)SIGNIFICAÇÃO (1980-2015)**

JULIO CESAR DOS SANTOS NASCIMENTO

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
em 09 de outubro de 2023.

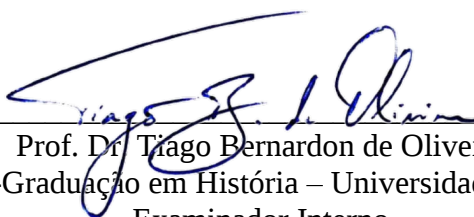
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora



Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

*Depois fazer renascer, estilo parto
Eu me refaço, fato, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a benção vem a mim, reparto
Invado cela, sala, quarto
Rodeio o globo, hoje 'tô certo
De que todo mundo é um
E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós (...)*

(EMICIDA, 2019. Canção Principia)

Sou fruto de afetos, (dis)sabores e desafios. Compartilho aqui um pouco desses sentimentos com aqueles e aquelas que me fortaleceram ao longo da construção desta Dissertação. Pois raras foram as noites tranquilas durante o período 2021-2023. Contudo, superei cada dificuldade com o apoio, palavras e gestos dos meus companheiros e companheiras nessa jornada de pesquisa.

Assim, registro, com lágrimas nos olhos, a mais profunda gratidão que uma pessoa pode carregar aos meus pais, irmãos, namorada, amigos e professores.

Nesse caminho, o apoio financeiro, o cuidado e a dedicação do meu pai, José Monteiro, foram fundamentais para conclusão dessa pesquisa. Sua trajetória de vida, suas batalhas vencidas, sua luta na infância contra a fome e os males do capitalismo me inspiram a batalhar por um mundo mais justo.

Em igual sintonia, o amor, a preocupação e a luta diária de minha mãe para que eu estudasse foram a base do que sou hoje. Aê, Dona Esmeralda, espero sempre lhe honrar e trazer orgulho.

Foram nos momentos de dificuldade que encontrei em meus irmãos uma sustentação necessária para continuar seguindo minha trajetória. Assim, obrigado, Gustavo, Pedro e Danilo. Registro meu obrigado à dádiva da minha vida que é meu sobrinho Yslan Gabriel.

Agradeço à Esteffanny, minha companheira, por todo o amor, paciência, carinho e palavras de incentivo. Foram duros anos, porém foi a leveza do seu ser que me capacitou a entregar esse trabalho.

Registro meus agradecimentos à Profa. Dr. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, que, com suas orientações, indicações e recomendações, me possibilitou chegar até esse momento. Adquiri ao longo desses anos uma profunda admiração por seu trabalho e pelo senso humanista que muito me inspira.

Agradeço ao pessoal do GEPEHTO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho, da UFPB, pelas contribuições. Em especial ao Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira.

Também ao professor Roberto Verás de Oliveira, por sua leitura atenta e crítica pontual. Suas palavras são um norte para mim.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), expresso minha profunda gratidão pelo consentimento de bolsa permanência de seis meses. Essa bolsa foi de extrema importância para a manutenção da minha pesquisa e da minha sobrevivência durante o período mais difícil da pandemia da COVID-19.

Aproveito esta oportunidade para agradecer alguns bons amigos, Bernardino Neto, Erivaldo, Fred Santiago, Jefferson, André Jr., Thales Silva, Veridiano Santos, Daniel Silva e Fábio Morato (in memoriam), e peço desculpas caso esqueça de citar alguém.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Esmeralda dos Santos Nascimento, e ao meu pai, José Monteiro do Nascimento Filho. Também dedico aos trabalhadores e trabalhadoras que resistiram e resistem a partir da feira da Sulanca.

RESUMO

Na cidade de Caruaru, no interior de Pernambuco, concentra-se uma das maiores feiras do Brasil, chamada de *Sulanca*. Este espaço comercial tem uma formação que nos intriga, pois a feira faz parte de uma larga cadeia produtiva desencadeada a partir de alguns processos ocorridos ao longo da segunda metade do século XX, como a implementação de uma nova atividade econômica, a costura e produção de confecções como complemento da renda agrícola, e, posteriormente, como atividade substitutiva das atividades agrárias. Situada na já consolidada área de história social do trabalho, esta Dissertação tem por objetivo demonstrar como se formou a *Sulanca*, no município de Caruaru, no Agreste Pernambucano, entre os anos 1980 a 2015, e como essa feira está ligada a um outro empreendimento comercial, aqui chamada de “feira tradicional”, que ocorre semanalmente e tem sua existência datada desde meados do final do século XVIII. Essa análise busca compreender como a *Sulanca* interligou outras feiras e cidades com o passar do tempo. Buscaremos também demonstrar como os feirantes produzem suas mercadorias e sobre quais condições trabalhistas foram submetidos, a fim de ampliar os olhares sob a *Sulanca*, sobretudo no que se refere a processos de exploração do trabalho.

Palavras-chave: Caruaru; feira; *Sulanca*; Trabalhadores,

ABSTRACT

In the city of Caruaru, in the interior of Pernambuco, there is one of the largest fairs in Brazil, called Sulanca. This commercial space has a formation that intrigues us, as this fair is part of a large production chain triggered by some processes that occurred throughout the second half of the 20th century, such as the implementation of a new economic activity, sewing and production of clothing as a complement to agricultural income, and, later, as a substitute for agricultural activities. Located in the already consolidated area of social history of work, this Dissertation aims to demonstrate how Sulanca was formed, in the municipality of Caruaru, in Agreste Pernambucano, in the years 1980 to 2015, and how this fair is linked to another commercial enterprise that Here we will call it a “traditional fair”, which takes place weekly and has existed since the mid-to late 18th century, in the search to understand how Sulanca connects other fairs and cities over time. We will also seek to demonstrate how stallholders produce their goods and what labor conditions they were subjected to, in order to broaden our perspective on Sulanca, especially placing it in a process of labor and exploitation.

Keywords: Caruaru; Sulanca; Work; Market.

Lista Tabelas

1. Habitantes de Caruaru em números através dos anos.....	36
2. Crescimento populacional ao longo das décadas.	38
3. População urbana e população rural em Caruaru.	38
4. Fiéis da Paróquia de Caruaru que nasceram em outra cidade.	40
5. Crescimento Populacional, nacional, regional e municipal.	106
6. PIB. Das cidades do Polo.....	106
7. Custo de mão de obra (US\$/HORA) em países que se destacam na produção do vestuário.	109

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Linha férrea de Pernambuco em 1898.	35
Imagem 2: Panfleto boxwell & cia.	36
Imagem 3: Caruaru em dia de feira 1950.	36
Imagem 4: Locais de nascimento dos fiéis.	40
Imagem 5: Festa do comércio.	44
Imagem 6: Matéria do Diário de Pernambuco Bastante Desorganizada a feira de Caruaru.	52
Imagem 7: Mulheres feirantes.	57
Imagem 8: Manchete: Calçadas de Caruaru transformadas em lojas comerciais.	59
Imagem 9: Mapa da feira de Caruaru.	64
Imagem 10: Pequena confecção em 1980 em Santa Cruz do Capibaribe.	101
Imagem 11: Parque das feiras de Toritama.	112
Imagem 12: Polo Comercial de Caruaru.	112
Imagem 13: Sulanca no início dos anos 2000.	113
Imagem 14: Novo setor: Feira da Fundac.	115
Imagem 15: Reconfiguração da feira da Sulanca.	116
Imagem 16: Sulanca em dia chuvoso.	116
Imagem 17: A Sulanca é dos sulanqueiros.	135
Imagem 18: Dona Marina.	142

Sumário

Introdução	12
Modelo e teoria: conceitos e aportes para o estudo dos trabalhadores que compõem a Sulanca	20
1 A gestação e suas antíteses: espaço urbano e feira(s)	32
1.1 Geografias do Agreste pernambucano: Caruaru, um polo econômico	34
1.2 Caruaru, um núcleo urbano entre a pecuária e o comércio	42
1.3 A feira tradicional “de tudo que há no mundo”: de ponto turístico às disputas internas	45
1.4 O mundo rural e urbano em interações e contradições: retalhos costurados	65
2 Debates, resgates e contexto	75
2.1 O capitalismo brasileiro: intérpretes do (sub)desenvolvimento	75
2.2 Desigualdades Regionais	84
3. Experiências e labutas, conflitos e conquistas	101
3.1 Tecendo um polo de confecções: sua formação e características	110
3.2 “EU QUERIA TER MEU DINHEIRO”: As trajetórias de Bárbara e Marcos na produção e comercialização da Sulanca.	124
3.3 Os conflitos na trajetória de Marcos e Bárbara: problemas na produção e na feira da Sulanca	130
3.4 “A gente nasce sabendo a trabalhar na terra”, porém, a necessidade empurra outras experiências: O Galego e a Sulanca	134
3.5 “Não foi fácil, não vou mentir para você”: mãe e filha, labutas pela sobrevivência	145
Considerações Finais	154
Referências	157

Cidade grande
Chaminé de gasolina
Foi minha sina
Nos teus braços vir parar
Tua grandeza
Me levou a um delírio
Feito um colírio
Clareando o meu olhar
Cidade grande
Paraíso da loucura
Quem te procura
Feito eu vim te procurar
Sofre um bocado
Pra entender o teu mistério
Falando sério
Foi difícil acostumar
Teu movimento
Eu comparei a um formigueiro
De tão ligeiro
Comecei a imaginar
Meu Deus do céu
Como é que a felicidade
Nessa cidade
Acha um espaço pra morar
Minha tristeza
Rejeitou tua alegria
Num belo dia
Quando eu pude perceber
Que o progresso
É que faz do teu dinheiro
Um cativoiro
Onde se mata pra viver
Quando eu olhei
A água preta do teu rio
Um calafrio me subiu ao coração

(Cidade grande, Flávio José)

Introdução

As cidades são objetos de intrigas, desejos e experiências. É sobre elas que os cancioneiros dedicam canções e escritores, como Ítalo Calvino, lhe dedicam textos. Assim como Calvino se dedicou a descrever as *Cidades Invisíveis*, a música *Cidade Grande*, cantada por Petrúcio Amorim, também identifica que a cidade tem cheiro de ilusão.

Perceber o que está invisível, ou as ilusões da cidade, faz parte do ofício do historiador e é dessa maneira que buscamos compreender quais são as ilusões de Caruaru, o que não está visível, a partir de um olhar voltado para as dinâmicas do trabalho e das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras da feira da Sulanca.

Em linhas gerais a Sulanca é uma feira itinerante que produz e comercializa produtos do ramo das confecções como calças, camisas, cobertas e shorts. O comércio de Sulanca, como é conhecida essa produção, vai constituindo no Agreste Pernambucano o polo de confecções que exporta essa produção para o território nacional e para o mercado internacional de roupas. As peças da Sulanca são conhecidas por seu preço baixo, sustentado por uma cadeia produtiva assentada na superexploração da força de trabalho identificada a partir do caráter fracionário da produção em unidades produtivas informais.

Esta feira popular é apontada como símbolo da modernidade, da riqueza e do trabalho. E é um marco identitário de Caruaru. Assim, nosso esforço nessa introdução é apontar aos leitores e leitoras os caminhos que constituímos para desvendar as ilusões sobre essa feira. O nosso estudo faz parte de uma compreensão do município de Caruaru e do Brasil a partir das relações e experiências de trabalho nas quais os feirantes foram inseridos ao longo da segunda metade do século XX, período de mudanças significativas nas relações de trabalho, pois nos países periféricos do sistema capitalista, como no caso do Brasil, iremos identificar forte flexibilização do trabalho através do aumento da informalidade. Se é comum pensarmos a segunda metade do século XX no Brasil a partir das formas de trabalho fabril, pensando a fábrica como espaço de trabalho formal, aqui, na discussão que nos propomos a fazer, estabelecemos para o(a) leitor(a) a possibilidade de perceber a fábrica na produção de confecções no Agreste

Pernambucano como uma síntese dessa labuta precarizada e com forte elementos de subcontratações, ao ponto de o trabalhador não saber para onde vai e para quem produz.

Esta pesquisa nasceu por duas razões. A primeira, por uma preocupação nossa em contribuir com os estudos sobre a cidade de Caruaru, isso porque parte da produção literária desse município foi produzida a partir de memorialistas que deixaram marcado suas impressões sobre esse município. Ressaltamos que essas produções anteriores possuem uma importância impar na preservação da memória e da história municipal. Já a produção historiográfica em Caruaru ainda vem sendo desenvolvida aos poucos e gostaríamos de, assim como os memorialistas, deixar nossas contribuições. A segunda razão é mais intimista: residimos em Caruaru e sabemos qual é o impacto da feira da Sulanca no cotidiano da cidade e em suas dinâmicas. Ao frequentar ela desde muito cedo para comprar roupas e calçados com meus familiares, sentíamos que aquele era o espaço dos menos abastados consumirem. Porém à época não tínhamos a compreensão do porquê eram baratos os produtos, tampouco entendíamos como a Sulanca tem um lado mascarado e oculto sobre as condições de trabalho pelas quais os feirantes estavam submetidos: muitos ocupam não só a função de feirante, mas de trabalhador fabril, pois produzem em suas casas aquilo que comercializam, transformando seus lares em pequenas fábricas.

O que sempre tivemos foram indícios da exploração, quando, por exemplo, um colega de sala no período escolar chegava cansado por fazer serão (hora extra) nas fábricas, ou melhor, na casa-fábrica que residia, ou faltava para trabalhar na feira. Pessoas tão próximas fatigadas pela labuta com baixa remuneração. Assim, essas lembranças nos motivaram a compreender a feira da Sulanca, ensejando demonstrar que sua formação está aliada às mudanças no mundo trabalho.

Para conduzirmos essa pesquisa, nos orientamos a partir das contribuições da história social do trabalho, pois, com o aporte dessa perspectiva, entendemos que é possível termos uma ampla compreensão do nosso objeto de pesquisa. Isso porque essa é uma área já consolidada que nos possibilita fazer um estudo com propriedade sobre as experiências dos trabalhadores e das trabalhadoras, uma vez que a história social e história social do trabalho trilharam e pavimentaram uma ampliação de temas de pesquisas em história, bem como ampliaram as fontes que auxiliam o trabalho do historiador.

Esse caminho permitiu um avanço em direção a novas abordagens, assim como novas descobertas e amplitude em temas como o do escravismo no Brasil, o cotidiano no modo de produção capitalista, a inserção de trabalhadores imigrantes estrangeiros, as formas de disciplinarização dos trabalhadores, as formações de entidades classistas e as formas de resistência da classe trabalhadora entre os finais do século XIX e século XX.

A produção historiográfica brasileira passou por essa experiência em função do acúmulo de discussões já realizadas no Brasil, como nos colocam Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009). Essa influência parte também de um acúmulo da historiografia internacional, pois é a partir dos anos 1980 que veremos não só a ampliação de debates, mas a utilização de novas fontes que permitiram essa ampliação. Na França, por exemplo, com a produção dos *Annales*, vimos que do início dos anos 20 do século XX até os anos 80 aconteceu a aproximação entre as outras Ciências Humanas e a História, assim como o agenciamento dessa escola a uma abertura a novas fontes, para além de um escopo documental restrito ao “oficial”, governamental.

A defesa de uma História que fosse multidisciplinar e que se utilizasse de novas fontes ocasionou uma forte influência sobre novos historiadores. Do outro lado do Canal da Mancha, veremos, a partir dos historiadores britânicos, uma série de pesquisas que vão também ter forte impacto e influência na historiografia mundial. A corrente marxista inglesa, com historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, Raymond Williams entre outros, trouxe perspectivas bastante renovadoras e agregadoras, ao nosso ver, para a História.

A chamada história social inglesa impactou de forma indelével a produção de História no Brasil, nesse processo de revisitação sobre o passado e novos questionamentos. Além da inserção de novas fontes e novos questionamentos, a história social apresentou a preocupação em inserir novos personagens, que eram excluídos do que aqui chamaremos de história tradicional. Dessa forma, ao inserir o sujeito comum, o trabalhador e a trabalhadora, a história social amplia o debate fugindo das narrativas tradicionais de história dos grandes vultos e grandes feitos, para perceber as experiências dos homens e mulheres comuns, do camponês ao trabalhador urbano.

A história social se configura, conforme aponta Silvia Petersen, como uma forma analítica sobre o passado. Em seu artigo *Repensar a história do trabalho* (2016), ela nos alerta para uma confusão a respeito a princípio do que se chama história social e

história social do trabalho. A autora argumenta que é lugar comum pensar ambas como se uma fosse um campo derivativo da outra. E que não é difícil de encontrar pesquisas que se denominam da história social e da história social do trabalho, mas quando nos deparamos com a leitura dessas pesquisas elas não ultrapassam as barreiras de uma história tradicional. Interessante que, ao definir a história social, Petersen já traz consigo o elemento fundamental da análise marxista e da história social, que é a ligação entre um todo e suas partes constituintes, que podem ser exemplificadas aqui na relação e experiência dos indivíduos em um modo de produção. Observemos abaixo:

O surgimento da História Social como uma nova perspectiva de análise está ligado à insatisfação de muitos historiadores do século XIX com a história rankeana e sua ênfase na política e nos grandes homens. Um dos críticos mais veementes desse tipo de história foi o alemão Karl Lamprecht, que já então clamava por uma “história coletiva”. Suas críticas fracassaram, mas prosseguiram em outros países, como nos Estados Unidos e França. Na França, nos anos 20 é conhecido o movimento dos Annales conduzido por Marc Bloch e Lucien Febvre contra a História Política e assumindo a concepção de que tudo é História, nela incluídas as camadas populares. Nos anos 60, foi a vez dos historiadores marxistas britânicos, entre os quais Edward Thompson, Eric Hobsbawm e Raphael Samuel, fazerem avançar esta perspectiva de análise histórica que, no seu perfil mais definido, incorpora entre outras: as perspectivas da história de baixo para cima; o contexto e da totalidade como um todo significativo e articulado; a cientificidade do conhecimento sem perder de vista as relações entre sujeito e estrutura, teórico e empírico, a ruptura com as aparências com que a realidade se oferece ao observador e a perspectiva do tempo como um processo (PETERSEN, 2016, p. 15).

A autora irá complementar da seguinte forma:

Se observamos, parece que em muitos casos há uma espécie de apropriação da “História social” mais como um rótulo do que como uma perspectiva de análise. Para isto, basta ver quantos PPG's em História possuem como área de concentração “História Social” e quão pouco esta denominação é uma diretiva para a organização de suas linhas de pesquisa, currículos, teses e dissertações.

A perspectiva abrangente da História Social e suas raízes na história da gente comum, daqueles que aparentemente estavam à margem dos acontecimentos, tornam fácil entender que dela se aproximassem os historiadores do trabalho, constituindo a História Social do Trabalho. Apesar desta haver recebido uma inegável influência das perspectivas temáticas teóricas e analíticas da História Social, há também ambiguidades quando se pretende definir o que é, afinal, uma História Social do Trabalho (PETERSEN, 2016, p. 16).

As ambiguidades que Silvia Petersen cita acima fazem parte da confusão feita de que a história social do trabalho seria um campo específico da história social. No entanto ela

evoca uma fala de Hobsbawm, pela qual o historiador questiona a própria noção de “história social” e nos elucida como devemos vê-la. Petersen nos chama a atenção para percebermos como as relações sociais entre as pessoas e as formas como elas vivem não estão apartadas das relações materiais e das relações de produção. A partir de Hobsbawm, a autora nos aponta então para sua o uso do termo “história da sociedade” ao invés de “história social”, sublinhando que essa forma última de se chamar é como se populariza para se distinguir da história tradicional:

O título do conhecido artigo de Hobsbawm “Da história social à história da sociedade” expressa a necessidade de que não se faça da História Social uma especialidade, um ramo particular da História, mas uma história total e voltada para a síntese, como uma macro-história, tendo por perspectiva toda história da sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento. Apesar da advertência de Hobsbawm e devido também às tendências parceladoras, centrífugas, que assaltaram nas últimas décadas o conhecimento histórico, ainda é comum que a História Social apareça como uma especialidade tal como história econômica, história política, história cultural, história da mulher, etc. (PETERSEN, 2016, p. 17).

A história social do trabalho, perspectiva que adotamos para análise do nosso objeto de pesquisa, tem por recorte perceber as relações dos indivíduos e suas relações no mundo do trabalho. Essa perspectiva de análise passa por um processo de amadurecimento dos anos 1950 através da história social, do qual acreditamos que traz algumas mudanças em relação às outras correntes historiográficas. Essas mudanças passam do deslocamento das estruturas econômicas na História para uma análise que busca perceber os sujeitos na história. Portanto não é a história das estruturas, mas como os sujeitos dentro dela fazem sua história. Trata-se de inserção de novos personagens à narrativa historiográfica, possibilitando que as ações desses sujeitos sejam passíveis de compreensão histórica.

Esta inserção é possível pelas fontes que vão sendo garimpadas pelos historiadores sociais e pelas possibilidades de questionamentos que elas abrem. Panfletos, cartas, inquéritos policiais, processos judiciais, registros de batismo, imprensa operária, entrevistas, dentre outras fontes, ajudam a inserir o trabalhador até então invisibilizado na História. Articulado sobre a história social, Hobsbawm (2013, p. 122) acentua que uma das preocupações do historiador e da historiadora social é pensar os fenômenos como consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão das

mudanças intelectuais e culturais. Mas antes disso é preciso perceber como as sociedades estão estruturadas em seu aspecto econômico, uma vez que ambas as coisas estão ligadas.

O autor debatidas pela história social, tais como: Demografia e parentesco; Estudos urbanos na medida em que estes incluíam o campo da história; Classes sociais e grupos sociais; A história das “mentalidades” ou consciência coletiva da “cultura” na acepção dos antropólogos; A transformação das sociedades (por exemplo, modernização ou industrialização); Movimentos sociais e fenômenos de protesto social.

Tais temáticas colocadas por Hobsbawm foram elencadas na década de 70 com o campo ainda em processo de consolidação e que terá nos anos 80 um “boom” de produção e ampliação temática e de questões de investigação, sobretudo com as contribuições da história social inglesa e os estudos de Edward Palmer Thompson sobre a cultura, folclore e a formação da classe trabalhadora na Inglaterra.

No Brasil a história social irá receber essas influências e se desenvolver, sobretudo, a partir dos anos 1980. Mas já se tinha em décadas anteriores, nos anos 50 e 60, um certo amadurecimento de questionamentos, sobretudo nas Ciências Sociais, que desembocará na história social do trabalho no Brasil, como demonstram Chalhoub e Silva (2010), ao pensarem no enriquecimento desse campo nas últimas décadas, e os esforços para superar o chamado paradigma das ausências¹.

Primordialmente, o que se nota no caso da inserção dos novos sujeitos e novos debates na historiografia brasileira é que esta produção parte de um processo de amadurecimento das pesquisas, sobretudo no campo das Ciências Sociais, ao retomarem temáticas como a escravidão a partir de uma perspectiva que fugia de leituras que compreendiam o escravizado enquanto uma “coisa” – e não como um sujeito – em relação à estrutura em que eles viviam, e que por isso não construiriam organizações ou mecanismos sofisticados de revoltas, como se fossem sujeitos passivos dentro de uma estrutura de dominação total e violência.

¹ O “paradigma das ausências” é uma referência às discussões de E.P Thompson a respeito da ausência das experiências nas análises estruturalistas e como essas ausências deixam de perceber os indivíduos como construtores de suas próprias histórias, mesmo em condições não escolhidas por eles. No caso brasileiro, as Ciências Sociais e demais produções intelectuais frequentemente deixaram ausente os trabalhadores e suas experiências ao longo da história do Brasil, especialmente no período anterior a 1888, ou seja, as experiências de escravizados como sujeitos da história.

É com uma revisitação a temáticas como a escravidão de forma crítica que perceberemos o sujeito escravizado construindo suas próprias formas de luta e de resistência, utilizando-se inclusive de brechas jurídicas da legislação imperial para retardar a abolição contra a ordem estabelecida:

Nessa perspectiva, para estabilizar ou procrastinar a escravidão, a legislação escravista da segunda metade do século XIX abriu brechas para que escravos obtivessem a liberdade por via judicial à revelia da vontade senhorial. Ao fim e ao cabo, esse tipo de aproximação concebe o Estado escravista não como sujeito unívoco ou demiurgo da nação, mas vazado por contradições que permitem a escravos e libertos lutar por objetivos próprios e conquistar direitos.

Além disso, focalizam-se as estratégias de atuação dos trabalhadores negros a partir de suas experiências e concepções políticas historicamente específicas. Assim, havia padrões coletivos de percepção e ação política na atitude de escravos que, para confrontar seus senhores, cometiam crimes e entregavam-se à polícia nas últimas décadas da escravidão. Eles sabiam que parte essencial do processo de desmantelamento da escravidão consistia em submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei, e por isso aprenderam a solapar a autoridade senhorial colocando-se sob a guarda do poder público, ainda que fosse na condição de réus em processos criminais. (CHALHOUB e SILVA, 2010, p. 24)

Ainda segundo Chalhoub e Silva (2010, p. 25), o estabelecimento de uma prática historiográfica chamada pelos autores de “muro de Berlim historiográfico”, o ano de 1888, em linhas gerais explica alguns limites da história social do trabalho que ocorreram por causa de uma rígida divisão na história do trabalho no Brasil entre escravidão e o trabalho “livre”. Por causa desse marco temporal tomado quase como “evidente”, as pesquisas sobre a história social do trabalho, em um primeiro momento, se voltaram para as formas de organização de classe e resistência operária na Primeira República através dos estudos sobre os sindicatos e o movimento anarquista, por exemplo, deixando de perceber as raízes históricas dessas lutas e formas de solidariedade em períodos anteriores a 1888.

Mas se a história social esbarrou em certos limites, no contexto dos anos 1980 ofertou também muitas possibilidades de pesquisas, temáticas e revisitações ao passado, além de uma abertura maior proporcionada por novas fontes à medida em que elas eram garimpadas e interrogadas².

² As produções de Sidney Chalhoub, por exemplo, utilizam as notícias crimes e os inquéritos policiais como fontes, o que não tinham sido exploradas por outros autores à época. Cf. CHALHOUB, Sidney.

A abertura de temáticas e a evolução das possibilidades de trato metodológico com as fontes nos aproximam da história social justamente por nos oferecer possibilidades de abordagens em relação ao nosso objeto de pesquisa. Ou seja, pensá-lo dentro de um plano em que podemos articular as experiências dos trabalhadores da Sulanca, seu cotidiano, suas resistências e suas formas de atuação à medida em que estão situados dentro de uma estrutura econômica e a que a todo momento estão em relação com ela, numa relação dialética, que só pode ser percebida a partir do aporte teórico e do arsenal conceitual próprio da história social do trabalho, da sociologia do trabalho e do materialismo histórico e dialético, conforme discutiremos a seguir.

Modelo e teoria: conceitos e aportes para o estudo dos trabalhadores que compõem a Sulanca

Pensamos o fazer historiográfico enquanto ciência dentro da metáfora de um fazer artesanal, não ficcional, lastreado em uma série de elementos que nos possibilitam investigar o passado e suas relações com o presente. A História como a ciência dos homens no tempo é construída por mecanismos científicos que lhe diferenciam das demais ciências, sobretudo as ciências exatas. E por essa razão é que devemos, antes de compreender o objeto pesquisado e interrogado, articularmos algumas palavras sobre a lógica da História que vai nos auxiliar a dar concretude a nossa fala enquanto historiadores.

Se a História não é uma ciência “convencional”³, ela possui uma lógica que permite apreender o passado, não tal qual ele foi, mas interpretá-lo com o máximo de precisão possível. Ao pensar sobre essa lógica, o historiador E. P. Thompson (1981) nos oferece algumas colocações pertinentes, quando debateu sobre o status da História como uma ciência que a diferencia das demais áreas do conhecimento. O primeiro aspecto ressaltado por ele é sobre perceber a História como um campo sem laboratório, cujo material ou objeto não seria testável posto que é um saber dinâmico, que não se

Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2d. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

³ Por convencional, estamos pensando nas ciências exatas e seus métodos. De maneira nenhuma pretendemos rebaixar o estatuto científico do trabalho do historiador.

resume a leis gerais que lhe determinam, além de ser pautada em evidências que estão passíveis de sofrer e sofrem contingências diversas. Dessa forma, Thompson (1981, p. 49) afirma:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinados na medida do possível a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar instâncias auto confirmadoras (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro

Dessa forma, temos uma operação de três pontos fundamentais: primeiro, o objeto a ser interrogado (evidências), o conteúdo interrogado (a temática em relação com os conceitos pensados) e o interrogador que é a lógica histórica (procedimentos). Podemos pensar, segundo Thompson (1981, p. 54), que:

Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo direito de dizer que ela existe “lá fora”, na história real. É claro que não existe realmente, como um plasma que adere aos fatos, ou como um caroço invisível dentro da casca das aparências. O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa a causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é, não foi desconfirmado por evidências contrárias e que organiza com êxito ou “explica”, evidências até então inexplicáveis. Por isto é uma representação adequada (embora aproximativa) da sequência causal, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da disciplina histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado. Por isso essa noção existe simultaneamente como um conhecimento “verdadeiro” tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desses acontecimentos.

A preocupação da História consiste em uma operação que, como se percebe, segue etapas que lhes são próprias, e que ao levantar hipóteses sobre alguma formação social sobre o passado, conseguimos respondê-las com a base teórica coerente em relação com as evidências que temos em mãos.

Assim sendo, aos termos em nossa frente evidências sobre o passado da Sulanca como uma feira livre que se efetiva nos anos 80-90 do século XX no Agreste pernambucano, pensamos em alguns questionamentos que serão postos em constante diálogo com um escopo de conceitos e aporte teórico que podem nos ajudar a responder as perguntas que lançamos. Alguns dos questionamentos que nos guiarão são:

1. Como podemos situar a Feira da Sulanca em um contexto macro, ou seja, como podemos perceber a formação desse mercado livre e informal com o Brasil do mesmo período, e o que um pode nos informar sobre o outro?
2. Quais serão as mudanças na transição ou existência mútua do antes trabalhadores do campo em feirante?
3. De que forma se davam as relações entre poder público e os feirantes, e quais eram as relações dos próprios feirantes entre si?
4. Como são estabelecidas as trocas de mercadorias e como se dava a circulação de quem produzia e/ou vendia as peças produzidas?
5. Como era o cotidiano dos feirantes e quais elementos podemos considerar que são padrões que forjam a identidade desses feirantes?

A História, como aponta o Prost (2020), não é uma pesca com rede. O historiador não lança seu barco ao acaso na tentativa de apanhar alguns peixes, sejam eles quais forem. Dessa forma, a partir dos pontos elencados acima, buscamos, através de uma revisão bibliográfica a respeito da feira da Sulanca, perceber as transformações que possibilitaram a composição desse campo de negócios no interior pernambucano e pensá-lo em relação ao que acontecia no cenário nacional, na conjuntura que tem como pontos marcantes a ditadura militar e o processo de redemocratização do país. É sobre esse contexto que pensamos em perguntas “gerais” e buscamos respostas locais, como descreveu Levi (2014) sobre as particularidades da História.

É no diálogo entre o local e o nacional, por exemplo, que podemos perceber a dinâmica entre as estruturas materiais e a vida cotidiana dos indivíduos. Perceber a relação dos indivíduos dentro de uma estrutura de organização de produção é também notar como os sujeitos atuam em diversos espaços distintos, uma vez que o sujeito, ainda que dentro de uma estrutura, não é um autômato, mas uma figura dotada de concepções e ações próprias. Bernardon de Oliveira (2020), ao estabelecer em um artigo um debate que discute justamente a relação entre o objetivo (estrutura) e o subjetivo (sujeito) em uma tradição marxista influenciada por Thompson, comenta que:

Envolto à práxis que objetiva a emancipação humana, ou seja, de toda a humanidade, o materialismo histórico exige, como método de pesquisa, uma abordagem dialética entre as partes e o todo, melhor dizendo, uma abordagem

dialética que leve em conta as especificidades empíricas e suas relações com a totalidade sem cair no empiricismo tampouco na generalização. Apesar de poder soar como obviedade redundante, na realidade, isso constitui-se como o grande desafio colocado pela abordagem historiográfica materialista. De um lado, muitas tendências marxistas que se tornaram hegemônicas tenderam a desenvolver simplificações estruturais em que tudo se reduzia a uma abordagem economicista de um determinado modo de produção-compreendido os mecanismos da dinâmica da divisão social do trabalho, tudo se reduzia a manifestações culturais, políticas, jurídicas, militares de reforço dos laços sociais que mantinham as relações de exploração fundamentais. Assim, os elementos empíricos acabavam por “comprovar” algo demonstrável *a priori* pelos usos da teoria. (BERNARDON DE OLIVEIRA, 2020, p. 131-132)

Ao contrário da sobreposição da teoria à história, da qual os conceitos e a própria teoria revelariam a história, pensamos, como Thompson, que as evidências devem dialogar com a teoria para nos revelar a história, ou seja, trata-se de um processo observável e não determinado *a priori* pelos conceitos e aportes teóricos. Dessa forma, os debates sobre o conceito de classe social realizados por Thompson vão nessa direção.

As classes sociais não são elas elementos estanques definidos por si mesmos e pela estrutura social e econômica, mas é a ação dos indivíduos que, ao se perceberem dentro de determinada estrutura de divisão social, se organizam ou têm comportamentos que vão lhe identificando como pertencentes a determinada classe. É importante percebermos que nesse meio há uma dinâmica da classe que se faz por si mesma, e não como conceito prévio. A classe social pode ser vista de duas formas em Thompson, como categoria observável e como categoria heurística. A primeira tem um campo temporal onde podemos perceber as ações de classe, no caso de Thompson a partir de sua formação no século XVIII e XIX na Inglaterra, a partir das ações de sindicatos e organizações classistas. Já como categoria heurística seria uma forma de analisar e organizar evidências históricas com as quais sua ligação é muito escassa nessa perspectiva. Bernardon de Oliveira (2020, p. 131) enfatiza que:

Na concepção crítica do materialismo histórico de Marx e Engels e reivindicada por Thompson, as classes, como evidência histórica e como categoria heurística, são elas próprias forjadas pela luta de classes mesmo quando não tinham consciência, ou melhor, não viviam em condições de tornassem possível emergir a consciência de que formavam uma classe em sociedades de classes.

Exemplo de trabalho que atua com essa concepção de classe reivindicada por Thompson é a dissertação de mestrado de Sidney Chalhoub (2001), que logo se tornou um livro clássico da história social do trabalho brasileiro, ao analisar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Ao lidar com mais de 140 processos criminais, *Trabalho, lar e botequim* nos ajuda a pensar a classe de uma maneira dinâmica, através dos conflitos entre os trabalhadores negros livres e os imigrantes na luta por sua sobrevivência.

Os conflitos que Chalhoub irá mostrar em sua obra nos dão uma base de como perceber a classe trabalhadora em suas experiências e práticas, tornando-se efetivamente uma defesa dos conceitos/teorias de história e classe adotadas por Thompson. Desse modo, tomando por referência essas obras, pretendemos aqui desvendar o passado dos feirantes da Sulanca a partir de suas ações e experiências, que podem ser muito reveladoras, principalmente, da maneira como o capitalismo brasileiro se desenvolveu, especialmente em suas periferias. Podemos pensar então como foi estruturado o capitalismo brasileiro e sua correspondência com a formação da Sulanca a partir das experiências dos feirantes. Contudo é necessário que façamos antes uma apresentação dos debates travados sobre o capitalismo no Brasil.

Para que essa escrita seja possível buscamos trazer uma gama de fontes e evidências que possam nos auxiliar nessa reconstituição do passado. A respeito das fontes, Rousso (1996, p. 86) fala:

Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, "virtuais" (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) -, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica.

Para nossa pesquisa, as fontes serão o *Jornal Vanguarda* e seu acervo, no qual podemos ter acesso pessoalmente, mesmo com a dificuldade em relação ao período pandêmico, o que nos impossibilitou a consulta no primeiro ano de pesquisa. Esse jornal tem sido utilizado em pesquisas recentes sobre Caruaru, sua circulação inicial data do

início dos anos 30 do século XX, sua publicação era semanal ao longo da segunda metade do século XX. Algumas de suas páginas tinham algumas rasuras ou páginas rasgadas, muito embora o acervo esteja em um bom local e com boa conservação.

O *Vanguarda* discutia principalmente em suas publicações o cotidiano de Caruaru e era uma plataforma importante das elites comerciais, industriais e políticas do município. Muitas publicações deste periódico no período entre os anos 1960-1990 têm suas republicações no consolidado *Diário de Pernambuco*, jornal que apresentava um panorama geral do estado Pernambuco. No período que focamos, 1980-2015, temos algumas mudanças de direcionamento e posicionamentos, sobretudo no que diz respeito à política local. Uma das mudanças é a venda do jornal para a família Lyra, sendo está atualmente uma das famílias oligarcas de Caruaru.

Para o jornal *Diário de Pernambuco*, nos foi facilitado o acesso através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que é uma ferramenta interessantíssima para a pesquisa e que tem nos auxiliado bastante. Entretanto tivemos alguns cuidados com essa plataforma, pois ao mesmo tempo que é bom para os pesquisadores ter um acervo digital com as fontes todas digitalizadas, fazendo assim com que os historiadores tenham “a faca e o queijo na mão”, devemos ter em mente que essa fonte passa por um processo de rematerialização, que em linhas gerais é sua reprodução da cópia física para a digital. Além disso, a rematerialização envolve o desaparecimento parcial ou total de uma considerável gama de propriedades organolépticas (a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, a maciez, o som, o sabor etc.), que, de fato, podem ser determinantes na descrição de determinadas fontes históricas (BRASIL e NASCIMENTO, 2020). Não apenas na descrição, pois perde-se muito também no que tange à compreensão da fonte como um todo – suporte, dimensão, papel, qualidade da impressão etc.

O cuidado não está só na forma como essa fonte foi reproduzida, mas também como pesquisar através dessa plataforma, uma vez que ela nos fornece acesso ao jornal que precisamos através da busca por palavras-chave que podem diminuir o tempo de procura e preparação de uma serialização das fontes, se compararmos com os arquivos físicos, por exemplo. No entanto, a plataforma apresenta alguns limites que gostaríamos de apontar. Ao utilizarmos palavras-chave, podemos ser direcionados rapidamente ao objeto principal de nossa pesquisa; entretanto, ao sermos direcionados para uma página específica, nosso olhar também será. Desse modo é fundamental que nos perguntemos sobre o que está nas páginas anteriores da edição do jornal, de modo que possamos ter

mais propriedade em relação à fonte e possamos nos aprofundar no contexto em que esse vestígio foi produzido e o que ele nos diz sobre a conjuntura à época. Essa percepção felizmente já tem sido contemplada em alguns debates, mesmo que de maneira incipiente.

Ao tratar dos problemas das fontes digitalizadas, Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020) corroboram a nossa reflexão da seguinte forma:

Além disso, a lógica da pesquisa parece inverter-se, pois já deveríamos saber, em certo sentido, aquilo que desejaríamos encontrar. Ou seja, a própria escolha do termo de interesse ou das “palavras-chave” implica a existência de um conhecimento ou interpretação prévia daquilo que é possível de ser encontrado no(s) documento(s). Se considerarmos que tal busca seria apenas um momento inicial, para filtrarmos o que deve ou não ser analisado por uma leitura atenta, os problemas ainda assim persistem em no mínimo três aspectos. O primeiro é que a digitalização sempre pode comportar erros nos caracteres de documentos que não são nativamente digitais. Segundo a linguagem tem a incrível capacidade de nos permitir falar das coisas sem que necessariamente mencionemos o nome delas. Por fim, e não menos grave, o horizonte de possibilidades daquilo que sabemos que vamos encontrar sempre pode ser surpreendido por algo que sequer imaginávamos que poderia ser encontrado. (BRASIL e FERNANDES, 2020, p. 203)

A partir dessa ponderação acima, gostaríamos de colocar que experienciamos uma relação entre esses três aspectos citados pelos autores. Em dado momento utilizamos uma palavra-chave em uma década específica, e a plataforma nos direcionou a determinado ponto. Em outro momento utilizamos a mesma palavra, no mesmo recorte temporal e, tivemos um resultado diferente, pois se tinha achado algo relacionado a pergunta chave em um ano específico que antes não havia aparecido. Acreditamos que isso se deu em função do reconhecimento das palavras pelo programa utilizado pela hemeroteca digital. Esse exemplo nos mostra que devemos sempre estar atentos a esses quesitos ao trabalharmos com acervos digitais.

Além dessas fontes trabalhamos com outras, como fotografias, tanto as dispostas nos jornais descritos acima, como na Secretaria de Cultura de Caruaru, no dossiê do IPHAN (2006) e na fototeca da Fundação Joaquim Nabuco. Outras imagens utilizadas nesta Dissertação são de acervos pessoais dos trabalhadores, assim como os registros feitos durante a pesquisa de campo. Buscamos analisar as fotografias enquanto fonte de pesquisa histórica, de maneira com que esse documento nos permita ir além de uma simples ilustração em nosso trabalho. Compreendemos o caráter não neutro da

fotografia e como ela pode representar bem mais do que uma imagem aparente. Como Kossoy (2014) aponta, acreditamos que essas fotografias podem fornecer um painel amplo de informações visuais para a nossa melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos. Salienta o autor também que a história social, além de outros campos da História, tem a fotografia como um documento indispensável. Nuno Pinheiro (2011) nos ajuda a refletir sobre como a história social aborda a fotografia:

A História Social procura na fotografia o que esta pode dizer sobre a sociedade que a produziu, quer naquilo que está representado, quer na forma de o representar. A História da Fotografia interessa-se pela obra prima, pela grande obra do grande artista, tanto mais valiosa quanto mais única for (mesmo se uma das características da fotografia seja, geralmente, a sua reprodutibilidade). A História Social, pelo contrário, procura o comum, o estereótipo, já que é o que corresponde a uma prática mais generalizada. (PINHEIRO, 2011, p. 108)

Dessa forma, buscaremos nas fotografias identificar o processo de consolidação da Sulanca e, mais do que isso, identificar as pessoas e suas práticas, ou as suas ausências em determinadas fotos e o porquê de não serem representadas.

Para além dessas fontes descritas, iremos também trabalhar com a história oral, uma vez que ela nos permitirá ouvir e analisar as falas e ter a oportunidade de situar ainda mais aqueles e aquelas trabalhadores e trabalhadoras em sua dimensão histórica. Sobre a pertinência da história oral ao nosso objeto de pesquisa, ao estabelecer entrevistas e diálogos com os sulanqueiros que vivenciaram o desenvolvimento da feira da Sulanca entre as décadas de 80 e 90 do século XX e ao longo do início do século XXI, estamos compreendendo uma fase madura da história oral como caminho, com várias pesquisas realizadas e debates consolidados, especialmente por compreendermos que esse campo nos permite dar voz aos excluídos das narrativas históricas oficiais. Portanto, concordamos com Philippe Joutard (2000) quando ele destaca que um dos desafios da análise oral é ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono. Afirmo o mesmo autor que:

É através do oral que se pode aprender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (JOUTARD, 2000, p. 31).

A pertinência da história oral para nossos objetivos nos fará pensar em suas fragilidades ou limites, a exemplo da questão da memória. É comum que as pesquisas que trabalhem com a oralidade precisem fazer alguns discernimentos, pois, ao lidarmos com essa prática, lidamos diretamente com a memória que nem sempre representa o real, uma vez que a memória sobre o passado pode ser alterada em função do presente, fazendo com que mesmo alguns fatos possuem lacunas. Um outro risco que temos ciência e que evitamos é confundir a memória com a história, ou a redução da história à memória. A memória tem se constituído uma fonte insubstituível, especialmente para a história social do trabalho dos anos recentes, quando ainda é possível recorrer a testemunhos orais de contemporâneos dos acontecimentos pesquisados (PETERSEN, 2016). No entanto, a vontade de inserção de novos personagens pode limitar a produção do historiador à reprodução de memórias e biografias: se por um lado podemos, a partir de biografias, entender um contexto geral, essas mesmas, se analisadas de maneira equivocada ou meramente reprodutiva, podem ocasionar uma história das individualidades, apartada das sociedades. A respeito dessas problemáticas, Silvia Petersen (2016) nos contempla da seguinte maneira:

Assim, no entusiasmo legítimo de construir um conhecimento histórico mais próximo dos protagonistas, especialmente aqueles trabalhadores homens e mulheres que pouco deixaram de materiais escritos, muitos pesquisadores se tornam mais memorialistas do que historiadores. Este viés, que substitui a História pela memória, representa certamente um afastamento claro das perspectivas analíticas da História Social do Trabalho de que a construção de uma história científica parte da ruptura com a visão aparente que temos sobre a realidade e assim devemos estar atentos e revisar nosso uso deste tipo de fonte para não aumentar inadvertidamente um desvio que hoje é tão frequente.

Além dessas fontes descritas acima, nosso trabalho tem se apropriado de uma série de leituras e uma revisão bibliográfica que nos permite cada vez mais compreender nosso objeto de pesquisa e ajudar no processo de serialização das fontes, além de nos permitir confrontos interessantes entre as leituras que fazemos e as evidências que coletamos. Entre essas obras estão contribuições do campo da Geografia, como a obra *Muito além das feiras da Sulanca*, de Sonia Maria de Lira (2011), fruto de sua tese de doutoramento no PPGEIO-UFPE, assim como as contribuições da tese na área da Sociologia de Márcio Sá (2018), que tornou-se o livro *Filho das feiras* (2018), e que já amplia um debate realizado por ele em um livro anterior, *Feirantes*, publicado em 2011.

Outras obras que utilizamos em nossa pesquisa remetem a discussões já realizadas a respeito do que aqui chamo de “feira tradicional”⁴. E ainda no campo da História, destacamos a monografia *Da Agropecuária a Sulanca: um estudo sobre a mudança econômica na comunidade de Serrote dos Bois – 4º Distrito de Caruaru – PE*, entregue ao curso de Especialização em História do Brasil no ano de 2015, e escrita por Filipe José da Silva. Essa monografia nos auxiliou a perceber a mudança que vai passar a ocorrer na feira, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, quando os agricultores de Caruaru vão deixando o trabalho no campo para produzir confecções para a Sulanca. É sobre esses documentos e trabalhos que buscaremos dialogar e entender sobre a formação da Sulanca e da atuação de seus trabalhadores nas páginas que se seguirão abaixo.

O nosso trabalho se divide em três capítulos. O primeiro terá por objetivo demonstrar um panorama geral de Caruaru a partir da “Feira Tradicional”, assim como também buscamos compreender o Brasil a partir da feira. No primeiro capítulo, intitulado “*Gestação e suas antíteses: espaço urbano e feira(s)*”, por gestação, entendemos o processo de formação da feira e seu desenvolvimento, desse modo, situamos onde Caruaru fica, por que sua posição geográfica lhe beneficiou no passado e no presente e como seu núcleo urbano foi sendo desenvolvido, acompanhando o índice de crescimento da população urbana no país. Ainda neste capítulo discutimos as disputas sobre o espaço da feira tradicional entre as elites comerciais do município e os feirantes. Também demonstramos como era o cotidiano da feira e seus problemas internos, como falta de estrutura e a falta de segurança, que foram tratadas como justificativa para significativas mudanças ao longo das décadas, como seu deslocamento. Esse prelúdio nos permite entender sobre qual estrutura a feira da Sulanca irá se estabelecer em Caruaru e como se beneficiará dessa estrutura comercial existente antes de seu surgimento.

No segundo capítulo, “*Debates, resgates e contexto*”, tentamos resgatar alguns teóricos e debates empreendidos ao longo dos anos 80 que tratam das formas de trabalho nas regiões periféricas do capitalismo. Sendo assim, buscamos verificar a Sulanca como parte do processo de expansão do capitalismo brasileiro e fruto da divisão

⁴ A “Feira Tradicional” se formou no século XVIII. Conhecida por outros públicos do Brasil através da música *A Feira de Caruaru*, cantada por Luiz Gonzaga, essa feira tem por característica inicial a comercialização de produtos como ervas medicinais, frutas, hortaliças, carnes e animais. Um nome popular que se atribui à “feira tradicional” é “Feira Grande”.

inter-regional do trabalho. Dessa forma, iremos demonstrar que a Sulanca não é uma formação espontânea fruto apenas de espíritos empreendedores, mas parte constituinte de um processo de expansão capitalista e integração das regiões do país a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, recorreremos à leitura e resgate dos debates empreendidos por Francisco de Oliveira, no intuito de perceber as mudanças e dinâmicas do trabalho na história do Nordeste de modo a nos jogar uma luz sobre o processo da formação da Sulanca a partir de conceitos de região e desenvolvimento desigual e combinando.

Em nosso terceiro capítulo, intitulado “*Experiências e lutas, conflitos e conquistas*”, analisamos como em Caruaru foi estabelecida a feira de Caruaru e como os trabalhadores e trabalhadoras foram se inserido dentro da Sulanca, buscando perceber o conjunto de experiências históricas dos sulanqueiros e sulanqueiras, assim como também iremos demonstrar o conjunto de experiências que os sujeitos que produzem para a Sulanca passam. Dessa forma, nesse capítulo iremos mostrar como funciona a feira, mas também a produção, na tentativa de revisitar as formas de exploração e condições de trabalho desses indivíduos que compõe a feira. Para esse fim, utilizaremos das noções de “classe” e “experiência” de Thompson (1981), cruzando esses conceitos com nossas fontes e relatos orais, tanto coletado por nós quanto identificado em documentários. Essas fontes, aliadas aos relatórios e dados do SEBRAE, serão fundamentais no desenvolvimento desse capítulo bem como na verificação da dependência do trabalho superexplorado para sustentação da feira e da produção das confecções.

1 A gestação da Sulanca e suas antíteses: espaço urbano e feira(s)

Ao analisarmos a Sulanca, precisamos perceber que sua gestação se dá na ligação entre o mundo rural e o mundo urbano, a princípio em três municípios da mesma região do Agreste pernambucano: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Focaremos *a priori* em Caruaru, recorrendo às duas outras cidades para fins de consolidação da análise e justiça com a própria história da feira.

Também precisamos ressaltar que a tão famosa feira de Caruaru não é sinônimo de Sulanca, apesar desta última surgir dentro da primeira. Em linhas gerais, atualmente se compreende por Sulanca uma feira voltada para a produção e confecção de camisas, shorts e outras peças do vestuário bem como outros produtos ligados à cadeia têxtil. Esta feira está nos três municípios citados acima e insere-se no que nas últimas décadas tem se convencionado chamar de Polo de Confecções do Agreste, que compreende toda a produção confeccionista feita na região do Agreste Pernambucano, não se limitando às três cidades. A fabricação de peças de vestuário em geral ocorre em larga escala, de tal modo que as peças produzidas não são limitadas apenas à venda no ciclo semanal da feira da Sulanca, que, como já foi dito, ocorre em Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

As peças produzidas nessa região alimentam o mercado interno nacional de vestuário, com destaque para o jeans, que tem uma larga produção e que emprega centenas de milhares de pessoas em empregos formais e, sobretudo, informais em várias escalas de produção, que vão desde a produção fabril aos chamados “fabricos”, pequenas fábricas, geralmente construídas em garagens ou galpões. E são produzidas também em “facções”, unidades produtivas familiares, cuja produção é realizada nas próprias casas dos proprietários ou trabalhadores, ou quaisquer ambientes e espaços que possam alocar pessoas e máquinas de costura. Há também fábricas de maior porte, algumas das quais iniciaram como fabricos. Nas facções, até onde pudemos apurar, a persistência é de trabalho informal, sem direitos trabalhistas, e por consequência, sem

nenhuma seguridade, pois não possuem carteira assinada. Entretanto percebemos exceções, sobretudo nos fabricos mais estáveis, conforme discutiremos adiante.

O que favorece muito a lógica da informalidade na produção é o caráter fracionário no setor produtivo de confecções. A produção de uma peça de roupa pode passar atualmente por diversas etapas, em alguns casos atinge uma dezena de etapas, que vão desde quem concebe o modelo da roupa (*design*), quem vai recortar o molde, quem lida com a costura, acabamentos, finalização e revisão da peça, etc. É comum que essas etapas sejam realizadas a partir de uma fábrica que terceiriza algumas, ou todas, através de diferentes facções, cada uma especializada em uma etapa determinada ou atendendo a uma necessidade específica do fabricante.

A produção descrita brevemente acima antecede a comercialização na Feira da Sulanca, a distribuição e venda no mercado nacional. No seio da própria Sulanca existe muito trabalho informal, que vai desde o feirante que comercializa as peças; os chamados carroceiros que são pagos para transportar peças de roupas, manequins e outros produtos na feira; os feirantes propriamente ditos; e quem compra os produtos, geralmente comerciantes que vêm de fora dos municípios e revendem as peças; além dos ambulantes, que vendem produtos como cuecas, shorts e meias, por exemplo.

Cabe-nos aqui colocar o questionamento sobre como toda essa estrutura foi concebida e em qual contexto. É o que abordaremos a seguir.

1.1 Geografias do Agreste pernambucano: Caruaru, um polo econômico

Como colocamos, a feira da Sulanca está intimamente ligada a três municípios, Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Em sua formação, no caso de Caruaru, a feira da Sulanca estava incorporada em seus primórdios à tradicional feira do município. Nos anos 1950 em diante, já tinha um tamanho consideravelmente grande, ocupando as principais ruas da cidade, alcançando certa fama nacional, conhecida por ter “tudo que há no mundo”, como em verso da canção *Feira de Caruaru*, gravada por Luiz Gonzaga em 1957.

A feira da Sulanca de Caruaru nasceu dentro dessa tradicional feira, sendo comum muitos entenderem ambas como apenas uma só. A feira de Caruaru comporta várias feiras em seu interior, divididas em várias sessões (frutas e hortaliças, feira de curtume, feira “do troca” e feira de artesanato, são alguns exemplos), entre elas a Sulanca⁵. Muito embora atualmente as feiras não ocorram no mesmo dia, no período em que a Sulanca de Caruaru se desenvolveu, em meados dos anos 80, ela ocorria simultaneamente com o conjunto das feiras na região central da cidade. Por essa razão, é comum pensarem na Sulanca e na feira de Caruaru como uma só.

A feira tradicional do município, esse mercado popular ao ar livre, surgiu como boa parte desse tipo de comércio de rua nos municípios do Brasil, justamente quando aparecem os núcleos urbanos no país e que vão se desenvolvendo as trocas de mercadorias, por vezes ligadas às necessidades de consumo imediato como alimentos, ervas e animais. Foi assim que nasceu a feira de Caruaru em meados do século XVIII, conforme destaca o historiador Josué Euzébio (2021, p. 138). Esse município, sendo fruto de uma sesmária, já tinha registro desse comércio de rua ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição; seu entorno vai tomando formas de lugar urbano, passando a ser considerado vila já no século XIX, mais precisamente em 1848, e depois tornando-se cidade. Sobre esse processo, o autor coloca que:

O caso de Caruaru e a importância no Agreste pernambucano pode ser explicado pelo crescimento da povoação em vários aspectos. Os mesmos aspectos históricos das origens ao tornar-se povoado continuavam contribuindo no crescimento. **Pois, desde a segunda metade do século XVIII, a Fazenda tornou-se passagem obrigatória do Litoral ao Sertão; a existência da Capela como o aspecto mais significativo, e depois como sede de uma Freguesia: Paróquia; a Feira com a força agregadora para o comércio e, com o tempo, outros caminhos foram abertos, facilitando a comunicação de Caruaru com as capitâncias vizinhas, como ocorre até a atualidade.** De modo que este lugar se tornou em poucas décadas no maior centro urbano no Vale Médio do Ipojuca, com uma força comercial incomparável para a época. (EUSÉBIO, 2021, p. 138-139) (Grifos nossos)

O fato de Caruaru estar em uma boa localização geográfica, por ficar em uma região centralizada ligando o litoral (onde se localiza a capital Recife) e o Sertão e ser local de passagem entre Alagoas, Paraíba e Bahia, favoreceu o seu comércio; Um

⁵ No dossiê do IPHAN, é possível identificar 9 feiras que convivem com a Sulanca divididas em 35 setores no ano de 2004.

grande fluxo de pessoas vindas de diversos pontos da província de Pernambuco e vizinhanças passavam pelo município, como ocorre até hoje. A respeito desse processo, Lira (2011, p. 110) nos oferta uma visão complementar:

Caruaru esteve ligado à freguesia de Santo Antônio de Vitória, Bezerros, Bonito e São Caetano, tornando-se Vila em 1848. Emancipou-se politicamente em 1857, tornando-se uma cidade polo [...].

Com um dinamismo econômico que o consagrou como polo regional, o município de Caruaru, sempre foi privilegiado por sua localização geográfica. Foi servido, por um longo tempo, pela rede ferroviária do Nordeste a qual ligava a capital ao Sertão.

Nas décadas finais do período Imperial, existia um forte interesse que as linhas férreas passassem por Caruaru, o que nos dá um forte indício de como esta municipalidade viria a funcionar como um elo entre as mais diversas regiões. A esse respeito, cito a geógrafa Maria Francisca Cardoso (1965, p. 59):

A ferrovia confirmou o Ipojuca como chave mestra nas comunicações leste-oeste do estado. O seu vale, que já havia sido eleito por criadores para o estabelecimento de seus currais, por volta da década dos séculos XVII e XVIII, assistiu ao final do século XIX, a passagem do primeiro trem. A ideia da instalação de um caminho de ferro que ligasse Recife ao Agreste remonta a 1866 sendo um projeto inicial desfavorável a Caruaru, pois, deveria somente atingir Jaboatão. Mas, em 1878 o Governo imperial declarou ser de interesse geral que a linha continuasse mais para oeste. Tal plano foi concretizado e os trilhos chegaram em 1886 a Vitória de Santo Antão, em 1894 em a Gravatá em 1895 Bezerros e ainda no mesmo ano em Caruaru.

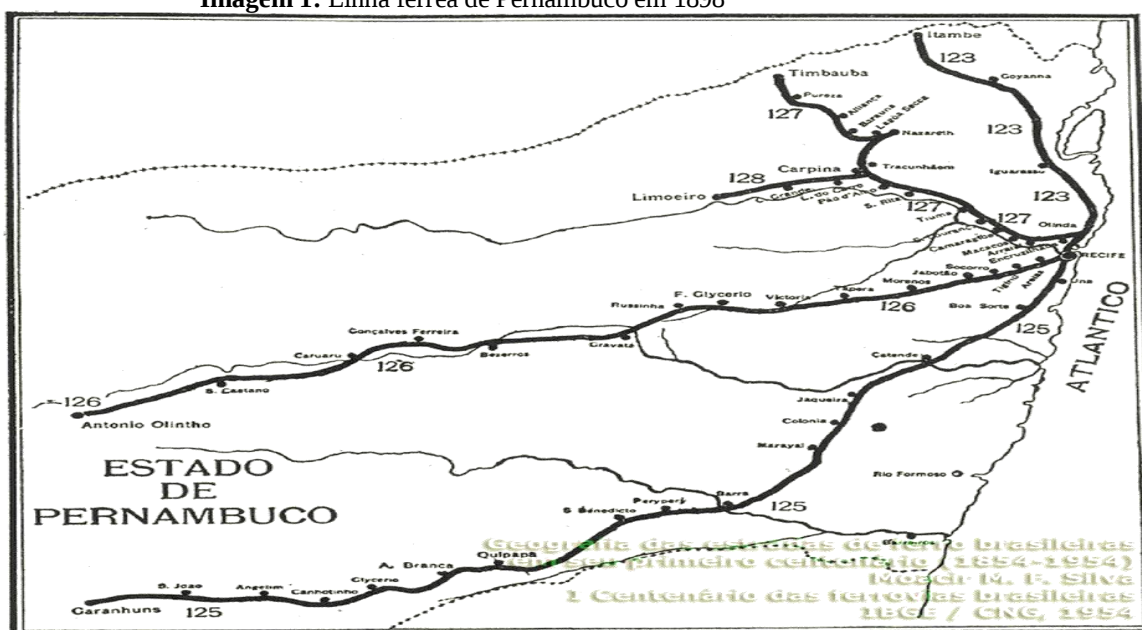
A linha férrea constituiu Caruaru definitivamente como um polo de comércio regional, atrelando a ferrovia com o trabalho rural nessa mesorregião do Vale Médio do Ipojuca, e assim foi inserida a produção algodoeira⁶, muito forte no final do século XIX naquela região, e que originou a primeira indústria de Caruaru, a Boxwell & Cia., e também a presença da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro). O Agreste só remetia para o litoral produtos valorizados como algodão, fumo em

⁶ A produção algodoeira tem seu crescimento nos interiores de Pernambuco a partir dos conflitos da guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865, pois, à época, as tecelagens inglesas dependiam do algodão que vinha do Sul do país norte-americano. Com a guerra, o algodão estado-unidenese passa a ser substituído pela produção do Nordeste Brasileiro. A respeito desse processo, Oliveira (2018) comenta que “O ápice do algodão nordestino ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, devido a concessões dadas pelas autoridades imperiais para quem fizesse instalar fábricas têxteis no país. A Guerra de Secessão americana prejudicou as remessas do produto para a Inglaterra, no qual direcionou-se para o algodão brasileiro, de boa qualidade, principalmente os das províncias de Alagoas e Pernambuco”.

corda e couros. Pagando por tais mercadorias um frete altíssimo, passou a exportar grande quantidade de couros, algodão, queijos e feijão (CARDOSO, 1965, p. 61).

No mapa reproduzido abaixo, é possível observar, a Oeste da capital Recife, o veio central da linha férrea de Caruaru de 1898. Essa imagem justifica uma noção que se firmou ao longo do século XX de Caruaru como o portal do Sertão. Recentemente, a Cidade de Arcoverde vem sendo mais popularizada como a porta de aberta para o Sertão, enquanto a partir dos anos 60 do século XX Caruaru vai se popularizando como Capital do Agreste.

Imagem 1: Linha férrea de Pernambuco em 1898



Como eram as linhas férreas de Pernambuco em 1898.

Fonte: Centro-Oeste apud IBGE⁷

A extensão da linha férrea permitiu, como citado acima, a conexão entre Sertão e litoral, o que favoreceu o comércio de Caruaru e o estabelecimento de indústrias, fábricas e galpões que armazenavam os produtos que vinham de várias partes de Pernambuco e de outros estados. Assim foi possível o desenvolvimento da Boxwell & Cia, fábrica que, como podemos ver na Imagem 2, estabeleceu uma filial em Caruaru em 1870. Fixar uma base nesta cidade era importante, pois o algodão era produzido em seu entorno e comprado por esta empresa que tinha localização estratégica em frente à estação ferroviária, favorecendo o transporte para a Capital Recife.

⁷ Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1898redePernambucana.shtml>> acesso em 20 de nov. 2021

Imagem 2: Panfleto da Boxwell & Cia

Se Tem Negocios De Algodão, Em Seu Benefício,
Procure Logo A Grande Firma

Recomendada Sempre, Pela Sua
Tradição, Respeitabilidade E
Honestidade

**BOXWELL
& Cia.**

Casa Fundada Em 1870

**Paga Os Melhores Preços E
Dá As Melhores Classificações**

Algodão - Caroço - Farelo - Oleo - Sabão

Gerente em Caruarú: **Henrique Magalhães de Oliveira**

Casa Matriz No Recife: **RUA DOS GUARARAPES**
Filial em Caruarú: **AV. CLETO CAMPELO**

Fonte: SILVA (2010)

Mesmo com o declínio da produção de algodão na primeira metade do século XX, Caruaru continuou crescendo em razão da ferrovia, que ajudou na atribuição de Caruaru como um polo comercial e pelo fato dessa municipalidade oferecer serviços terciários que as cidades vizinhas não ofertavam ao longo das décadas, o que justifica também o crescimento da feira tradicional no município, bem como do comércio local. Na tabela abaixo podemos perceber esse crescimento em termos populacionais ao longo dos anos.

Tabela 1: Habitantes de Caruaru em números através dos anos

Ano	População oficial
1920	61.636
1940	75.455
1950	102.877
1960	105.135
1970	142.653

Fonte: Elaborada pelo autor com base em SILVA (2010)

Em 1970, Caruaru teve um acréscimo de 39% de seus habitantes. E se recuarmos nos dados até os anos 20, observamos década após década uma tendência ao crescimento acelerado, exceto entre as décadas de 50-60. Esse aumento populacional pode ser demonstrado também a partir de imagens da feira tradicional, a exemplo da fotografia 3, abaixo, da década de 1950. Nela podemos observar as ruas 15 de novembro e Coronel João Guilherme, na lateral da Igreja da Conceição, com um grande volume de barracas muito próximas umas das outras e um volume de transeuntes significativo. Observa-se também ao fundo o Morro Bom Jesus com a Igreja de Santa Luzia em seu topo; percebe-se embaixo traços brancos que na verdade são moradias de pessoas menos abastadas que encontravam naquele espaço um lugar para morar, próximo ao centro da cidade.

Imagem 3: Caruaru em dia de feira, 1950

Fonte: Biblioteca IBGE

O crescimento urbano de Caruaru tem relação com o crescimento e ocupação dos espaços citadinos no Brasil e no mundo da época. Nesse mesmo período, como apontam as pesquisas nos Censos do IBGE realizadas por Marcelo Badaró Mattos e Paulo Terra Cruz (2017), ao buscarem entender as relações laborais no Brasil de 1970 a 2010, os pesquisadores expuseram como a população urbana cresceu continuamente em comparação com a população rural.

Tabela 2: Crescimento populacional no Brasil ao longo das décadas

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.875.826	137.953.959	160.879.708
População rural	33.161.506	38.767.423	41.054.053	38.566.297	36.041.633	31.845.211	29.852.986

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mattos e Cruz (2017)

A partir desses dados, buscamos ver o crescimento de Caruaru na década anterior ao nosso objeto de estudo, ou seja, da década de 1970 até o censo mais próximo de nosso recorte temporal limite, 2015, o de 2010.

Tabela 3: População Urbana e População Rural em Caruaru

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	101.531	138.250	182.012	217.407	279.589
População rural	41.122	34.282	31.685	36.227	35.323
População total	142.623	172.532	213.697	253.634	314.912

Fonte: Censos IBGE 1970, 1980 1991, 2000 e 2010

Percebemos que, desde os anos 70, Caruaru vem registrando uma população urbana muito maior do que a rural, na mesma década em que o país irá marcar pela primeira vez a superação da população urbana em relação à população rural. Esse processo se deu em função da migração da força de trabalho rural para as cidades, atraída principalmente pela expansão industrial durante a ditadura, o que é possível identificar a partir do *Registro Anual das Indústrias do IBGE*⁸ de 1973, que marcava a existência no Brasil de 68.639 indústrias, enquanto poucos anos depois, em 1979, o número tinha se elevado para 95.848 empreendimentos.

Em outro texto, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2019) nos elucida ainda mais sobre a urbanização em perspectiva que vai além do local, citando que, em escala global, entre o início da segunda metade do século XX até a segunda década do século XXI, houve uma migração do campo para as cidades bastante expressiva, o que corrobora as nossas afirmações acima. Nos anos de 1950, tínhamos 30% da população mundial morando nos espaços urbanos, já em 2014 percebemos um salto para 54% (MATTOS, 2019).

Para esse autor, trata-se de uma aceleração da proletarianização. Segundo Badaró Mattos, a urbanização, como se sabe, é mais antiga no hemisfério Norte, que viveu mais cedo o processo de industrialização e são considerados mais “desenvolvidos” economicamente; este processo é mais recente e “agressivo” no hemisfério Sul, em que a industrialização é relativamente tardia e a produção de riquezas é menor (MATTOS, 2019, p. 74). Ainda de acordo com esse historiador, a ocupação das cidades na segunda metade do século XX se deu em razão do aumento da concentração fundiária na ditadura, através da expropriação dos lotes de terra e acesso à agricultura dos camponeses.

Essa relação entre o mundo rural e o mundo urbano é um passo importante para compreensão de Caruaru como um lugar onde se podia ver, a partir de sua feira tradicional, o reflexo de uma maior ocupação urbana concomitantemente ao abandono

⁸ Consultamos os registros apenas da década de 1970 por ser a década de superação da população urbana em relação à rural. É importante destacar que não se tem registro na plataforma do IBGE entre 1969 e 1972. Por isso partimos do ano de 1973. Outro registro que não consta é o de 1975.

da vida rural: essa cidade era o espaço onde o trabalhador rural expropriado passa a ser um pequeno comerciante urbano.

1.2 Caruaru, um núcleo urbano entre a pecuária e o comércio

A feira tradicional de Caruaru, que acontecia semanalmente aos sábados, representa ao nosso ver uma estreita ligação dos mundos urbano e rural, um ponto de cruzamento entre o produtor rural, que também passa a ser feirante, com o produtor rural de outras cidades. Caruaru passa a ser o núcleo do comércio agrestino, ponto de encontros de produtores, comerciantes, artesãos, sertanejos, poetas, cantadores e consumidores. Também é o encontro entre as regiões produtoras, lugar da partida das mercadorias. A circulação de pessoas e mercadorias em Caruaru é constante, impulsionando o crescimento urbano.

Se aos sábados Caruaru dava espaço às vendas e aos encontros na feira, no dia seguinte, aos domingos, era dia dos trabalhadores se dedicarem à Igreja. As missas, que ocorriam aos domingos, nos fazem também perceber um pouco da dinâmica desta municipalidade como zona de influência, que foi abrigando pessoas das cidades vizinhas. Ao refletirmos sobre os dados expostos acima a respeito do crescimento populacional, encontramos mais elementos no já citado trabalho da geógrafa Maria Francisca Cardoso (1965), que buscou por meio de documentos paroquiais ver de qual município originário eram os fiéis que moravam em Caruaru. No quadro de dados exposto em sua pesquisa, 13.412 fiéis que moravam no município tinham origem em cidades vizinhas. Vejamos na Tabela 4 algumas cidades próximas que mais cederam pessoas a Caruaru:

Tabela 4- Fiéis da Paroquia de Caruaru que nasceram em outra cidade

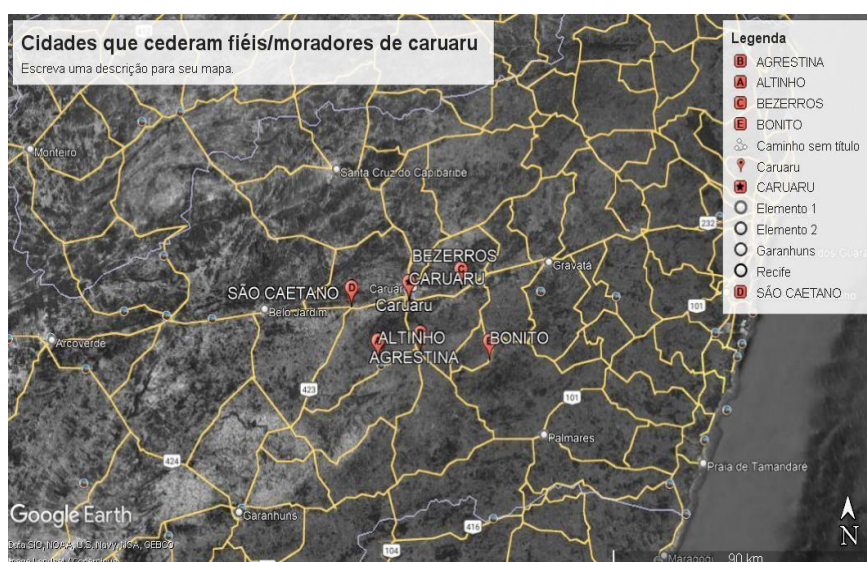
Cidades de Nascimento dos Fiéis	Número de fiéis que moram em Caruaru vindo de outras cidades.
Altinho-PE	253
Agrestina-PE	336
Bonito	254

São Caetano	234
Bezerros	481
Recife	316

Fonte: Cardoso (1965, p. 69)

Através dessa pesquisa, constatou-se que somente 41% dos moradores da cidade eram naturais de Caruaru e que 47% da população de Caruaru vinha de outras cidades do estado, excetuando Recife. Usando a ferramenta Google Earth, buscamos mostrar um pouco onde se localizavam essas cidades de onde as pessoas migraram. Vejamos abaixo:

Imagem 4- Locais de Nascimento de fiéis da Diocese de Caruaru



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebemos que o processo migratório de cidades circunvizinhas para Caruaru era algo comum. Além das cidades no quadro acima, merece também destaque que pessoas de cidades como Santa Cruz do Capibaribe e Toritama também migravam para a “Capital do Agreste”, como é conhecida Caruaru.

Esse município abrigava empreendimentos comerciais que acabavam oferecendo serviços para outras cidades. Dessa forma, Caruaru tinha fluxo de pessoas que vinham em busca de atendimento médico, veterinário, do comércio varejista e de atacado, bem como para atendimentos na Associação Rural de Caruaru. A respeito do comércio, Cardoso (1965, p. 68) nos diz que

O seu comércio, bastante diversificado, é muito procurado pela população agrestina, graças às numerosas linhas de ônibus que fazem o percurso entre Caruaru e os demais centros urbanos dessa região. Como são pequenas as distâncias, a ação do comércio varejista alcança, na direção de oeste, Arcoverde, cidade que exerce a função de porta de entrada do sertão pernambucano. A leste, estende-se a atuação de Caruaru até Gravatá, mas as vendas são realizadas, vez por outra, para Vitória de Santo Antão. Para o norte o limite da penetração comercial de Caruaru coincide com o do estado, e para o sul, alcança as cidades de Garanhuns, Jurema, Lagoa dos Gatos e já na direção sudeste, Bonito.

A projeção da influência de Caruaru através do seu comércio na segunda metade do século XX nos impressiona. Percebemos, então, que Caruaru teve sua formação como cidade da agropecuária e desenvolveu-se como um centro comercial importante, atuando como ligação entre as regiões de Pernambuco.

Esse dinamismo de Caruaru era visto em seus dias de feira, pois o excedente da produção rural era posto para ser comercializado ali, e o comércio varejista e atacadista se beneficiavam desse fluxo de pessoas que vinham comprar e vender. Não é à toa que nesse período, início da segunda metade do século XX, empresas de ônibus começaram a fazer trajetos entre Recife e Caruaru, por exemplo. Como vimos, já na década de 1950 a feira tradicional de Caruaru tinha uma larga extensão, e é a partir das décadas seguintes que vai ganhando notoriedade turística, política e econômica.

Mas antes de falarmos dessa projeção, um dos tópicos que a pesquisa da geógrafa Maria Francisca Cardoso (1965) revela é sobre as indústrias de transformação catalogadas em Caruaru em dezembro de 1959. As que mais se destacavam eram: a indústria têxtil, com apenas 4 estabelecimentos, mas com um total 444 pessoas envolvidas, sendo 411 operários; a indústria de produtos alimentares, com 54 estabelecimentos e 405 pessoas, sendo 333 operários; o ramo do couro, pele e produtos similares tinha 14 estabelecimentos para um total de 350 pessoas, dessas 317 eram operários. Já a área do vestuário, calçados, artefatos e tecidos tinha 52 estabelecimentos, com um total de 263 pessoas, das quais 211 eram operários.

Daí percebemos o quanto o município tinha um dinamismo que fazia com que Caruaru tivesse uma relação de consumidora e transformadora de matéria prima da própria região, bem como vendia para as cidades vizinhas. Essa dinâmica comercial levou o município a ter uma projeção em vários aspectos, desde os culturais, com as

festividades, a políticos com as frequentes visitas de figuras notórias⁹ à cidade e à feira tradicional.

1.3 A feira tradicional “de tudo que há no mundo”: de ponto turístico às disputas internas

Um lugar cantado é um lugar a ser lembrado. Afinal a música é de alguma forma a tentativa de eternizar algo. Dessa forma, a feira tradicional de Caruaru, origem da feira da Sulanca, nosso objeto central nesta dissertação, foi imortalizada na voz de Luiz Gonzaga em gravação de 1957 da composição de Omildo Almeida. Nos versos da canção *Na Feira de Caruaru*, ali “faz gosto da gente ver / de tudo que há aí no mundo / nela tem pra vender”.

A feira tradicional era o lugar de convergência do caldo cultural e econômico de Caruaru, pois é na segunda metade do século XX que alguns dos aspectos da identidade do município de Caruaru é formulado ou reforçado. O forró, por exemplo, vai marcar a identidade de Caruaru e do Nordeste de tal forma que, à medida em que as décadas finais do século XX foram se passando, a cidade ganhou a alcunha de “Capital do Agreste¹⁰”, enquanto a feira, já famosa nos anos 50, foi reforçada como parte significativa da identidade local.

No caso do São João, sua notoriedade se deu a partir de mudanças nas relações do mundo rural e urbano, mais precisamente barreiras simbólicas foram se quebrando, pois o São João, festa típica de rua popularmente conhecida, tem raízes rurais que foram sendo levadas para a cidade. No caso de Caruaru, no espaço urbano as festas que se tinha eram privadas e ocorriam nos clubes privados.

Entre as festas urbanas que podemos destacar, uma das tradicionais do município era chamada de “feira de comércio”, com raízes no século XIX, e que, ao longo das décadas do século XX, teve outros nomes e configurações, até ser intitulada

⁹ Em nossas pesquisas no acervo digital do *Diário de Pernambuco* e no acervo físico do *Jornal Vanguarda*, verificamos que várias matérias destacavam a visita de muitos diplomatas e embaixadores à feira tradicional de Caruaru entre as décadas de 1960 e 1990.

¹⁰ No final dos anos 70 a partir do projeto de lei 263/79, de autoria do deputado estadual José Liberato, Caruaru recebeu o título de “Capital do Agreste”. O texto do projeto de lei pode ser encontrado em: <<http://newtonthaumaturgo.blogspot.com/2009/10/caruaru-recebe-titulo-de-capital-do.html>> acessado em 16.03.2022 às 15:21.

de festa do comércio, pois recebia o apoio dos comerciantes do município. Não obstante, essa festa ocorria na principal via do comércio de Caruaru, a Rua 15 de Novembro, em frente à Igreja Matriz da cidade, espaço onde também ocorria a feira de Caruaru aos sábados, como podemos ver na imagem 5. Nela é possível identificar o volume de pessoas e equipamentos festivos que atestam a grandeza deste evento.

Imagem 5: Festa do comércio de Caruaru



Fonte: SILVA (2010)

Na dissertação *Festas Bôas de Caruaru*, o historiador José Daniel da Silva (2010) nos imprime uma boa percepção sobre as dinâmicas culturais e sociais de Caruaru. Segundo o autor, entender as festas caruaruenses se constitui em elemento bastante significativo para a compreensão da história da cidade no período de 1950 a 1985 (SILVA, 2010), período em que também se desenvolve a feira tradicional e nasce a Sulanca no Agreste pernambucano.

O desenvolvimento das festas no município, seus declínios e formação de tradições, estava atrelado ao desenvolvimento urbano, que seguia também os processos de maior ocupação das cidades brasileiras e de industrialização intensificado no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com o advento do golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar, Caruaru passou a receber maior atenção do governo federal como parte de sua estratégia de ampliar sua zona de influência, sobretudo em espaços como o do Nordeste.

A respeito da relação local-nacional, José Daniel da Silva nos diz:

O crescimento da população e da cidade, a dinâmica da economia nacional e local, os projetos de ajuda econômica (projeto R.I.T.A.¹¹, SUDENE¹²), a

influência dos políticos da cidade, faziam de Caruaru a cidade mais importante para a região Agreste. Os bairros antigos cresciam e surgiam novos conjuntos habitacionais. Os espaços urbanos ainda desabitados passavam a ser ocupados pelas novas famílias que surgiam dos próprios filhos da cidade e dos “forasteiros”. A construção das rodovias federais e estaduais, bem como suas ampliações, aliadas ao crescimento do transporte rodoviário na região, gerava uma maior interação entre Caruaru e as outras cidades, principalmente a capital de Pernambuco. As relações sociais internas se modificavam através do cotidiano. (SILVA, 2010, p. 31)

Para este autor, a relação entre o local e o nacional se exprimia na intenção do governo federal em estimular a integração nacional. Desse modo, a ditadura passou a intervir nos mecanismos culturais, construindo órgãos como a CNTUR (Conselho Nacional de Turismo) e a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), com vistas a propiciar o desenvolvimento desta atividade econômica, gerando emprego e renda, usando-a também como fator de integração nacional. É notável neste período, por exemplo, a preocupação do Estado autoritário com a construção de rodovias e os financiamentos para aquisição de automóveis (SILVA, 2010). À época, Caruaru já possuía um órgão relacionado ao turismo e cultura, o Departamento de Turismo (1966), que passa a ser chamado de Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru em 1980.

A cidade tornou-se, cada vez mais, um palco cultural importante e também lugar de contradições. Tanto a festa do comércio como a feira tradicional do município carregavam consigo uma segregação de classes. No caso do festejo, os mais abastados tinham lugares privilegiados, já os populares ficavam em outro espaço distante da Praça Coronel João Guilherme, onde ocorria a festa. O espaço central da cidade era o lugar de circulação do rico e do pobre. Tinha-se o lugar do abastado comerciante e o lugar do desprovido de riquezas. O comerciante

¹¹ RITA, sigla em inglês para Rural Industrial Technical Assistance, foi o projeto de Assistência Técnica Rural e Industrial, elaborado nos anos 60 nos Estados Unidos com o intuito de ofertar assistência técnica e capacitação em locais pobres do Nordeste Brasileiro, a fim de criar indústrias de pequeno e médio porte. Esse projeto veio com as parcerias entre o governo brasileiro e o governo norte-americano por intermédio da Aliança para o Progresso. A respeito desse projeto e suas intencionalidades, o pesquisador Assis Daniel Gomes desenvolveu o trabalho *Cotejos da ciência: o projeto norte americano R.I.T.A no nordeste brasileiro (Brasil e EUA, anos 1960)*.

¹² SUDENE, Superintendência do desenvolvimento do Nordeste, órgão de fomento ao desenvolvimento e planejamento do Nordeste.

bancava as festas e dava-lhe o tom que quisesse, como se a festa fosse a celebração de seus ganhos pessoais como homem de negócios. Já do lado dos trabalhadores, eles atribuíam suas próprias significações, celebravam, mas em um espaço distinto dos patrões. Vejamos abaixo como Silva (2010) descreve esses momentos:

Na Festa do Comércio, os custos com os rituais religiosos e as atrações de rua eram pagos pelos empresários ligados aos setores comercial, industrial, agrícola, pecuarista e que se organizavam, também, nos clubes sociais da cidade, com intensa vida festiva nas suas sedes. Nesta festa de fim de ano, cada clube social organizava sua barraca na praça Coronel João Guilherme, reproduzindo o “espaço” da sua respectiva sede. Famílias ricas, moradoras dos lugares “nobres” da cidade à época, levavam cadeiras para se sentarem às calçadas e observarem o movimento do “quem-me-quer” (footing) das garotas e rapazes das elites. Havia os espaços “elitizados” e os espaços destinados para os pobres, nas regiões mais afastadas da festa. Havia clara distinção social a partir do espaço físico que se ocupava, do que era vestido e do que era consumido. O povo pobre estava lá, na festa, presente, mas, tinha o seu lugar determinado, distinto de onde ficavam os filhos das “nobres” famílias. Evidentemente que esta população pobre vivenciava a festa à sua maneira, com seus signos particulares, mas, as secundárias, narrativas sobre estas festas colocavam esta camada social como dando total primazia as elites sociais e econômicas da cidade.¹³

Nas festas a divisão de classe era comum, assim como na feira do município o espaço do trabalhador eram as barracas, negociando seus produtos, onde traçavam suas estratégias para sobrevivência. O lugar da elite era muitas vezes o das lojas do centro comercial na Rua 15 de Novembro e Praça Coronel João Guilherme. A desigualdade e a tensão social se manifestavam naquele lugar, a partir, por exemplo, dos furtos que aconteciam na feira, como é noticiado no dia 18 de setembro de 1960, quando um rapaz foi estereotipado como “malandro e fugitivo da cadeia, se passando por bêbado, roubou a carteira de um agricultor que estava na feira”¹⁴. Com essa posição do *Diário de Pernambuco*, é possível identificar o caráter classista e conservador do jornal e dos seus correspondentes no município, estes que também trabalhavam para o jornal *Vanguarda* no município de Caruaru.

¹³ Segundo Silva (2010), essas relações de separação do abastado e do pobre se estendia a outras festas como o carnaval, por exemplo, mesmo tendo uma forte participação popular, tinha-se os clubes como símbolo de ostentação da riqueza das elites caruaruenses.

¹⁴ Aconteciam golpes aos comerciantes, como em um caso noticiado de que os feirantes da área de venda de gado perderam 10 milhões de cr\$ ao serem enganados por marchantes, segundo apuração do *Diário de Pernambuco* publicada em 21 de setembro de 1961. Outro caso noticiado nas páginas do mesmo jornal na data de 2 de abril de 1962 é a respeito de uma criança de 12 anos, moradora de um abrigo municipal, que tinha furtado um relógio na feira.

A pobreza pairava em Pernambuco e, claro, em Caruaru, como é possível observar em matérias relacionadas aos problemas de abastecimento de alimentos no estado, como em caso noticiado no *Diário de Pernambuco* em 9 de abril de 1960. Nessa matéria existiam denúncias de que na capital pernambucana os populares estavam com baixo acesso aos nutrientes necessários, por exemplo.

A pobreza no estado tinha reflexo na feira tradicional e nos moradores de Caruaru, pois até o consagrado Mestre Vitalino, figura famosa pela sua arte figurativa com o barro, não conseguia ter uma vida estável. Em reportagem também do *Diário de Pernambuco*, ainda nos anos 60 entendemos a dimensão da pobreza desse artista: “A casinha de Vitalino é vazia de móveis e utensílios”. A matéria se encerrava da seguinte forma: “tão conhecido no Rio e São Paulo e esquecido pelos caruaruenses que deviam ajudá-lo para ter uma velhice mais tranquila. Já é tempo de a cidade que ele torna famosa por seus bonecos por ele fazer alguma coisa.” Essa matéria reflete não apenas a pobreza do município, mas como os trabalhadores eram deixados de escanteados pelo poder público municipal.

Corroborar para pensarmos as desigualdades e exclusões dos trabalhadores de Caruaru um trecho do livro *Terra de Caruaru*, de autoria do literato José Condé (2011). Nessa obra publicada nos anos 1960, o autor se utiliza dos artifícios da memória em conjunto da ficção para descrever o cotidiano caruaruense. Em alguns trechos que citam a feira, podemos ver o aspecto de classe e as dinâmicas de seu cotidiano. Vejamos então alguns trechos:

É cedo ainda, mas a feira já é bastante movimentada. Vai de um extremo a outro da rua do comércio — Mais de quilômetros ocupado pelos toldos coloridos, montes de frutas e legumes, barracas que servem de restaurantes populares (onde se come sarapatel, carne de sol buchada, miúdos fritos), barracas que vendem celas, alforjes, relhos, redes, ervas medicinais e afrodisíacas, chapéus de couro, cestos passarinhos, cavalos, pele de sucuri. Envoltas em xales vistosos, mulheres caboclas, negras e sararás fazem barganha com a freguesia. Ruídos e vozes que partem de todos os cantos: dos becos que desembocam na rua, onde pedintes aleijados e cegos entoam cantigas improvisadas, de uma tristeza ancestral; dos propagandistas de lojas de chitas, dos pregoeiros, das sanfonas, violas e pandeiro. Na calçada da igreja da Conceição, o trovador popular receita para os matutos histórias sertanejas que vêm narradas de capas berrantes e versos primitivos [...] (CONDÉ, 2011, p. 67-68)

Nessa primeira passagem, podemos perceber um pouco da dinâmica da feira tradicional, o que ela vendia, desde produtos para nutrição até ervas medicinais. Podemos notar as pessoas que frequentavam o espaço, percebemos que tinham pessoas em situação de precariedade, como os pedintes, por exemplo. Além desses aspectos é possível identificar que muitas das feirantes eram mulheres.

O movimento da feira era tão constante e, ao mesmo tempo bagunçado: “Mal se pode andar nessa rua atravancada de gente, balaio, toldos, barracas e montes de mercadoria” (CONDÉ, 2011, p. 69). O texto segue descrevendo o cotidiano da feira: “nos sábados era dia de bebedeira de matuto e brejeiro; de festa do povo pobre que vem à ‘rua’ tomar conhecimento do que se passa num mundo que não lhe pertence”. Se já tínhamos indícios de confirmações sobre das desigualdades existentes, em um outro trecho dessa obra literária fica mais evidente:

O sol começa a esfriar e o movimento da feira já não é o mesmo de pela manhã. Agora é hora de fazerem as compras os pobres da Lagoa da Porta, do Pé do Monte, daqueles que moram em casebres além da ponte à beira do rio; também hora em que as bodegas estão cheias de matutos - muitos já embriagados bebendo aguardente e esperando o resultado do jogo do bicho. Os bêbados de fim-de-feira. (CONDÉ, 2011, p. 71) (Grifos nossos)

Os locais que são citados acima são lugares carentes, como, por exemplo, o “monte” é uma referência ao Morro Bom Jesus, que era um local onde pessoas pobres se abrigavam, construindo casas em seu entorno até ser quase todo ocupado em meados dos anos 1990, em processo similar ao observado em algumas ocupações de morros pelo Brasil. Esse trecho torna-se importante para entendermos as estratégias de sobrevivência dos mais pobres. As pessoas menos abastadas frequentavam o final da feira (na expressão popular, “quando o sol estava frio”), pois era o momento em que as frutas e verduras de melhor qualidade já tinham sido vendidas e, dessa forma, restavam apenas as de baixa qualidade, a “xepa” da qual os mais pobres poderiam comprar com um preço mais barato. Nota-se que o trabalho do literato nos conduz a uma realidade que, mesmo ficcional, tem estreita relação com as mazelas reais.

Já na década de 60 a feira possuía fama notada em todo o país, a ponto de receber artistas e celebridades, como Gilberto Gil, embaixadores e políticos de várias

partes do mundo, como argentinos, nigerianos, estadunidenses, entre outros¹⁵. Era também o espaço de duras contradições que iremos ver ao longo de sua história. Uma delas é como essas figuras importantes frequentavam esse espaço, compravam produtos ligados à produção artesanal, mas o que percebemos é que a valorização que se tinha era mais da feira, dos produtos do que quem produziu.

Na década de 60, Caruaru buscava pôr em funcionamento a semana-inglesa, que no estado de Pernambuco era pauta de várias categorias de trabalhadores, principalmente aqueles que trabalhavam no comércio. Pela imprensa, percebemos algumas mobilizações entre as décadas de 60 e 70 em prol de seu estabelecimento. A semana-inglesa objetivava aumentar a jornada de trabalho ao longo da semana de maneira compensar a diminuição de horas trabalhadas nos sábados.

No entanto, a organização da feira “atrapalhava” o funcionamento da semana-inglesa, sendo razão de matéria no *Diário de Pernambuco* em 9 de abril de 1960. Essa matéria colocava que a feira poderia ser realocada para a sexta, ou seja, o dia anterior. Essa sugestão, era algo que já se debatia. A Prefeitura Municipal intermediou os diálogos entre comerciantes, lojistas representados pela Associação Comercial, órgão de classe existente desde o início da década de 20, e a representação dos trabalhadores do comércio através do Sindicato dos Comerciantes.

Na matéria, ficam evidentes visões que a feira atrapalhava a existência da diminuição da jornada de trabalho do comércio nos sábados, ou seja, o funcionamento do comércio até o meio-dia, embora a matéria não cite quem ou qual órgão tinha o sentimento de insatisfação. No primeiro parágrafo, é colocado “Se o motivo é a semana-inglesa, para tê-lo não precisa limitar nem acabar com sua feira tradicional”¹⁶. Perguntamos: a quem interessaria acabar ou limitar a feira?

O texto prossegue afirmando a importância da feira tradicional como um lugar turístico, principalmente após a pavimentação da rodovia Recife-Caruaru. Reparamos também o destaque sobre como a feira era importante para os cofres públicos, mas também ao pequeno agricultor e demais negociantes existentes que

¹⁵ Ver, por exemplo, matérias de 23 de março e de 13 de outubro de 1960 no *Diário de Pernambuco* em sua página 2. No Segundo Caderno noticia-se a vinda de um embaixador argentino à feira de Caruaru em março e em outubro de um diplomata nigeriano que iria conhecer a feira em sua passagem para estabelecer relações entre seu país e o Brasil.

¹⁶ A Feira de Caruaru. *Diário de Pernambuco*, 9 abr. 1960, Primeiro Caderno, p. 4.

dependiam da feira. O que nos levanta a mesma pergunta: a quem interessaria limitar ou acabar com ela, sendo que o seu movimento beneficiava do pequeno ao grande comerciante?

Ocorre que em paralelo ao debate sobre a instituição da semana-inglesa existiam discussões sobre a mudança de lugar de funcionamento da feira e um boato sobre seu fim. O motivo seria seu crescimento desenfreado, que estrangulava as ruas do centro da cidade, desorganizava o trânsito e tornava a cidade menos atrativa ao turista¹⁷. É então sugerido que se a feira atrapalha a demanda do trabalhador do comércio, a solução poderia ser mudar o dia da feira. Em matéria do *Diário de Pernambuco* no dia seguinte, 10 de abril de 1960, é possível identificar a resposta do prefeito João Lyra Filho¹⁸.

Basicamente, o que o então prefeito diz é que não vai mudar a feira de local, mas vai organizá-la. Nota-se que João Lyra solicitava sugestões dos comerciantes, dos industriais, da imprensa e dos profissionais liberais. Será que dentre essa última categoria estariam os feirantes? O que o prefeito faz é desmentir o boato sobre encerrar a feira.

O que se prosseguiu por diversos meses em disputa foi a pauta da semana inglesa e a organização da feira. Dois meses antes da declaração do prefeito no *Diário de Pernambuco*, encontramos indícios da justificativa da mudança da feira de lugar, ou sua readequação, conforme nota de Aristides Veras intitulada “Bastante desorganizada a feira de Caruaru”, publicada em 3 de fevereiro de 1960

Imagem 7- Matéria do *Diário de Pernambuco* escrita por Aristides Veras e intitulada “Bastante desorganizada a feira de Caruaru”



¹⁷ Esse é sem dúvida um elemento que liga os problemas do passado e do presente das feiras de Caruaru, tanto a tradicional como a Sulanca. Não existem muitas diferenças nas lógicas argumentativas que vão dos anos 60 sobre a necessidade de mudança da feira tradicional para os debates travados dos anos 1980 a 2015 sobre a necessidade de mudanças de localidade e reorganização espacial. Tentaremos expor sobre esse assunto no decorrer do texto.

¹⁸ Caruaru. *Diário de Pernambuco*, 10 abr. 1960, Primeiro Caderno, p. 9.

Fonte: Diário de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1960, p.8.

Precisamos dar atenção a essa matéria - "Bastante desorganizada a Feira de Caruaru" -, escrita por Aristides Veras, jornalista que por diversas ocasiões comentava no Diário de Pernambuco o que acontecia no município de Caruaru. Nesse texto, chamam bastante atenção diversos trechos de avaliação crítica à aspectos morais da feira, como quando afirma que a “promiscuidade é de tal maneira que receio uma senhora abastecer-se ali”, ou ainda que “encontra-se exposto os gêneros, numerosos de marginais que aproveitavam o ruje-ruje, para dar vazão aos seus instintos.” Aqui, percebemos que existe uma percepção de que os “marginais” tinham predisposição natural ao roubo ou furto, e não buscava compreender o problema do ponto de vista social. Porém, no mesmo período, Pernambuco e Caruaru possuíam fortes desigualdades sociais, assim como que era em todo país. Em dados do IBGE expostos em um relatório, elaborado no ano de 1993, ficou constatado o alto grau de concentração de riqueza entre os anos de 1950 a 1990, se intensificando nos primeiros anos da década de 1960, com forte endosso de 1964 em diante, marcado pela Ditadura empresarial-militar (OLIVEIRA, 1993, p. 10-11).

O relatório apontava ainda que entre a década de 1960 os 50% mais pobres tiveram um decréscimo em sua renda de 17,4% para 12,6%. Em contrapartida, o 1% mais rico teve um acréscimo de 11,9% para 16,9%. A partir dos governos militares, a tese de seus economistas era de que se fazia necessário crescer o bolo para depois redistribuir.¹⁹ O relatório a partir desses dados concluiu que:

Nessas condições se é inegável que o período 50/80 se traduziu por uma excepcional evolução das taxas de crescimento econômico é inegável também que este crescimento, longe de proporcionar uma distribuição equitativa de seus frutos sociais, tendeu, ao contrário a manter grandes contingentes populacionais em situação de pobreza absoluta e a favorecer um dos mais concentrados perfis de distribuição de riqueza existente em escala mundial.

¹⁹ Sobre a concentração de riqueza e as posições dos economistas da ditadura nos valem da análise feita por OLIVEIRA, 2013, p. 84-106.

A partir dos dados expostos acima, percebemos que a vida se tornava cada vez mais dura nos anos 60, sobretudo no pós-golpe de 64. Enquanto isso a matéria sobre a feira desorganizada buscava demonstrar o temor com as “classes perigosas”, e que essas eram o problema da feira. Deste modo, essa matéria reflete algumas outras publicações que percorrem a história da feira tradicional de Caruaru. Segundo o historiador Sidney Chalhoub, a noção de “classes perigosas” foi formulada em meados do século XIX tendo, a princípio, duas definições. Sobre a primeira, ele diz:

Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho. Em suma, a expressão é utilizada aqui de forma bastante restrita falando apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de vida que os colocava às margens da lei. (CHALHOUB, 1996, p. 20)

Para o autor, a noção incorporada no Brasil não se restringia àqueles que passaram pela prisão ou que tinham suas estratégias de sobrevivência que os deixavam às margens, mas sim um conceito elaborado por M.A. Frégier, um funcionário da polícia francesa, e que aqui no Brasil foi incorporado em debates parlamentares para o controle dos escravizados e as consequências da abolição. Deste modo, sobre o trabalho deste policial francês, diz Chalhoub (1996, p. 21) que:

O objetivo declarado de Frégier, era produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de “malfeitores” que agiam nas ruas de Paris. Frégier chega efetivamente a recuperar muito do mundo das prostitutas, dos espertalhões de todo o tipo que pareciam estar infestados na velha Paris; O fato, porém é que, apesar de seu empenho e cuidado nas análises estatísticas, ele não foi capaz de resolver um problema decisivo: Seu estudo sobre os “malfeitores” acabou por resultar uma ampla descrição das condições de vida dos pobres Parisienses em geral, ele falhou em determinar com qualquer precisão a fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres”.

No Brasil as classes perigosas eram os negros do pós-abolição, imigrantes anarquistas, prostitutas e cáftens. As elites entendiam ser preciso constituir mecanismos de controle sobre a população negra, que passará da condição de escravizada para formalmente livre. Dessa forma o mecanismo de controle veio a partir da construção do estigma do negro como pré-disposto à criminalidade ou à vadiagem, dado que não estariam presos aos locais de produção. Isso era contra a noção fomentada nos finais do século XIX, do

trabalho como virtude de tal modo que era preciso trabalhar e acumular. As classes perigosas eram os negros pobres e os seus espaços de moradia, os cortiços.

Partindo das análises de Chalhoub, a noção de classes perigosas sedimentou as justificativas da higienização e reconfiguração dos espaços urbanos no Rio de Janeiro, partindo não só do pressuposto da segurança pública, mas sendo endossado como questão de saúde pública, ao colocarem os cortiços como lugares de propagação de doenças. Ao tratar da revolta da vacina no Rio de Janeiro, Sevcenko (2018, p. 101) complementa a discussão:

Essa separação ética dos corpos, corpos rebeldes, corpos doentes, corpos são, preconizava e era simétrica a uma nova divisão geográfica da cidade. Nela igualmente, desde o início do século, como vimos, a homogeneidade original dava progressivamente lugar a uma discriminação dos espaços. A enorme massa popular de trabalhadores, subempregados, desempregados e vadios compulsórios foi sendo empurrada para o alto dos morros, para as áreas pantanosas e para os subúrbios ao longo das estradas de ferro e ao redor das estações de trem [...] O centro, por sua vez, tornou-se o foco de toda a agitação e exibicionismo da burguesia arrivista: seu pregão, sua vitrine e seu palco.

Dessa forma, é possível pensar que as mudanças pensadas para a feira tradicional de Caruaru passavam por uma perspectiva de organização que atendesse aos anseios das classes comerciantes, ou seja, das elites econômicas da cidade. Essa forma de pressionar o poder público através de denúncias em jornais se ancorou em várias tentativas de resgatar uma cidade do passado. Assim a missão do poder público era tirar os “marginais” da feira, assim como também era desejo das elites expulsar minorias pobres e LGBTQ+ do centro da cidade. A defesa dessa higienização do centro ao longo das décadas de 60, 70 e 80 era notável em veículos da mídia. Vejamos o caso de uma opinião veiculada no jornal *Vanguarda*, de Caruaru, no dia 19 de janeiro de 1984. Segundo a autora dessa nota:

Ultimamente o centro principal de Caruaru vem sendo frequentado pelas piores espécies do submundo da marginalidade que se destaca desde os tóxicos os homossexuais até marginais de mil e um ramos.

Essa acusação não parte unicamente de mim. Existem por trás da minha denúncia pessoas que frequentam lugares localizados na rua da matriz que vêm de tudo, mas sentem medo de falar para as autoridades competentes [...] percebo que minha crônica por certo irá ferir muita gente, mas está aqui é apenas para dizer que não é justo as pessoas sujarem a imagem de uma cidade tão bonita e graciosamente original.²¹

²¹ MARIA, Rosangela. A rua da matriz. *Vanguarda*, Caderno de Crônicas, . Caruaru. 19 jan.1984.

O texto carrega consigo vários preconceitos, e é categórico em taxar os marginalizados e a população LGBT como indesejados. Adilson Filho, ao pensar a realidade de Belo Jardim, também no Agreste Pernambucano, nos faz refletir como as cidades interioranas buscaram se modernizar de maneira conservadora. Desse modo, a cidade pesquisada por Adilson criou alguns espaços estigmatizados, como no caso aqui, exposto na crônica do jornal *Vanguarda*. Segundo Filho (2008, p. 112):

[...] Para absorver parte do contingente populacional que vinha da zona rural e das cidades circunvizinhas. Pode-se dizer também que tal medida significou uma maneira mais eficaz de disciplinar o espaço social, jogando para a periferia aqueles atores considerados estranhos. Ou seja, demarcando-lhes um território onde pudessem viver a certa distância das áreas consideradas “nobres”.

O acréscimo urbano acelerado provocou a formação de vários bairros destituídos de boa infra-estrutura, favorecendo diretamente a construção de uma segregação espacial e, por extensão, uma hierarquização das localidades urbanas. Com efeito intensificaram-se os processos de classificação dicotomizados de ruas e bairros. O estilo de vida burguesa das classes médias, associado ao medo das camadas populares, contribuiu para inventar e estigmatizar alguns espaços urbanos como territórios suspeitos e perigosos, enquanto outros passariam a ser qualificados como “bairros nobres”, “tranquilos” e “saudáveis”.

Percebemos, então, dinâmica parecida em Caruaru, sendo que os jornais foram mecanismos utilizados como forma de pressão sobre o poder público. Para entendermos o impacto dessas pressões, basta salientar que houve uma mudança na localidade da feira tradicional do município que é pouco lembrada, a não ser pelos mais antigos moradores ou pelas fontes que encontramos, a exemplo do jornal *Diário de Pernambuco*.

Entre os anos de 1965 e 1967, a feira saiu do centro da cidade e foi colocada na então avenida Rui Barbosa, próxima à linha do trem. Essa modificação deixou resquícios que atravessam a cidade até hoje, pois as muretas que ficam ao lado dos trilhos foram construídas para evitar acidentes entre os feirantes ou os compradores com os trens que por ali transitavam. Essa mudança foi apontada pelas elites da cidade e pelos comerciantes, deixando livre as fachadas dos seus comércios no centro da cidade.

Esse deslocamento nos anos 60 não foi bem recebido pelos feirantes. Um dos fatores que desagradou foi o deslocamento necessário até o local e como os clientes

reagiram às alterações. As feiras, antes intensas, perderam sua força atrativa, e os feirantes, então insatisfeitos, solicitaram o retorno da feira ao seu antigo local. A mudança possibilitou também o crescimento da feira, dado que ela tomava os espaços das ruas vizinhas da Avenida Rui Barbosa, chegando ao espaço da Praça São Roque, que fica uma rua acima da então avenida para onde a feira tinha sido designada.

Certo é que os comerciantes da Rua 15 de Novembro, teriam nesses dois anos o benefício de terem as fachadas de suas lojas sem a exposição dos produtos dos feirantes, barracas ou panos estendidos no chão de suas lojas. Abaixo poderemos ver um exemplo de como os feirantes sem bancos acabavam ocupando as calçadas em frente às lojas, o que gerava insatisfação aos comerciantes locais

Imagem 7 mulheres feirantes



Fonte: Biblioteca IBGE

Retirar os trabalhadores autônomos (feirantes) significaria para os lojistas terem espaço livre, mas, mais do que isso, esconderem problemas e conflitos existentes na feira das fachadas de suas lojas. É importante pontuar que na feira, como um espaço de movimentação contínua, não só existiam os conflitos relacionados às classes, é possível

identificar as desigualdades de gênero e formas abusivas de cobrança de impostos que faziam os feirantes entrarem em desacordos entre si ou com a prefeitura do município.

As disputas políticas sobre a feira de Caruaru estiveram presentes nas mais diferentes gestões municipais dos anos 60 por diante. O prefeito Anastácio Rodrigues (MDB), em seu mandato de 1970, afirmou que não a mudaria de local, isso após nos anos anteriores a feira já ter mudado de local e ter voltado ao seu lugar de origem e em franco processo de expansão.

A localidade da feira passou então a determinar as pautas políticas durante as eleições municipais ao longo das décadas. No ano de 1982, o ex-prefeito Drayton Nejaim (1977-1979), então candidato a deputado (PDS), concedeu uma entrevista forte ao jornal *Vanguarda*²² sobre o pleito municipal para desbancar José Queiroz (PMDB), adversário do seu partido à prefeitura de Caruaru. O título da manchete, “Queiroz vai mudar a feira de local, demitir em massa e é ateu e à toa”, indica como a feira era instrumentalizada para fins políticos eleitorais.

A intenção do então candidato a deputado era insuflar o medo nos caruaruenses, insultando com tons moralistas o então concorrente de seu partido no município. Dessa forma, colocou José Queiroz na condição de um ateu, comunista que ia contra a moralidade cristã e que tiraria o emprego dos servidores públicos. Cito aqui um dos trechos daquela entrevista publicada em 5 de setembro de 1982:

Toparia um confronto com todos eles (candidatos à prefeitura de Caruaru) e poderiam até colocar mais gente para ajudá-los, pois toda a Caruaru sabe que eles são um bando de preguiçosos e que já estão ameaçando demitir em massa quando chegarem à prefeitura, mas isso nunca acontecerá, porque o povo de minha terra tem memória e vergonha e não vai entregar o poder nas mãos de irresponsáveis comunistas e até já tem um plano escondido, mas bem bolado, para expulsar os feirantes da rua do comércio logo após logo, após, as eleições. Eles pensam (se referindo à Queiroz) que não se sabe o que andam fazendo. Porém, pessoas de muita responsabilidade nos trouxeram a triste notícia que a **FEIRA SERÁ MUDADA** caso vença o PMDB. O feirante deve ter medo deles porque são lobos em pele de cordeiro. O que prometem em público não fazem porque eles têm que dar satisfação à Rússia, ao governo de Moscou e quem é católico, evangélico, cristão e ama a Deus, jamais votará em comunista, pois é próprio da ideologia deles sacrificar até mesmo a família, contanto que a filosofia comunista prevaleça.²³

²² NEJAIM, Drayton. Queiroz vai mudar a feira de local, demitir em massa e é ateu e à toa jornal *Vanguarda*. Caruaru 05 de Set. 1982 caderno de política página 3.

²³ A posição do Jornal Vanguarda de Caruaru, neste pleito é de oposição ao então candidato a prefeito do PMDB, José Queiroz, no entanto nos anos seguintes o jornal passa a ser favorável ao mandato do PMDB.

Identificamos ainda, na mesma entrevista, mais uma fala onde Drayton busca amedrontar o feirante e instrumentalizar esse medo para garantir votos ao seu candidato, Adolfo José. Observemos:

Pelo que sei e não é boato não, se o PMDB ganhar as eleições de novembro, a feira será mudada com prejuízo para todos os feirantes, pois eles planejam fazer o “crime” sem qualquer aviso prévio, para não despertar resistência por parte dos que nela negociam. Pelo que contam, o candidato do PMDB- revelara a um amigo seu que se eleito dará uma vassourada na prefeitura demitindo todos para colocar os seus; todos os elementos que trabalharam na sua campanha, embora se saiba que não haveria lugar para todos. Quanto a feira as informações dizem que ele numa sexta feira, inesperadamente, ordenaria a remoção da feira para outro local da cidade, utilizando de capangas para obrigar aqueles que resistirem, pois seu grande sonho é transformar a praça em Coronel João Guilherme em pista de patins permanente, pista de dança ao ar livre e local de jogos eletrônicos, construindo ali um grande galpão, onde a anarquia e algazarra de desocupados tornariam o sossego das casas comerciais impossível²⁴

Ainda na mesma página desse jornal, encontramos uma matéria que colocava o candidato de Drayton Nejaim, Adolfo José, como “bom filho, bom pai e bom, esposo...”. O jornal marcava assim seu apoio ao candidato do PDS, que, no mês anterior, deixou claro sua posição sobre a feira²⁵: “Nossa reportagem apurou junto ao empresário Adolfo José que, se for eleito a prefeito de Caruaru, jamais tirará a feira do centro da cidade ficando onde ela está sem prejudicar ninguém, devendo sentir melhoramentos e padronização das barracas (...)”. Para afirmar ainda mais seu compromisso, o então candidato disse que “Não existe pessoa mais amiga dos feirantes que eu, pois com eles me identifico.”

Na eleição, a posição do jornal *Vanguarda* era a do PSD e vice-versa. Porém, um ano depois, o periódico se posicionou da seguinte forma sobre a feira em edição de 11 de setembro de 1983, quando o prefeito vencedor do pleito anterior fora José Queiroz, do PMDB:

As ruas centrais da cidade continuam a ser invadidas por barracas, principalmente nas calçadas tornando intransitáveis algumas ruas como por exemplo da Rua 15 de Novembro e a Praça Coronel João Guilherme, onde ocorrem as maiores invasões dos comerciantes ambulantes, e já é hora de se

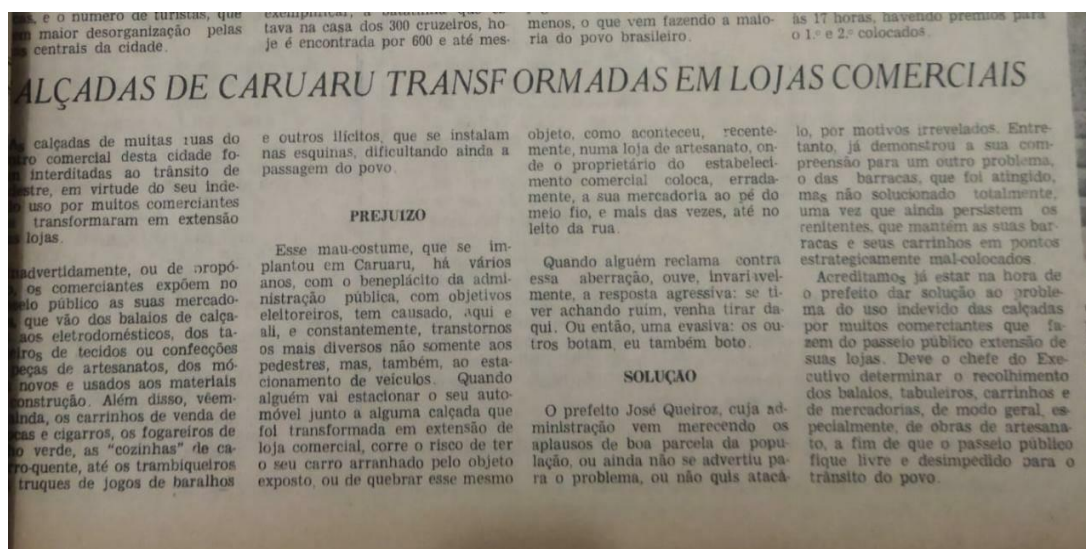
²⁴ Idem.

²⁵ “Adolfo está firme”. **Vanguarda**. Caruaru, Caderno de Política, 29 de ago. de 1982.

cobrar a administração municipal uma posição com relação a este assunto já anteriormente se tinha informação de que a administração municipal estaria tomando providências para realocar os ambulantes em áreas onde fôsse bom para a negociação e também para o escoamento do público. A bagunça toma proporções desagradáveis, principalmente nos dias de feira, quando o movimento aumenta o número de barracas e o número de turistas, que vêem maior desorganização pelas ruas centrais da cidade.²⁶

Na mesma página, logo abaixo, temos outra matéria sobre os dias de feira, intitulada “Calçadas de Caruaru transformadas em lojas comerciais”:

Imagem 9 - Manchete: Calçadas de Caruaru transformadas em lojas comerciais



Fonte: Jornal Vanguarda (1983)

As calçadas de muitas ruas do centro comercial desta cidade foram interditadas ao trânsito de pedestre, em virtude do seu indevido uso por muitos comerciantes transformaram em extensão lojas. Inadvertidamente, ou de propósito os comerciantes expõem no público as suas mercadorias que vão dos balaies de calçados aos eletrodomésticos, de tecidos ou confecções peças de artesanatos, dos móveis novos e usados aos materiais de construção. Além disso, vêem, os carrinhos de venda de e cigarros, os fogareiros de verde, as “cozinhas” de cachorro-quente, até os trambiqueiros truques de jogos de baralhos e outros ilícitos, que se instalam nas esquinas, dificultando ainda a passagem do povo.

PREJUÍZO

Esse mau-costume, que se implantou em Caruaru, há vários anos, com o beneplácito da administração pública, com objetivos eleitoreiros, tem causado, aqui e ali, e constantemente, transtornos os mais diversos não somente aos pedestres, mas, também, ao estacionamento de veículos. Quando alguém vai estacionar o seu automóvel junto a alguma calçada que foi transformada em extensão de loja comercial, corre o risco de ter os seu carros arranhados pelo objeto exposto, ou de quebrar esse mesmo objeto, como aconteceu,

²⁶ “Rua invadida de barracas” jornal **Vanguarda**. Caruaru, Caderno do Cotidiano, 11 de set. 1983.

recentemente, numa loja de artesanato, onde o proprietário do estabelecimento comercial coloca, erradamente, a sua mercadoria ao pé do meio fio, e mais das vezes, até no leito da rua.

Quando alguém reclama contra essa aberração, ouve, invariavelmente, a resposta agressiva: se tiver achando ruim, venha tirar daqui. Ou então, uma evasiva: os outros botam, eu também boto.

SOLUÇÃO

O prefeito José Queiroz, cuja administração vem merecendo os aplausos de boa parcela da população, ou ainda não se advertiu para o problema, ou não quis atacá-lo, por motivos irrevelados. Entretanto, já demonstrou a sua compreensão para um outro problema, o das barracas, que foi atingido, mas não solucionado totalmente, uma vez que ainda persistem os renitentes, que mantêm as suas barracas e seus carrinhos em pontos estrategicamente mal-colocados.

Acreditamos já estar na hora de o prefeito dar solução ao problema do uso indevido das calçadas por muitos comerciantes que fazem do passeio público extensão de suas lojas. Deve o chefe do Executivo determinar o recolhimento dos balaies, tabuleiros, carrinhos e de mercadorias, de modo geral, especialmente, de obras de artesanato, a fim de que o passeio público fique livre e desimpedido para o trânsito do povo.²⁷

A matéria demonstra a insatisfação em relação ao acréscimo de barracas pelos chamados “invasores”, que nada mais são do que ambulantes que se somavam com os feirantes já existentes. Uma das diferenças dos invasores para os outros feirantes era que esses últimos pagavam impostos para comerciar e os primeiros não, o que justifica, para o jornal e feirantes, a alcunha de invasores. Por uns pagarem e outros não, percebemos uma dinâmica de disputa intra-classe, o que acentuou a luta pela sobrevivência, uma vez que o Brasil passou por forte período inflacionário naquela época, tendo no mês da matéria acima, setembro de 1983, um aumento de 11%, e no acumulado dos 12 meses chegava a marca de 152%. Nesse cenário, disputavam os feirantes entre si – feirantes reconhecidos pelo poder público e ambulantes clandestinos – e os lojistas contra os feirantes. Palmo a palmo da cidade era disputado.

Existia uma perspectiva de mudança que fez com que se justificassem as posições do jornal acima. Após uma longa disputa entre José Queiroz (PMDB) e Adolfo José (PDS), o candidato do PMDB venceu, o que fez a oposição pensar nos problemas da feira e apontá-los com contundência. A então feira de Caruaru na gestão Queiroz tinha olhares atentos e curiosos, sobretudo por parte dos opositores. Dessa forma, a Prefeitura

²⁷ “Calçadas de Caruaru transformadas em lojas comerciais”. **Vanguarda**. Caruaru, Caderno do Cotidiano, 11 de set. 1983.

Municipal buscou fazer um diagnóstico da feira municipal e as conclusões apontavam para mudanças necessárias na infraestrutura e organização da feira. De acordo com estudo do IPHAN (2009) sobre a Feira de Caruaru, os fatores apresentados para justificar essa mudanças foram: a necessidade de expansão da área central do comércio; as interferências com o comércio local; a necessidade de infraestrutura básica e o estado que se apresentava a Feira, impossibilitando receber determinadas ações que lhe eram imprescindíveis; o processo de crescimento da feira e sua área restrita de ocupação; O equacionamento entre o espaço de venda e o espaço de circulação para as compras; a circulação automotora da cidade; as novas funções de Caruaru.

De acordo com o mesmo diagnóstico, “A ampliação da feira torna-se impossível em seu habitat histórico, face a seu atual congestionamento de fluxos de pessoas e mercadorias”. Em 1982 a feira tinha 1861 barracas e 4 mil feirantes. Assim, a prefeitura buscou um novo local para transferir a feira, já que, em sua avaliação, tinha basicamente concluído que a feira, onde estava, só ampliaria os problemas citados acima. Claro que as mudanças beneficiaram, sobretudo, os lojistas da cidade. Para que ocorresse a mudança, a prefeitura buscou elaborar um projeto de transferência, adotada por etapas, deslocando primeiro a feira de artesanato e colocando-a onde era o Parque 18 de Maio. Se a experiência fosse bem-sucedida, as outras partes iriam sendo transferidas. Segundo as descrições do IPHAN (2009, p. 49), as lojas tinham angariado uma importância que fazia frente à feira, sendo ponto de justificativa para a transferi-la.

Ainda sobre as descrições do IPHAN (2009, p. 50), baseadas nos estudos de Miranda (2004), “a intenção da prefeitura foi retomar o centro como ponto do comércio formal, solucionando seus inúmeros conflitos com a feira, dotando esta última de infraestrutura necessária.”

Com a possibilidade de mudar a feira de local, alguns feirantes começaram a vender ou repassar suas barracas, porém não podiam fazer isso dado que o pagamento de impostos era para custear as manutenções necessárias da feira e não lhe davam o direito a vender um espaço público. As especulações sobre a mudança de local da feira foram se concretizando quando o comércio de roupas e produtos de costura nomeados de Sulanca foi institucionalizado no ano de 1983, formando a feira da Sulanca de Caruaru no Parque 18 de Maio. Essa feira continha vários vendedores que originalmente ficavam na Praça Coronel João Guilherme.

Mas a história da Sulanca possui um lastro temporal maior do que indica sua institucionalização em Caruaru. Mais do que isso, antes de nascer na cidade, entendemos que sua gestação foi no campo, como veremos no tópico seguinte.

1.4 O mundo rural e urbano em interações e contradições: Retalhos costurados

É por volta dos anos 1950, na região do Agreste Pernambucano, sobretudo na zona rural do município de Santa Cruz do Capibaribe – localizada a 55km de Caruaru e a 191km, de Recife – e cidades vizinhas, que foram aparecendo as primeiras costureiras, mulheres do campo que pegavam os retalhos de helanca, um tipo de tecido de baixa qualidade que vinha do Sudeste do país – chamada, então, de Sul - e costuravam-nos formando lençóis, cobertores, fronhas de travesseiro e peças simples de vestuário:

O fenômeno produtivo/comercial denominado Feira da Sulanca emergiu durante as décadas de 1950 e 1960, a partir do aproveitamento dos retalhos provenientes da indústria têxtil do Recife num primeiro movimento, e dos retalhos vindos dos rejeitos da indústria têxtil vindos de São Paulo, num segundo movimento, os quais se adicionaram aos usados a priori. Esses retalhos serviam de matéria-prima para as costureiras dos sítios, as quais produziam peças de roupas e cobertas, emendando os retalhos para serem vendidas nas feiras livres, servindo como complementação da renda do sítio. A mão de obra era a familiar, a unidade produtiva, o domicílio e a produção doméstica e artesanal. (BURNETT, 2013, p. 3)

A produção da Sulanca inicia-se, então, em meados da década de 1950, e por ser uma das primeiras cidades a produzir e comercializar estas cobertas a partir de retalhos, Santa Cruz hoje é conhecida regionalmente como a “Capital da Sulanca”²⁸, prática estendida rapidamente para outros municípios da região. (SOUZA, 2011, p. 20).

O termo Sulanca faz referência aos retalhos de helanca vindos do Sudeste do Brasil, tido por Sul, e costurados pelas mulheres do Agreste de Pernambuco. Assim veio a ser nomeada a feira que se formou nas décadas posteriores. Nos anos 1970 já obteve certa fama, e em 1980, portanto, pela primeira vez cunhados em dicionário o termos “Sulanca”

²⁸ Percebemos nas fontes que existe uma disputa entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe pelo título de Capital da Sulanca: para os caruaruenses, na década de 80, esse título era de Caruaru, já para os moradores de Santa Cruz essa alcunha deveria ser deles.

para designar a feira e “sulanqueiro” para se referir ao feirante, como consta em publicação do *Diário de Pernambuco*, em 26 de abril desse mesmo ano.

Já em 1985, a feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe tornou-se tema de produção audio visual pela cineasta Kátia Mensel, vindo a ter repercussão reconhecida em premiação pela Embrafilme²⁹. O foco desse documentário,³⁰ era retratar as mulheres que costuravam esses retalhos nas zonas rurais e que ajudaram no processo de desenvolvimento da Sulanca e do município de Santa Cruz do Capibairbe, que havia passado por períodos de crises.

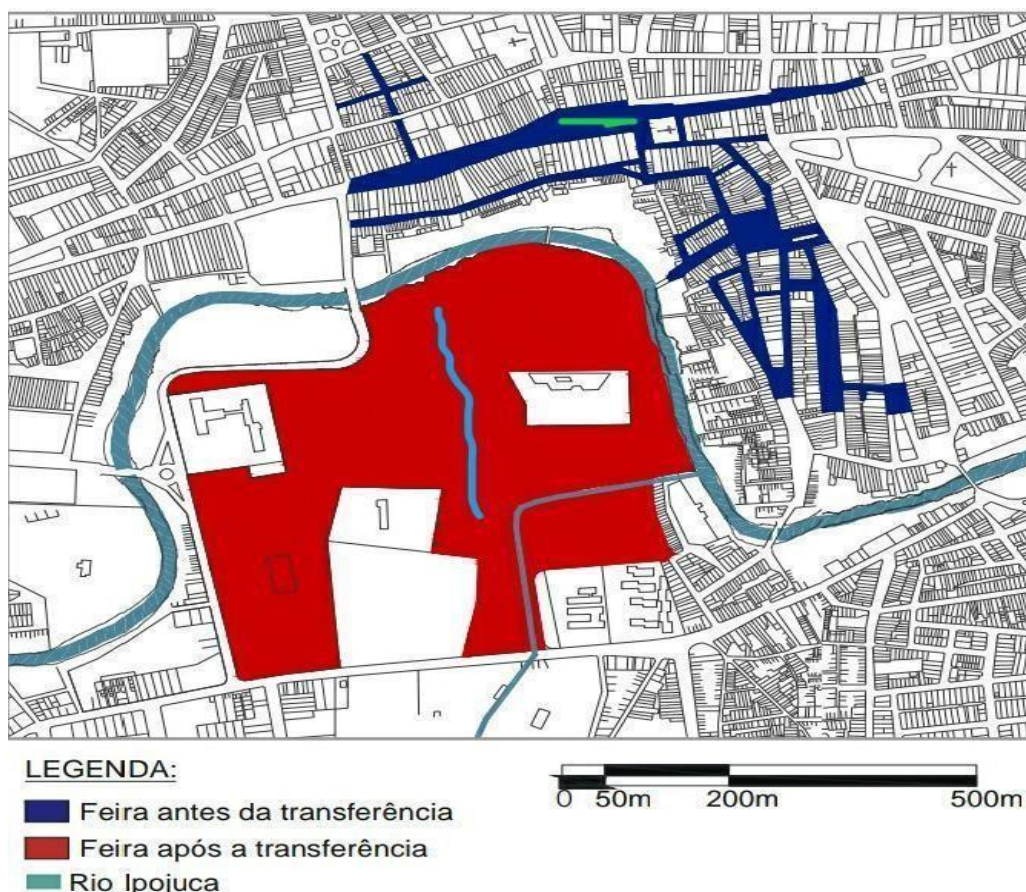
Nessa mesma década de 1980, a feira da Sulanca já estava presente em Caruaru, mas à sombra da feira tradicional, e se desenvolveu em seu interior até ser considerada uma feira própria, mas ainda dentro da feira maior, em 1983. Na década de 1990 já alcançou uma relativa autonomia e um espaço próprio no Parque 18 de Maio, localizando-se, portanto, ainda em uma região central.

No mapa abaixo, o traçado em azul contempla toda a área da feira tradicional de Caruaru. Já o traçado verde representa onde as peças de Sulanca eram comercializadas nos finais dos anos 1970 e início dos anos 80, até sua a sua instituição em Caruaru em 1983. A área em vermelho representa a área ocupada pela Sulanca a partir da década de 1990, especificamente de maneira ilustrativa na faixa azul clara, porém não se limitando a ela, uma vez que a mudança de local da Sulanca fazia parte de um planejamento da Prefeitura Municipal de transferência de toda a feira tradicional para a região do Parque 18 de Maio e campo da monta, destacados em vermelho. A feira da Sulanca no seu projeto inicial dividiu espaço com a feira do artesanato, esta última foi o primeiro setor da feira tradicional a ser transferida para a nova localidade.

Imagem 10- Mapa das feiras de Caruaru

²⁹ Noticiada no dia 15 de maio de 1986 também no *Diário de Pernambuco*.

³⁰ A primeira parte desse documentário pode ser visualizada neste endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=VJgPRQ4UVmM&t=68s>.



Fonte: Miranda (2009)

Para Sá (2018 p. 62), a evolução da feira da Sulanca e da produção da confecção que dela deriva em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe tem também uma explicação geográfica:

Os municípios que hoje compõem o eixo da atividade surgiram em localizações estratégicas ao trânsito naquele contexto, às margens dos rios Ipojuca (Caruaru) e Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe e Toritama). Não somente tais municípios, mas também diversos outros que os circulam são fruto de uma história localizada que condiciona a emergência da produção e comercialização de confecções, nos termos que está se configura neste milênio.

Mesmo estando próximo a riosa região registra dificuldades relacionados à baixa pluviosidade e à falta de infraestrutura apropriada para o armazenamento de água, o que levou sua população a conviver historicamente com limitações relativas a abastecimento (LIRA, 2006 *apud* SÁ, 2018, p. 70).

A feira da Sulanca nasceu, portanto, nessa região perpassada por rios importantes, como o Ipojuca e o rio Capibaribe, mas com baixa pluviosidade, o que dificulta a vida do trabalhador rural que já sofria com a falta de atenção do poder público. A partir dos anos 1950 os trabalhadores e trabalhadoras rurais vão buscando formas de complementação de renda que lhes garantam sua existência. Dessa forma:

Quando um conjunto de fatores a exemplo da crise na cotonicultura, a inviabilidade do acesso à terra para a reprodução da agricultura de subsistência e as constantes estiagens levaram homens e mulheres a optarem pela produção e comercialização de produtos derivados dos tecidos descartados pelas indústrias têxteis em São Paulo e na Região Metropolitana de Recife (ANDRADE, 2020, p. 50)

Com relação à baixa pluviosidade como condição na formação da Sulanca, percebemos que esse debate está presente no trabalho de Silva (2015), que discute como a comunidade de Serrote dos Bois (distrito de Caruaru) foi abandonando a produção agrícola, a partir do ano de 1985, para se inserir na produção confeccionista que atenderia a feira da Sulanca, de tal modo que o antes agricultor passaria a ser feirante. O antes produtor de batatinha inglesa, mandioca, fumo e criador de gado, em função das secas e da falta de incentivo e políticas públicas efetivas, alterou suas formas de trabalho para se sustentar.

É possível identificar que os agricultores traçaram formas de resistência e sobrevivência à medida em que, como podemos identificar nos trabalhos de Silva (2015) e Andrade (2020), utilizaram-se dos recursos públicos³¹, destinados inicialmente à permanência no campo, para comprar matérias primas e máquinas que lhes possibilitassem a atividade da costura.

Essa prática é algo que podemos identificar dos anos 1980 em diante. Mas, como sabemos, a história da Sulanca no Agreste Pernambucano remete a no mínimo 3 décadas anteriores, como confirmam os relatos orais de moradores de Santa Cruz do Capibaribe coletados por Burnett (2014). A partir desses relatos, conseguimos identificar como foram feitas as primeiras negociações por retalhos em seu início e para a compra de maquinário. Reproduzo aqui um deles, que, por sua riqueza, merece ser transcrito de forma extensa:

³¹ Um dos exemplos é sobre o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Eu nasci no sítio Olho D'água do Púcaro, no município de Brejo da Madre de Deus, e meus pais vieram praqui [Santa Cruz do Capibaribe] na década de 50. Eu nasci em 46, eu ainda era menina. No sítio, a terra era deles e eles trabalhavam na agricultura, no roçado, era pobre. Aí eles vieram praqui e eles começaram a negociar, meu pai levava carvão, ovos, queijo para o Recife. Tinha as pessoas do sítio que traziam aqui pra casa. Eram 12 irmãos, cinco mulheres e sete homens. O sítio ficou lá meio que abandonado e aí depois meu pai vendeu bem baratinho pra um sobrinho da minha mãe. Meu pai trocou uma madeira do sítio numa casa aqui em Santa Cruz. Aí a gente já veio morar em casa própria. Aí ele começou a negociar. E minha mãe, toda vida foi muito trabalhadeira, aí ela matava galinha e fazia aqueles pratinhos e mandava os menino vender pelas casa, pelas porta. Aí, ela fazia também cocada, essas coisas. Aí ela começou a comprar uns retalhos... Meu pai fretava um caminhão que levava a carga dele pro Recife. O ponto dele era no Largo da Feira de Casa Amarela. Ele tinha uma barraca ali no Largo da feira. Aí ele voltava na marinete. Ele vendia em grosso para os clientes revenderem. Aí minha mãe começou comprando aqueles retalhinhos e começou a fazer coberta. Naquele tempo era retalho bruto mesmo. Primeiro comprava a seu Dom Rodrigues que esses retalhos vinham da Macaxeira [Cotonifício Othon Bezerra de Mello, conhecido como Fábrica da Macaxeira, que é como se denomina o bairro onde ela fica situada. Aí ela fazia coberta, shortinho, vestidinho, mas tudo emendado, sabe? Esses tropeiros, galinheiros, levavam essa mercadoria pra vender no sertão. Eles trocavam também por galinha, ovos, queijo e rapadura. Levavam também louça pra vender lá. Eles levavam nos burro, era por isso que chamavam de carregação, a sulanca, no início, era bem bruto. Aí depois o pessoal começaram a viajar pra São Paulo e trazer retalho de lá. Minha mãe entregava a mercadoria aos tropeiros que trocavam por galinha, ovo, queijo, rapadura. Aí quando eles chegavam aqui, vendiam as galinhas e pagava ao pessoal. Seu Adrião Rodrigues, que a gente chamava seu Dom Rodrigues trazia os retalhos da Fábrica da Macaxeira e vendia aqui e voltava com o dinheiro. Ele também negociava com algodão, comprava aqui e vendia no Recife. Na época era na máquina de mão, que rodava na mão. Aí depois seu Brás de Lira começou a trazer máquina de pé de São Paulo. Ele foi muito bom pro povo. Ele vendia as máquina fiado e o povo ia pagando a prestação. Era tudo na base da confiança, anotado num caderno. Aí depois começou vim a helanca do Sul, por isso que é sulanca. Aí depois começou os sulanqueiros, aí não era mais tropeiro e galinheiro. Aí eles levavam essa mercadoria pra Bahia e pra outros estados. Mas, principalmente, o primordial de tudo foi a Bahia. Os retalhos continuaram vindo da Macaxeira, mas também do Brás. Aí vendia aos sulanqueiros.

Quando começou, o pessoal que fabricava não vendia, eles repassavam a mercadoria pra os sulanqueiros que revendia nos outros estados. As costureiras faziam as roupas e entregavam aos sulanqueiros pra vender nas feiras. Na semana eles faziam a rodada em várias cidades lá que eles comercializavam a sulanca. Até hoje continua. Aí na década de 60, 70, a carregação virou sulanca. Eles ia de caminhonete, ônibus, Toyota. Não era consignado porque eles não devolviam a mercadoria que sobrava. Quando eles voltavam eles pagavam as costureiras. Era o mesmo procedimento dos tropeiros e galinheiros, era tudo na base da confiança, só pagava quando voltava. Geralmente vendia tudo, se sobrasse não devolvia. Foi daí quando surgiu a feira. O pessoal começou a botar os bancos na feira. Minha mãe vendia um tipo de tecido chamado calandra. Eu não sei pra que o povo queria

aquilo não. Era um tipo de tecido grosseiro. Era como um tecido de algodão meio manchado. Calandra era um tipo de tecido dos retalhos. Ela vendia no peso. Banco ela só tinha de retalho, não vendia sulanca não. Minha mãe era costureira. Mais tarde, a gente foi que botou, os filhos. Ela vendia as roupa pros sulanqueiros. Alguns desse sulanqueiros se tornaram altos comerciantes aqui de Santa Cruz. A feira começou na rua Siqueira Campos. O pessoal começou a botar uns banquinhos, a vender nas calçadas. Depois foi se expandindo. A feira livre é na Avenida Padre Zuzinha, onde tem a igreja. A Sulanca é título de Santa Cruz, começou em Santa Cruz. Outra e qualquer cidade, como Caruaru,

Toritama, já vieram depois de Santa Cruz. Santa Cruz foi onde começou tudo. Sulanca é de Santa Cruz, foi onde tudo começou e minha mãe foi uma das pioneiras. Eu faço parte dessa história. A gente aprendeu a costurar desde pequena, nem alcançava na máquina. Cinco filhas, minha mãe iam ensinando, na máquina de mão, depois era máquina de pé, no pedal. Minha primeira overlock eu comprei pelo Banco do Brasil.³²

O relato acima nos mostra como foram se relacionando e se costurando a relação entre o mundo rural e mundo urbano, que não se fazem um sem o outro. O campo faz a cidade viver uma relação constante com ele e é a partir dessa interação que em Santa Cruz do Capibaribe a Sulanca vai sendo gestada na década de 1950. É importante notar como essa feira vai sendo gestada a partir das necessidades, sobretudo da necessidade de complementar as rendas familiares. Dessa forma as trabalhadoras vão acumulando trabalhos, como no caso acima fica evidente, quando a mãe da entrevistada vendia marmitta e passou a costurar. É possível já perceber também, a partir dessa fala, as conexões que são feitas entre as regiões Nordeste e Sudeste, isto porque o interior do Nordeste era o destino das primeiras costuras essa conexão Iremos abordar de maneira mais profunda no capítulo 3.

É importante identificar o papel dos tropeiros que, ao viajarem em comitivas ao longo do Nordeste, tinham um papel importante na comercialização dos produtos dessas primeiras costureiras, assim como tiveram papel importante nas conexões entre produtoras e consumidores. Assim, a Sulanca que vai se formando nasceu de maneira muito itinerante e a partir também de uma relação econômica assentada na confiança entre as costureiras e os tropeiros.

³² Relato oral de Creusa Rocha, concedido em 2013 à pesquisadora Anahid Burnett (2014).

Esses fios vão se amarrando e interagindo junto dos retalhos vindos, no princípio, da zona de produção têxtil da capital pernambucana e, posteriormente, do Brás, em São Paulo. Assim como na relação com os tropeiros, quem vendia os retalhos às costureiras estabelecia suas negociações na base da confiança. Esta relação se apresenta a nós como costumes comuns que configuram uma forma de economia moral³³, pela qual o vendedor, geralmente dono de uma bodega³⁴, comercializava e anotava em um caderninho o registro de quanto e quem lhe devia, na confiança de que quem lhe comprava iria pagar tão logo pudesse, geralmente quando os tropeiros retornavam dos seus ciclos de venda. Sobre essas transações comerciais, Burnett (2014, p. 159) afirma que:

Constatamos, através da narrativa, que as transações comerciais dos tropeiros e galinheiros se davam através de escambo, ou seja, através de trocas, elas não eram monetarizadas. Esse tipo de transação também denota a economia à margem do sistema formal no qual os consumidores de sulanca viviam, ou seja, não existia dinheiro disponível para o consumo e por isso mesmo eles tinham de lançar mão do escambo. Era necessário viajar em direção ao sertão para trocar a mercadoria transportada nos lombos dos burros e, posteriormente, nas caminhonetes galinheiros. Na volta, eles conseguiam vender a mercadoria que resultou do escambo, por dinheiro, com o intuito de pagar as costureiras, as quais compravam os retalhos a preços módicos, costuravam as peças de roupa e cobertas e as confiavam à aventura dos tropeiros mascates.

A circulação dos mascates, bem como daqueles que traziam os retalhos para o interior e O vai e vem de mercadorias e pessoas foram fomentando, na segunda metade do século XX, feiras itinerantes, roteiros de feiras e ligações entre as regiões de Pernambuco, das cidades e do campo. Assim, o feirante sulanqueiro vai surgindo e substituindo o tropeiro a partir desse processo, conforme a mesma Burnett (2014, p. 160) nos coloca:

A feira livre nordestina se dá num circuito itinerante numa microrregião. Por exemplo: a feira tradicional de Santa Cruz acontece às segundas-feiras, a de Jataúba na sexta-feira, já a de Caruaru, que foi a pioneira e é a maior, tem lugar no sábado. Dessa forma, o feirante terá diversas oportunidades de oferecer seu produto na mesma semana com pouco deslocamento, ou seja, numa distância curta, dentro da mesma região. Caruaru, como é uma cidade maior, além da feira central aos sábados, tem também as dos bairros: no domingo no bairro de São Francisco, na segunda-feira no bairro do Salgado e assim por diante. Alguns feirantes ficam somente nesse circuito municipal.

³³ A ideia de “economia moral” remete a THOMPSON, 1998.

³⁴ Mercado popular presente nos sítios onde se vendia uma variedade de produtos de gênero alimentício ou de primeira necessidade.

Estas são as características de base da feira nordestina: improvisada, temporária e itinerante. O que os sulanqueiros fizeram foi expandir esse circuito microrregional e ampliar sua área de atuação. Por exemplo: numa semana o sulanqueiro se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia, e fazia o circuito daquela região. Na outra semana ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as feiras da semana naquela área. Então, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as costureiras, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de feiras.

Esses circuitos de interação vão sendo desenvolvidos a medida em que o Brasil vai passando por um processo de integração entre as regiões do país. Essa ligação entre as partes da nação está atrelada à expansão capitalista e divisão inter-regional do trabalho. Podemos identificar esse movimento a partir do século XIX e sua intensificação ao longo do século XX. Dessa forma, compreendemos que a Sulanca está ligada a um processo de ampliação capitalista, aliada ao recrudescimento do trabalho precarizado e informal que vai ser característico da produção de confecções no Agreste Pernambucano e que vai persistir ao longo do século XX.

No capítulo seguinte buscaremos discutir esse processo de expansão do capital e o recrudescimento das formas de trabalho bem como pretendemos demonstrar como as regiões vão sendo integradas segundo a divisão inter-regional do trabalho. Para tanto, iremos nos apoiar em leituras da Sociologia, sobretudo a partir das contribuições de Francisco de Oliveira, que nos ajudam a compreender esse processo e a pensar a relação entre o local e o nacional.

2 Debates, resgates e contexto

O Brasil está posicionado no capitalismo como parte da periferia desse sistema, condição esta que, na segunda metade do século XX, foi pensada por diversos intelectuais. Esse tipo de reflexão se dava simultaneamente em outros lugares na América Latina. Neste capítulo, buscaremos aqui refletir sobre alguns aspectos da formação histórica do capitalismo brasileiro para tentarmos compreender a formação da feira de Sulanca e a condição de seus trabalhadores.

2.1 O capitalismo brasileiro: intérpretes do (sub)desenvolvimento

Na segunda metade do século XX, tivemos no Brasil uma série de autores, entre historiadores, sociólogos, economistas e geógrafos, que buscaram interpretar o país, e temas como a formação da identidade nacional e do capitalismo brasileiro foram muito presentes nos debates dos anos 50, 60 e 70.

O pensamento social brasileiro, partilhado por várias áreas ao longo do século XX, sobretudo em sua segunda metade, nos deixou pistas profundas de como interpretar o capitalismo brasileiro e as condições a partir do qual ele se consolidou no processo histórico do país. Neste contexto, destacam-se teóricos como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira.

Esses autores, dentre muitos na América Latina, nos deixaram importantes contribuições e nos põem a interpelar sobre a constituição do capitalismo na periferia e suas dinâmicas, diferenciando o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil em relação aos centros definidores de sentido³⁵.

Pensamos a partir de Francisco de Oliveira o processo de divisão regional do Brasil e a constituição das regionalidades de maneira a superar - como o autor já fez - uma análise que caía em um dualismo entre regiões desenvolvidas e modernas e regiões não desenvolvidas e atrasadas. É importante pontuar que “Chico” de Oliveira, como é

³⁵ Conceito utilizado por PETERSEN, 1995, p. 132.

conhecido, foi um dos autores que contribuíram para ruptura com a produção intelectual hegemônica no âmbito do marxismo.

É a partir de uma interpretação a respeito do capitalismo brasileiro dos anos 30 e décadas subsequentes que Oliveira supera as interpretações dualistas e etapistas da história à luz de um resgate do conceito de desenvolvimento desigual e combinado formulado por Leon Trotsky, conceito que ajuda a entender o Brasil, uma vez que esse conceito é de grande valia para compreensão dos países periféricos do capitalismo. As formulações feitas por Oliveira, sob influência de Trotsky, já foram bem analisadas em outras discussões feitas por Felipe Demier (2007) e Michel Lowy (1998), por exemplo.

Leon Trotsky pensou o seu conceito a partir da leitura de Lênin, mas adicionando um novo elemento. A respeito disso recorreremos a uma citação um pouco estendida de Demier (2007, p. 2):

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (lei do desenvolvimento desigual, de Lênin), as localidades atrasadas, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países avançados e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes atrasados se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semi-coloniais”. Desse modo, os países atrasados ingressaram na era industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas “democrático-burguesas”, tais como as questões agrária e nacional. Entretanto, as burguesias periféricas, surgidas tardiamente na arena histórica, atreladas ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários rurais, e extremamente temerosas do proletariado, seriam, segundo Trotsky, incapazes de realizar qualquer tipo de revolução “democrática”, o que colocava na ordem do dia para os trabalhadores dos países atrasados a conquista do poder político. Na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo combinado como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados. A adição do elemento “combinado” na lei do desenvolvimento desigual de Lênin fez com que Trotsky desse à síntese de suas concepções expressas acima o nome de lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Notadamente, algumas teses vão se desenvolvendo no sentido de entender as razões do atraso brasileiro com relação aos países considerados desenvolvidos, e nesse

caminho teremos algumas instituições que terão sua análise sobre a formação do capitalismo brasileiro e farão apontamentos sobre o que é chamado de subdesenvolvimento. Dentre essas instituições destacamos as teses do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)

No final da década de 60 e ao longo dos anos 70 irão emergir críticas ao pensamento dessas organizações, que serão, para os seus críticos, formadores do pensamento e da análise chamada de dualista. O dualismo seria uma forma de interpretar a formação do capitalismo brasileiro e as razões para seu atraso a partir da oposição entre as formas de produção arcaica e a produção moderna, sendo as formas arcaicas dadas pela produção agropecuária e a moderna seria o processo de industrialização do país, visto como ponto para a superação do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, Florestan Fernandes e Caio Prado já debatiam com os chamados dualistas. Prado, revelando que o dualismo do PCB se tratava de uma análise baseada em um materialismo dialético esquemático, portanto, teleológico, ressaltava que:

A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estanha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. Analisaram a eclosão e desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, revolucionários que eram, eles visavam de fato realizar e de fato se realizou pelo seu ensinamento e ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a consequente e paralela decadência e destruição do antigo regime, não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo, que aliás não os interessavam diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados. É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não necessariamente e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que

qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida (PRADO Jr., 1966, p. 39-41 *apud* DEMIER, 2007, p.5).

Dessa forma, concordamos com a citação acima, pois é preciso compreender a história de cada local entendendo suas especificidades e que a história e as formas históricas de desenvolvimento das sociedades não se deram da mesma maneira. As formas de passagem do feudalismo na Europa ocidental para o capitalismo não é uma fórmula, uma regra que se aplique para entendermos a passagem do período colonial brasileiro para o capitalismo no Brasil.

O nosso intuito ao acessar esses debates e as análises feitas por alguns intérpretes do capitalismo brasileiro é buscar compreender as formas históricas e particularidades da apropriação e reprodução do capital e como esse processo se liga com o surgimento da Sulanca. Não temos a pretensão de esgotar essa discussão que é extensa e que nos provoca, mas ter acesso a uma chave explicativa que nos leve a compreender em relação dialética o desenvolvimento e o “atraso” regionais no século XX, de maneira a possibilitar a estruturação do polo de confecções do Agreste Pernambucano que será encarnado nas feiras da Sulanca e em seus trabalhadores e trabalhadoras, assim como a circulação de pessoas, mercadorias e as trocas entre o Sudeste e o Nordeste brasileiros.

Octavio Ianni nos oferece pistas para entender quais eram os projetos políticos voltados ao Nordeste, principalmente no período da ditadura. Segundo este autor, se existia uma preocupação com a região por parte da elite fundiária, que após a revolução Cubana de 1959 passou a buscar maneiras de evitar uma eventual “revolução”, essa tensão aprofundava também pela presença forte das organizações populares do campesinato como as Ligas Camponesas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Como coloca Otávio Ianni (2019, p. 181):

Sob vários aspectos, a “Questão Nordeste” foi posta de uma forma direta e clara em 1964, por ocasião do golpe de Estado que derrubou o governo do presidente João Goulart. Nessa ocasião, a ditadura elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante e perigosa, na qual desencadeou uma repressão política especial. As vítimas escolhidas foram trabalhadores rurais,

membros de ligas camponesas e sindicatos rurais, dirigentes dessas organizações. Também foram atingidos pela repressão os políticos, membros de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses desses trabalhadores rurais. A repressão atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade. Mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os trabalhadores rurais. A burguesia agropecuária e agroindustrial nordestina havia conseguido que a ditadura militar pusesse todo o peso da repressão política contra o proletariado e o campesinato cujas organizações, atuações e lutas estavam modificando as condições de exploração às quais essa burguesia estava habituada.

Essa tentativa de suprimir os movimentos populares no pós-golpe de 1964 faz parte da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, isso porque regiões como o Nordeste brasileiro tinham duas funções. A primeira era continuar a produção agrícola com os salários baixos dos camponeses, de modo a permitir a manutenção dos lucros dos latifundiários e preços baixos sobre bens de consumo nas áreas urbanas.

A exploração no campo possibilitou que os custos de vida do proletariado urbano também fossem baixos. Dessa forma os salários-mínimos fixados pelo Estado eram destinados apenas a atender as demandas para manter a força de trabalho possibilitando o acúmulo de capital por parte da burguesia industrial (OLIVEIRA, 2013, p. 37-39).

A citação de Ianni sobre a ação dos governos militares estabelecidos a partir de 1964 revela-nos a preocupação com a manutenção da estrutura fundiária. Com as ações da Sudene no Nordeste, a elite latifundiária nordestina teria companhia da burguesia industrial, proveniente do Sudeste do país. Essa burguesia, atraída a essa região em função das isenções fiscais, passava a dividir espaço com a elite latifundiária.

Quando falamos que o conceito de desenvolvimento desigual e combinado formulado por Trotsky nos ajuda a entender o Brasil, essa relação fica mais clara quando jogamos luz sobre o debate da questão regional (OLIVEIRA, 1993), isto é, pensar o processo de desigualdades regionais, a partir do século XIX, e como se deflagrou um pacto entre elites regionais que abortaram o desenvolvimento no Nordeste e fez emergir o Sudeste, especialmente São Paulo, como o espaço do desenvolvimento e da “locomotiva” que puxa o país, o que Francisco de Oliveira (1993) irá criticar e desmistificar.

A grande percepção de Francisco de Oliveira é apontar que no Brasil o mundo rural, considerado arcaico para as teses Cepalinas e do ISEB, e o mundo industrial, visto em contraposição como moderno, não são antagônicos, mas antes de tudo são partes que se retroalimentam dialeticamente a partir da superexploração da força de trabalho do campesinato e do proletariado urbano. O que nos aparece nas teses da segunda metade do século XX como força aparentemente arrebatadora do nosso atraso é, à luz de Oliveira, a condição basilar do capitalismo brasileiro e da tentativa de construção de uma hegemonia regional. Ao criticar esse dualismo, Oliveira estabelece também uma interpretação diferente sobre o subdesenvolvimento, isso porque o que este autor faz é pensar em uma relação inversa, posto que para ele as combinações entre as formas de produção atrasada e moderna estão em relação de simbiose. Vejamos abaixo:

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica, singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do atrasado”, se se quer manter a “terminologia”. (OLIVEIRA, 2013, p. 32)

Francisco de Oliveira então percebe o subdesenvolvimento como uma forma de expansão do capitalismo, e não uma formação pré-capitalista, pré-industrial, que estaria em uma etapa de preparação para o capitalismo:

[...] em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do modo de produção subdesenvolvido quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: Toda questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma posição entre nações, passando despercebido o fato de que antes de oposição entre nações o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição de classes sociais internas. (OLIVEIRA, 2013, p. 33)

Segundo o autor, o "subdesenvolvimento" seria então uma base ideológica que pavimentou as ideias desenvolvimentistas que acabavam desviando o foco teórico das

lutas de classes em um momento de transformação da economia agroexportadora para industrial urbana, numa conjuntura de acirramento das condições sociais.

Como dissemos, esse é um debate constante durante os anos 70-80. Com isso, esses debates são empreendidos pelo PREALC com base no pensamento cepalino e por alguns teóricos marxistas. Os elaboradores da PREALC constituem-se então de uma base de análise estruturalista, conforme, Sanches (2009):

Neste modelo haveria uma estrutura econômica dual, um pólo moderno, dotado de grandes unidades de produção e com relações trabalhistas assalariadas reguladas por legislação. Este coexistiria com um pólo de baixa produtividade, que teria pequenas unidades de produção intensivas na utilização da mão-de-obra desregulamentada, e que, portanto, participariam da economia informal.

A partir desse modelo, compreende-se então:

o Setor Informal é consequência do processo de crescimento demográfico que provocou a migração das pessoas da zona rural para as cidades, havendo uma desproporção entre capacidade de absorção em atividades protegidas – emprego assalariado com carteira – e quantidade de pessoas à procura de emprego. Dessa forma, os indivíduos viram-se obrigados a sobreviver por meio de atividades fora da relação salarial e sem proteção (SANCHES, 2009).

Assim, na análise estruturalista, o aumento dos fluxos migratórios internos e as ocupações dos grandes centros levaram uma massa de trabalhadores e trabalhadoras a ficarem às margens do trabalho formal. Nessa compreensão, o mercado de trabalho não conseguiu absorver toda a massa proletária que ocuparia as cidades. Desse modo, os trabalhadores, formam um setor informal³⁶:

De acordo com os trabalhos do PREALC, o excedente de mão-de-obra poderia ser ainda maior devido aos fluxos migratórios que se encaminhavam para os grandes centros urbanos. Estas pessoas, em muitas das ocasiões, não encontravam empregos na economia formal, com isso eram levadas a desenvolver alternativas para sobreviver. Uma delas era desenvolver estratégias de subsistência relacionadas a atividades de baixo nível de produtividade, as quais geralmente se encontravam na economia informal. (SANCHES, 2009)

Essa concepção pode ser caracterizada por enunciar integração entre as formas moderna e tradicional de organização econômica da sociedade (SANCHES, 2009).

³⁶ O termo setor informal se populariza a partir do programa mundial de emprego elaborado pela OIT em 1969.

Existe então, nessa interpretação, a noção de uma relação entre o trabalho formal e informal e que esse intercâmbio tenderia para o desaparecimento de determinados setores da informalidade. Em outras palavras, conforme Maria Cacciamali (2007, p. 147), os setores formal e informal são gerados simultaneamente pelo avanço da produção capitalista, e o setor informal pode coexistir com um mercado de trabalho em equilíbrio. A autora aprofunda esse debate afirmando:

Ademais, segundo os autores do PREALC, as atividades executadas sob a forma de organização do setor informal podem ser lucrativas no curto prazo; no longo contudo, tendem a perder a participação no mercado. A partir dessa constatação Tokman & Souza classificam os produtores informais como funcionais ou marginais. Os primeiros são exercidos em níveis de produtividade que permitem aos produtores resistir à concorrência capitalista, devendo ser, por isso, estimulados. Os segundos, entretanto, tendem a desaparecer, de sorte que é preciso pensar em qualificar os produtores inseridos nessa atividade a fim de capacitá-los para outras ocupações.

Contudo, a interpretação marxista se diferencia dessa visão, ancorando-se na ideia de exército industrial de reserva. Assim, a economia informal serviria ao capitalismo ampliando o exército industrial de reserva e garantindo formas de sua subsistência. Além disso, participaria ativamente do processo de acumulação capitalista atuando em seu modo de produção (SANCHES, 2009, p. 2).

Dessa forma, concordamos com Portes (1989), quando afirma que a informalidade é integrada à economia moderna e não um indicador de seu atraso. Seria, portanto, um elemento complementar. Portes e Benton (1987) se questionam a respeito da forte tendência de crescimento industrial dos países periféricos como o Brasil a medida em que também se expandia o trabalho informal. Ao pensar que a modernização vem em conjunto com o trabalho informal e que ambos se retroalimentam, corrobora-se, assim, com as constatações de Francisco de Oliveira.

Para Portes e Benton (1987), a história da industrialização na periferia do capitalismo diverge da forma como foi desenvolvido nos países centrais do capitalismo. Segundo eles, nos países desenvolvidos as legislações laborais foram acompanhando o desenvolvimento industrial. Em contrapartida, nos países em subdesenvolvimento, parte da legislação laboral precedeu o desenvolvimento, gerando resistência por parte dos empregadores em agregar mais trabalhadores pelos custos que acarretaria.

Essa relação de absorção das empresas formais sobre os trabalhadores marginais constitui parte integral da economia moderna e contribui para o seu funcionamento, apesar de que os mecanismos pelos quais se estabelecem os vínculos entre as empresas modernas formais e as atividades informais frequentemente estão ocultos – mas não deixam de ser reais.

Desse modo, os autores apontam para uma tendência das indústrias de incorporarem a força de trabalho excedente sob regime de trabalho com contratos pontuais, flexíveis e sem seguridade. Assim, as empresas agregam esses trabalhadores informais, valendo-se dos baixos salários. Com isso, é possível perceber como os empresários de favorecem dessa prática. Desse modo, mesmo que tenha baixa produtividade desses trabalhadores informais, esse fator é compensado pelos baixos salários e sobretudo pela ausência de restrições impostas pelo Estado.

Acreditamos que as contribuições de Francisco de Oliveira agregam de maneira mais profunda a relação que ele chama de simbiose das formas de produção ao discutir o processo de homogeneização do capitalismo a partir das discussões sobre as questões regionais. Como veremos no tópico seguinte, as simbioses das formas de produção partem de um processo lento iniciado no século XIX e será importante para consolidação do capitalismo brasileiro, que não se apresenta como forma de produção e reprodução única e homogênea, mas convive com outras formas de trabalho não capitalistas, tornando estas últimas em uma forma de trabalho funcional aos interesses do capital, como demonstra Barbosa (2022).

2.2 Desigualdades Regionais

Marca gritante da década de 70 é esta:

Abriram-se as comportas que represavam a população sob o guante das velhas estruturas agrária e industrial, e, como uma onda gigantesca, praticamente toda pessoa válida é incorporada ao mercado de reserva de mão-de-obra para os novos empreendimentos capitalistas na região. (..) **Lutando contra a morte latifundiária o Nordeste é uma Guernica a interrogar severamente os donos do poder.** (OLIVEIRA, 1971)

Temática larga e bem debatida por várias áreas, as questões regionais e suas diferenciações são fundamentais para nossa análise, uma vez que possibilitam perceber a Sulanca, antes de sua própria existência, como fruto das constituições regionais e reconfigurações do trabalho ao longo dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, compreendemos a Sulanca como modelo de produção assentado na precarização, informalidade e superexploração da força de trabalho que se tornou predominante na territorialidade do Agreste Pernambucano, sobretudo nas passagens do século XX para o século XXI. Portanto, utilizamos o conceito de região desenvolvido por Oliveira (2008, p. 145):

Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.

De maneira inicial, Francisco de Oliveira argumenta que seu conceito de região está ligado às formas de produção e reprodução do capital, considerando quais são as forças produtivas que vão se configurando dentro de uma determinada espacialidade e que vai se sobrepondo sobre outras formas produtivas, por exemplo. Para Guimarães Neto (1997), um ponto que deve ficar claro no exame da questão das desigualdades regionais é que, em geral, por trás das diferenças entre regiões e sub-regiões estão, sobretudo, diferenças, também marcantes, de relações de trabalho e de condições de vida da população. Assim, noção de região de Francisco de Oliveira é ligada não às questões culturais que envolvem e identificam determinada localidade, mas a como se deu o estabelecimento de uma produção econômica que vai caracterizar determinado espaço.

Para isso, por exemplo, o autor vai discutir os ciclos da economia brasileira, pensando quais mecanismos foram utilizados para geração de valor e como em um mesmo território nacional poderiam existir formas diferentes de reprodução do capital a partir das diversas formas de relações de trabalho e geração de valor e mercadoria. Formas de trabalho que estão de acordo com a divisão internacional do trabalho e as formas de dominação imperialista, dado que são tirados proveitos das diferenciações regionais, nos países periféricos³⁷. Assim, segundo Francisco de Oliveira (2008), as

³⁷ Francisco de Oliveira considera que no capitalismo as diferenciações regionais tendem a um processo de homogeneização das formas de reprodução do capital. Este aspecto é notado nos Estados Unidos, mas

classes dominantes externas e internas não possuem fundamentalmente interesses antagônicos, como pressupõem algumas teorias:

Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram sendo subjugadas à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de regiões, no sentido aqui considerado, é de uma evidência histórica irrefutável. Tais regiões se constituíram ligadas ao comércio internacional de mercadorias, sendo essa sua lei de reprodução no nível mais geral, mas, ao mesmo tempo *et pour cause*, mantendo ou criando formas de produção de valor bastante diferenciadas. [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 146)

Francisco de Oliveira ainda argumenta contra a oposição centro-periferia expressa nos projetos políticos econômicos das elites, e diz que “no atual estado da divisão internacional do trabalho do capitalismo as possibilidades desses conflitos (entre elites internas e externas), é cada vez mais reduzida”, sendo possível, somente, como inserção dessas disputas pelos interesses populares. De maneira mais sintética, Oliveira (2008, p. 148) define a região como:

[...] espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

Em seguida exemplifica da seguinte maneira:

É possível reconhecer a existência de espaços econômico-político-sociais em que, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem, no entanto, penetrar propriamente na produção; Tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial - em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma forma de indústria - o responsável pela reprodução do sistema; assim sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital conformariam “regiões” distintas. (OLIVEIRA, 2008, p. 148)

Essas regiões, por sua vez, são marcadas por diferenciações que não se devem por causas naturais, posto que as formas produtivas de determinada região não podem ser expressas a partir de um condicionante natural ou vocação,³⁸ mas como fruto de uma

visto que o Brasil está em uma posição periférica na divisão internacional de trabalho, as diferenciações regionais serviam aos interesses internacionais, demonstrando a relação desigual e combinada do desenvolvimento das forças produtivas na periferia.

³⁸ Notamos que existe no senso comum uma noção de que determinados espaços têm “vocações naturais” para algumas formas de produção e que, portanto, deveriam seguir esse caminho natural. Esse discurso é

relação que em certa medida tem o caráter de planejamento das elites em relação aos interesses ditos nacionais, em conformidade com os externos.

O conceito de região em Francisco de Oliveira apresenta uma dinâmica, pois, conforme mencionamos, para ele a região está mais ligada às formas de produção e reprodução do capital e, claro, pelas formas de dominação que as constituem. Dessa forma, não é possível falar em Nordeste, mas “Nordestes”, posto que não se trata de uma região homogênea.

Isso fica mais claro sobretudo no século XIX, quando, a partir da reorganização da divisão internacional, poderemos ver que o Nordeste açucareiro começou a ter barreiras de entrada internacional, pois houve o deslocamento do interesse externo no açúcar produzido no Caribe. Em contrapartida, a produção algodoeira e pecuária no Nordeste ganhou força, e a cafeicultura na região Sudeste. É importante perceber então que é aí que vai se configurando uma outra regionalidade, que também expressa os limites territoriais das regiões. Enquanto o Nordeste for um espaço dominado pela elite latifundiária voltada à produção do açúcar, esta vai expressar sua dominância até o limite, onde impera outra forma de produção e reprodução do capital, como coloca o Francisco de Oliveira (2008, p. 156-157):

As primeiras décadas do século XX e, quase todo o século XIX, vão configurar outro nordeste, ou outros “Nordestes”. Essas novas configurações estão marcadas sobretudo pela emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços; em suma, pela constituição da “região” no contexto de nação que se independentizava. Essa outra “região” é a do café, constituída preliminarmente pela mesma determinação externa, isto é, pelas suas relações com as potências imperialistas, e fundada também preliminarmente pelo mesmo modo escravista de produção, mas que se diferenciava na medida em que a circularidade do processo de produção e apropriação do valor se esgotava na relação Extra interna e nos requisitos que essa relação recolocava como pressupostos do processo de produção isto é na subordinação ao interesses do capital financeiro inglês sobretudo, mas francês também, e no caráter distinto da competição interimpérios: a disputa pelos mercados começava se intensificar-se, sobretudo entre capital inglês e norte americano.

Assim sendo, como aponta Oliveira, “O Nordeste açucareiro era deslocado pela competição interimperialista” (2008, p. 158), enquanto o capital internacional

também apropriado pelo discurso político. Essa naturalização tem a função de esconder os processos que são sociais e, ao nosso, ver acaba naturalizando formas de exploração do trabalho.

apropriava-se da produção do açúcar no Caribe. Como vimos, emerge desse arranjo os interesses iniciais na produção agropecuária e algodoeira, reforçamos assim que:

Enquanto o Nordeste “açucareiro” semiburguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. (OLIVEIRA, 2008, p. 158)

Essas mudanças apresentam efeitos não só de deslocamento das forças de dominação econômica, mas também no poder político exercido pela elite do açúcar³⁹. Destarte, o poder político dessas elites açucareiras vão sendo absorvido pela elite algodoeira-pecuária. Sendo assim, como bem observa Oliveira (2008, p. 159):

Não é sem razão que tanto o controle político da nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do “velho” Nordeste quanto o controle interno do “velho” e do “novo” Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte americano.

Assim, consideramos que a produção algodoeira tem uma dupla função no Brasil do século XIX. A primeira delas é atender à demanda internacional ao longo da Guerra de Secessão Americana, produzindo e exportando matéria prima para países como a Inglaterra⁴⁰. É nesse contexto que vão aparecer as primeiras indústrias têxteis⁴¹, mesmo que com muita dificuldade, como iremos abordar mais à frente. O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodão, desde o Maranhão à Bahia (Oliveira, 2008 p. 168). Essa nova estruturação regional que nasce para atender os interesses do capital internacional sustenta-se no modelo de segmentação das terras. Como explica ainda Oliveira (2008, p. 158):

³⁹ Segundo Oliveira (2008) é nesse momento que a imagem do Nordeste passa a ser a dos latifundiários do Sertão, dos “coronéis”, o que contrastava com a imagem dos saraus do Nordeste “açucareiro”. Ainda, segundo o autor, é assim que vai surgir o Nordeste das secas.

⁴⁰ Conforme Oliveira (2008), no período da Guerra civil americana, o Nordeste passa a enviar matéria prima para a Inglaterra, e quando tem fim do conflito nos EUA, ainda assim o mercado internacional recepciona o algodão produzido no Brasil como parte complementar da exportação da matéria prima no mercado externo. Assim, existe um papel de subordinação aos interesses do capital internacional que pode ser notada a partir do controle desse produto pelas empresas Clayton, SANBRA e Machine Cotton.

⁴¹ Em São Paulo, por exemplo, é possível identificar o nascimento dessa indústria de maneira incipiente e breve antes e durante a Guerra de Secessão, e de maneira mais enérgica no pós-guerra. Informações sobre essas primeiras indústrias podem ser encontradas no livro RIBEIRO (1985).

O fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. [...]

E prossegue da seguinte maneira:

O capital internacional sob a égide das “três irmãs”, Sanbra, Clayton e Machine Cotton, realiza, internacionalmente, sob seu controle, o valor dessa mercadoria. E cria, aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio um intermediário comercial que vai desempenhar a tarefa de recoletar, das milhares de pequenas plantações de algodão, os resultados da colheita: os fazendeiros, principalmente os grandes, convertem-se nesse intermediário comercial, que faz as vezes também de intermediário financeiro, por conta própria ou recursos das “três irmãs”, para financiar as entressafras, ou o período morto que medeia entre uma e outra colheita. (OLIVEIRA, 2008, p. 169)

Essa forma de subordinação também está presente na região do café durante o Brasil Império e na Primeira República. Assim, o que podemos perceber é a forte dominação política e oligárquica dos “coronéis” e dos “barões do café”, garantindo essa estrutura de produção e circulação do capital e o aborto da produção de mercadorias no país, impedindo o avanço da divisão social do trabalho rumo à produção industrial.

Ainda assim, podemos notar que a indústria têxtil nascente é possibilitada pelo capital proveniente da acumulação que vem das formas de exploração do latifúndio. Dissemos pouco acima que ela tem uma dupla função: a segunda delas é a produção de peças de vestuário, que, a princípio, foram destinadas aos escravizados nas fazendas e para a produção dos sacos de pano no qual se armazenava os produtos a serem comercializados.

Dessa forma, os interesses externos e internos são captados nas formas de planejamento, como detecta Oliveira. Isso porque no século XIX, podemos observar que o planejamento do Estado vai privilegiar a região Sudeste, com o acúmulo de capital em detrimento da região Nordeste. O que acontece, segundo Oliveira (1993), é que locais como São Paulo e Rio de Janeiro são beneficiados com um acúmulo primitivo de capital proveniente do Nordeste. Ainda segundo este autor, essa transferência de capital ocorre via ações da burguesia nascente nas regiões cafeicultoras em relação pactuada com os agentes do Estado Imperial.

O que acontece é que, nessas regiões, a burguesia então nascente enfrenta um primeiro problema relacionado à mão de obra, pois as formas de exploração do trabalho no Brasil à época eram provenientes majoritariamente da escravização, o que trazia consigo o receio de revoltas. Como forma de assegurar a propriedade da terra, conjugada às teorias racistas de “melhoria racial”, foi fomentar a vinda de força de trabalho estrangeira em substituição à força de trabalho escravizada, cada vez mais escassa na segunda metade do século XIX em decorrência da proibição do tráfico transatlântico e ao paulatino processo legal de abolição da escravização.

Nesse mesmo século, segundo Francisco de Oliveira (1993, p. 48), o Rio de Janeiro concentrava a maior parte dos trabalhadores escravizados, e ao solucionar seus receios com essa forma de trabalho, acabava por segmentar o mercado de trabalho entre as regiões ligadas ao trabalho cativo e o dito livre:

Mas a adoção de uma solução via imigração européia para a questão da mão-de-obra na expansão do café implica a primeira e mais determinante segmentação do mercado de trabalho que estrutura a moderna economia brasileira. Segmentação que vai congelar o escravismo nas demais regiões do país, pelo fato de impor uma cisão entre os diversos mercados de trabalho que já se unificavam no país, à base mesmo da troca do excedente de escravos, que reforçava a legislação precedente à abolição e anunciava o modo de produção de mercadorias. Troca entre Nordeste e Sudeste, extinção, finalmente, do tráfico, abolição parcial da escravidão nas províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, introdução do trabalho livre sob formas do aluguel dos próprios escravos — a que se referem tantos anúncios na imprensa da época — para trabalhos fabris e de construções públicas, não se tratando, pois, de empregos domésticos.

E essa cisão reforça-se pelo aspecto étnico: introduz-se uma competição no mundo do trabalho pelos postos mais baixos, antes reservados apenas aos negros, agora disputados entre brancos imigrantes e negros; estes podiam emigrar por sua conta e risco, enquanto os europeus contavam com a proteção de seus países de origem.

Essas reformulações no mundo do trabalho, como apontado acima, suscitaram a competição por postos de trabalho mais baixos, que, por sua vez, entrelaçaram-se às questões étnicas, o que só beneficiaria as elites.⁴² A discriminação étnica era uma das formas de dominação nesse processo de reorganização do trabalho e de expansão do

⁴² Essas disputas que atravessavam as relações étnicas e o mundo do trabalho podem ser mais exploradas nas discussões realizadas no já citado livro de CHALHOUB, 2001.

capitalismo brasileiro, o que só contribuía para rebaixar o valor de compra da força de trabalho e dissipar tentativas de resistência coletiva. Para Barbosa (2022, p. 68):

Em paralelo a esse processo de expansão, tornou-se lugar-comum analisar o desenvolvimento e expansão do capitalismo apenas a partir da desenvoltura do sudeste. Desse modo, parte importante dos estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil toma o que acontece no centro dinâmico (São Paulo ou Sudeste) como representativo do todo. Dois exemplos são dignos de nota: a narrativa de que o mercado de trabalho passa a existir no imediato pós-Abolição graças aos fluxos migratórios externos, a partir de uma expansão linear no tempo e restrita ao estado de São Paulo, para depois se generalizar ao resto do país; ou a narrativa de que o “setor formal” e o vetor das transformações sociais pos-1930, sendo o “setor informal” decorrência da regulação “insuficiente” ou “passiva” do Estado, ou resultante de uma industrialização incapaz de gerar empregos. Segundo essas leituras, o que acontece na região dinâmica aparece como o prenúncio do que devem esperar as regiões estagnadas, como se o capitalismo se expandisse feito uma mancha de óleo.

O que impede de ver o que se passou também no Nordeste brasileiro, segundo Oliveira (1993, p. 49):

Desde a segunda metade do século XIX, a indústria têxtil começou a expandir-se no Brasil, até em razão da própria Guerra de Secessão norte-americana, quando o algodão brasileiro alcança um lugar ao sol no mercado internacional. Segue-se daí, depois da recuperação do lugar da produção norte-americano nesse mercado, um esforço de industrialização, que se dá em todo o país, de alto a baixo. De Caxias, no Maranhão, a Valença, na Bahia, onde já na metade do século XIX havia uma unidade industrial com mais de 2000 operários escravos, grande mesmo para os padrões de hoje, passando por Pernambuco, Sergipe, Minas com Juiz de Fora (a Manchester brasileira, é bom não esquecer, apesar de Itamar), Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, num ciclo que vai até os anos vinte deste século.

Oliveira aponta ainda que em São Paulo, especificamente no ano de 1866, não se tinha registro de fábricas de tecido em funcionamento, mas apenas tentativas sem sucesso, porém na Bahia, em Minas Gerais e em Alagoas esse tipo de produção já estava presente. Com a Guerra de Secessão Americana, podemos notar também que o Agreste Pernambucano irá produzir algodão. Vale lembrar que o surto algodoeiro no Agreste Pernambucano já se aproveitara de uma mão de obra predominantemente não escrava (Oliveira 1993 p.75)

Perceber o Nordeste no século XIX é estabelecer uma relação dialética com o Sudeste, isso porque durante o período do Império a primeira região era a maior produtora de riquezas do país, de tal modo que o Estado brasileiro vai captar dessa espacialidade o capital necessário para o empreendimento do café, sua manutenção, expansão e organização da concorrência. Assim explica Oliveira (1993, p. 49):

O papel do Estado esteve, especialmente, na utilização dos recursos públicos na sustentação e expansão da cafeicultura, sobretudo na organização da concorrência. Não se tratava, ainda, de regulamentações de limitação da concorrência, nem sequer da proteção contra a dilapidação da força de trabalho. Aqui vai se tecer uma política de organização da concorrência — que é de liquidação dos outros capitais concorrentes e uma política de alianças, de uns setores contra outros. Para não haver absolvições nem pelourinhos. A quem quer que tenha algum conhecimento das finanças do Império, não escapará dependerem estas, basicamente, das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. Nos termos de hoje, em que São Paulo discute a questão, elas tinham superávit sobre o que o Império nelas gastava. O Rio era o grande gastador, mas também arrecadador, e São Paulo já figurava como um grande perdulário. Eis a segunda fonte da acumulação primitiva que alimentou a expansão cafeicultora.

Portanto, é possível notar que as fontes de expansão do café foram “pela acumulação primitiva: de um lado o Rio, com o comércio de escravos, de outro as fontes fiscais, drenando recursos das províncias superavitárias para as deficitárias”. De modo similar, o papel do Estado no século XX foi também o de bancar o preço do café no mercado internacional e subsidiar sua produção, em detrimento da acumulação e organização de outros segmentos.

Dessa forma, o que vai se forjando é uma elite dominante paulista com o subsídio do Estado e a forja de uma pactuação com as elites latifundiárias do Nordeste. Isso porque, como vimos, vai existir uma alteração no mercado da força de trabalho com a inserção dos imigrantes, enquanto as questões agrárias ficam irresolutas. Como explica Barbosa (2022):

Portanto, nos anos 1880, na antessala da Abolição, tem lugar uma redefinição do modo de enfrentamento do problema da mão de obra no Sudeste dinâmico, ao passo que no Nordeste predomina uma abordagem acomodatória. Estas diferenças dependiam por sua vez do modo de organização dos vários subsistemas regionais, ou seja, da sua produtividade econômica e do tipo de inserção no mercado internacional.

Até a década de 30 do século XX, o que vai passar a acontecer é a preponderância da região cafeeicultora e a manutenção da estrutura fundiária nas outras regiões, cujas oligarquias agrárias se beneficiam da estrutura fundiária concentradora, e passam também a aparelhar instituições do Estado, como é o caso do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras de Combate às Secas) e DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), afinal, essas instituições, voltadas para resolverem questões na região do polígono das secas, acabavam por favorecer a manutenção das formas de exploração no latifúndio.

As obras realizadas pelo DNOCS, ao invés de serem voltadas ao público para sanar os problemas da seca, eram realizadas para atender os fins da elite latifundiária. Assim, foram construídas estradas nas fazendas e rodovias públicas, porém essas rodovias eram feitas para favorecer o fluxo de passagem do algodão. Essas elites também acabavam por sugar os recursos dessas instituições. Segundo Oliveira (2008, p. 178):

O Dnocs dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: Não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas assim chamadas as ribeiras das barragens. O investimento do Dnocs reforçava, num caso como no outro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiro, parceiros e pequenos sitiantes. [...] A ação do Dnocs revestiu, nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agrava, formas típicas de acumulação primitiva. Recrutava-se a mão de obra desocupada pela estiagem, apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiro e parceiros haviam esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-a na construção de barragens e das estradas; o pagamento dessa mão de obra dava-se em espécie, isto, é fornecendo-lhe os alimentos- farinha, feijão e a indefectível carne-seca, esta nem sempre presente. [...] Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis” da oligarquia algodoeira-pecuária.

Ao aparelhar instrumentos do Estado, as elites latifundiárias passaram a estender seu poder e a manutenção das práticas de reprodução do capital. Com a chamada “indústria da seca”, o que vamos perceber ao longo do final do século XIX e XX é a transferência de força de trabalho da região Nordeste para o Sudeste do país, através da migração de trabalhadores, mas também de intelectuais, escritores, acadêmicos, poetas e músicos.

Com o fim da escravidão, o trabalho livre não foi o rumo tomado, como alguns podem pensar. A desescravização experimentada pelo Nordeste era resultado da precariedade da sua inserção externa. Barbosa (2022, p. 75) define o redesenho do trabalho nesses termos:

Processou-se assim uma transformação na antiga situação dos moradores, agora reclassificados como “moradores de condição”, que Manuel Correia de Andrade equipara a “assalariados” - no nosso entender, de maneira impropria -, pois como aponta o autor, o seu único direito “era o de trocar de senhor” (Andrade, 1963, pp. 96-97). Direito, aliás, mais formal do que concreto. Estes, para além de suas tarefas de segurança e proteção e das atividades de subsistência, deveriam trabalhar de forma regular e por prazo determinado para os proprietários de terras. Do contrário, seriam expulsos das terras. Recebiam ínfimos salários pelo seu trabalho em “troca” de um pedaço de terra, a “roca”. Ficava deste modo assegurada uma continua oferta de trabalho, tornando mais “racional” o uso da mão de obra, mas sem proletarizá-la plenamente. Imobilizava-se a força de trabalho, fazendo com que ela produzisse para o autoconsumo.

Tânia Bacelar de Araújo (2010) nos aponta, então, para a persistência dessa forma de trabalho anos a fio. O que acontecia na região é que a massa da população era produtora, porém sem-terra. O latifundiário possuía uma relação de parceria com o produtor. Este produzia no ano bom e o proprietário financiava, mas na hora da colheita, momento de fazer as contas, sempre era desfavorável a quem produzia.

As duas regiões (Nordeste e Sudeste) se formaram enquanto arquipélagos econômicos atrelados e subordinados aos interesses de suas elites regionais. Esse desenho só mudará a partir do processo de industrialização do Brasil, industrialização que a princípio se concentra na região do café, subsidiada com capital proveniente desta produção.

Assim conheceremos a expansão do capitalismo brasileiro que vai diluindo os arquipélagos econômicos, o que não significa aqui destruir as formas de produção presentes, por exemplo, no Nordeste algodoeiro pecuário, mas sim a integração das

regiões através de divisão inter-regional do trabalho, que atua de forma a tentar consolidar a região do café a partir de sua industrialização e produção industrial, que seria destinada às demais regiões do nosso país. Segundo Oliveira (2008, p. 199):

O desenvolvimento industrial da região de São Paulo começou a definir do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao arquipélago de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações internacionais.

Assim, o que se pode ver a partir da década de 30 do século XX é o Estado criando condições de integração regional de modo a garantir a circulação da produção industrial nas demais regiões do Brasil, expandindo o sistema capitalista no país. Essa expansão ocorrerá com a aliança das burguesias industriais em relação com a elite agrária sob as bençãos do Estado, como explica em outro texto Oliveira (1993):

Essa aliança, ao contrário da teoria da expansão da industrialização como mancha que se expande a partir de um centro, foi responsável pelo aborto da industrialização em várias regiões do país, em vários Estados, então províncias. A liquidação de vários empreendimentos não ocorreu porque eram feudais: feudal ainda é a Votorantim, assim como a Cidade de Deus, do Bradesco, em Osasco. Ou em todo o Japão. A liquidação se deu porque a aliança entre a burguesia cafeicultora e posteriormente a burguesia industrial com latifundiários retrógrados em todo o Brasil utilizou os poderes do Estado para manejar a concorrência, para organizar a concorrência.

A expansão da industrialização no Sudeste do país vai fazendo com que nesta região a produção agrícola tenha uma queda na renda interna, enquanto nas demais regiões a produção “arcaica” tenha mais participação. Esse processo contribui para a divisão inter-regional do trabalho, pois, à medida em que o Sudeste contribui menos no setor agrícola na renda interna, o Nordeste aumenta sua participação, como constata Oliveira (1973, p. 135):

Se analisarmos a participação da agricultura brasileira no total da renda interna de 1947 até 1968 veremos que esta cai de 31,7 em 1947 para 22,7 em 1968 ou seja, perde 9 pontos de participação, sendo que a queda é lenta nos primeiros 9 anos (2 pontos) e entre 1965 e 1968 se acelera, caindo 7 pontos. (...) Por sua vez, a indústria torna-se o setor de ponta, e aumenta sua participação em detrimento da agricultura.

Ainda que a agricultura tenha participação recuada na renda interna a partir dos anos 40, essa movimentação demonstra que o papel da agricultura no Nordeste tem um acréscimo, segundo Oliveira (1973). Isso porque sua participação foi de 19,9% da agricultura brasileira em 1947 para 24,6%. Em contrapartida, a região Sudeste, que tinha 51,7% da produção, teve um decréscimo para 37,9%.

Nesse mesmo período tem-se, como já falamos, uma crescente participação industrial na produção da renda interna. Ainda segundo Oliveira (1973, p. 137), esse setor teve um acréscimo de 16,6% em 1947 para 24,5% em 1968, e podemos constatar uma elevação na participação da indústria no Sudeste em detrimento do Nordeste e demais regiões. Enquanto a região Sudeste partiu de 74,4% para 80% entre 1947-1968, nesse período o Nordeste teve um decréscimo de 10% para 6,3%.

À medida que o Sudeste desenvolvia sua indústria, a região do Nordeste ficava com seu papel cada vez mais definido na divisão inter-regional do trabalho, como podemos perceber na relação do que se considera arcaico em relação com o moderno. Em meados dos anos 60 do século XX, à medida em que o capital industrial se expande, o que podemos perceber é que essa expansão foi cada vez mais integrando regiões à medida em que sua produção era escoada para o mercado interno, e essa expansão acabou por deslocar parte da produção para a região Nordeste. Como já discutiu Oliveira (1971), esse deslocamento traz consigo a criação de uma nova classe média que vai dividir os holofotes com a então elite agrária.

É nesse contexto de expansão que iremos notar, no período da ditadura empresarial-militar, o processo de modernização conservadora da região Nordeste, do qual a Sudene terá papel fundamental na expansão do capital industrial nesta região através de exonerações e incentivos fiscais, como observado por Oliveira (2008, 1993, 1973 e 1971). É nesse contexto que vamos perceber mudanças significativas na região do Agreste Pernambucano, possibilitando nos anos 70 e 80 a estruturação da feira da Sulanca.

Na divisão inter-regional do trabalho podemos identificar que o Sudeste demandava da região Nordeste força de trabalho que iria compor um exército de reserva das indústrias. Para Barbosa (2022, p. 86):

A “não organização do mercado de trabalho” nordestino e estratégica neste sentido, ao combinar relações de trabalho pautadas no subassalariamento no

campo e na indiferenciação social nos núcleos urbanos onde se acumula uma mão de obra sobrando. E dessa forma que se gestam as condições para as migrações regionais, inundando o núcleo dinâmico de uma população para o capital.

O autor segue da seguinte forma:

A partir dos anos 1940, o excedente estrutural potencial de força de trabalho se desgarrava para inundar o mercado de trabalho tendencialmente nacional nos anos seguintes. Havia muita lenha para se queimar nas caldeiras do capitalismo rumo a sua conquista do território nacional. Mas esse processo de daria de forma segmentada, mantendo um contingente fora das relações de trabalho capitalistas, ao passo que as relações entre os dois segmentos apresentariam características peculiares, ao longo do tempo, nestas duas regiões que nos servem de contraponto

Desse modo é possível perceber um fluxo migratório de mão de obra para a região Sudeste durante os anos 50. Esse movimento deixou mais evidente as disparidades regionais, porque, como vimos acima, as indústrias passam a se concentrar em uma região.

Os trabalhadores que saíam do Nordeste em busca de “ganhar a vida”⁴⁴, passaram a sentir os efeitos da vida dura também nos grandes centros e vão se ligando a trabalhos informais ou precarizados em São Paulo, formando uma massa de trabalhadores sobrando. Esses trabalhadores marginalizados, por sua vez, vão constituir nos grandes centros, mas também nos interiores, formas de resistir e sobreviverem como demonstra os debates de Larissa A. de Lomnitz (1975).

Com a criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), veremos, a partir do dispositivo de incentivo fiscal 34/68, a chegada de indústrias no interior do Nordeste, como processo de expansão e ampliação do capital. Porém é preciso pontuar que não é com a Sudene e com a difusão do capitalismo que explicamos o fenômeno da Sulanca. Como aponta⁴⁵ Vêras de Oliveira (2011), não foram os incentivos fiscais que forjaram a produção de Sulanca e que constituiu o a indústria da

⁴⁴ Termo bastante utilizado por trabalhadores que migraram que significa acender socialmente.

⁴⁵ DE OLIVEIRA, R. V. **O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem.** In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; DE OLIVEIRA, Roberto Vêras. Formas de trabalho no capitalismo atual: Condição precária e possibilidades de reinvenção. /Organizado por Angela Maria Carneiro Araújo, Roberto Vêras de Oliveira- São Paulo: Annablume editora, 2011.

confeção no Agreste. Ou seja, não foi um capital primitivo artificial, fruto de políticas públicas que criou o polo de confecções, como é o caso de outros polos. De acordo com Roberto Vêras de Oliveira (2011), o surgimento da Sulanca está diretamente relacionado com as iniciativas das pessoas em busca de sobrevivência em condições bastante adversas:

Esse fenômeno – de industrialização de uma região a partir de condições tão adversas, como as do Agreste Pernambucano, sem contar com aporte exógeno de capital e de tecnologia, em plena passagem dos séculos XX ao XXI (nunca antes tão dominado pelo grande capital); nem com um estoque de força de trabalho especializada (em plena afirmação da “era do conhecimento”); nem tampouco com incentivos e suportes por parte do Estado – só foi possível porque contou com a iniciativa, a perseverança e a criatividade de homens e mulheres pobres (poucos, no início; cada vez mais, na sequência; milhares e milhares, atualmente). A esses jamais se apresentaram outra opção, senão a luta tenaz e cotidiana pela estrita reprodução da sobrevivência. Para alguns, entre esses, que nesse processo foram se diferenciando dos demais e se distanciando dessa condição inicial se colocou um algo mais, uma chance de ascender a um padrão de consumo mais sofisticado, assim como de incorporar uma dinâmica propriamente de acumulação de capital.

A ausência do incentivo de políticas públicas às iniciativas das pessoas de Santa Cruz do Capibaribe é salientada por Roberto Vêras de Oliveira:

A formação do aglomerado se deu de forma autônoma, sem que, pelo menos diretamente, em sua trajetória, houvesse intervenções de políticas públicas determinantes [...] Personagens pioneiros, no município de Santa Cruz do Capibaribe, ajudaram a construir um novo território, com novos significados sociais, econômicos e políticos, numa área que, a princípio, de outra forma estaria condenada à estagnação, como ocorre com a maioria dos municípios do semiárido nordestino (VÉRAS DE OLIVEIRA, *apud*, CABRAL 2011, p. 30-31)

Segundo Vêras de Oliveira, portanto, a feira da Sulanca nasceu e se desenvolveu de maneira “espontânea”, isso porque trabalhadores encontraram uma saída frente a uma realidade de grandes dificuldades e precariedade. Em um território periférico, se desenvolveu uma pujante indústria de confecções, um feito surgido a partir da agência individual dos trabalhadores e trabalhadoras que constituíram esse empreendimento. Assim:

o *Polo* não foi senão resultado da ação “espontânea”, “autônoma”, de homens e mulheres habitantes da região, movidos pela necessidade de buscar alternativas às adversas condições de trabalho e de vida a que sempre

estiveram submetidos. Com o seu desenvolvimento, no entanto, foi estabelecendo conexões com os mercados capitalistas (na venda de produtos, na compra de insumos, na busca de crédito, na demanda por serviços diversos etc.) e, conseqüentemente, com as dinâmicas de acumulação de capital, em suas diversas escalas de realização. Ao mesmo tempo, vem crescendo o envolvimento de instituições públicas e privadas, dotando o *Polo* de processos mais sofisticados de interações internas e externas.

Desse modo, pretendemos no próximo capítulo demonstrar de forma mais densa a formação da Sulanca como uma forma de trabalho autônoma, fruto das necessidades dos trabalhadores que estão sob as margens do processo de expansão do capitalismo. Assim, buscaremos apresentar a trajetória da feira e dos feirantes.

3. Experiências e labutas, conflitos e conquistas

Se eu pudesse, eu não estaria aqui, eu estaria no mato limpando, roçando, cortando, tirando madeira, fazendo carvão. O que eu puder fazer mais rápido possível. Eu já tenho 45 anos, entro os 46, eu creio, em nome de Jesus, que não vai um ano menos disso. Eu quero sair de costura, pretendo mesmo sair, o mais rápido possível.⁴⁶

Como é possível identificar na epígrafe, a costura é a tônica da Sulanca e de quem a compõe. porém, após lermos, refletirmos e praticarmos a escuta sobre quem trabalhou nessa feira, por tantos anos percebemos que essa forma de trabalho não atribui muito sentido à vida e à existência dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que o trabalho na Sulanca não era a primeira opção de labuta, mas sua oportunidade de sobrevivência. Pois, em suas décadas iniciais, a ideia dos agentes que fazem a feira era encontrar uma alternativa em um espaço onde a agricultura e a produção de calçados estavam sofrendo com as secas.

Assim, como citamos em nosso primeiro capítulo, foi na relação entre tropeiros, galinheiros e viajantes que surgiu a alternativa da costura, tendo por pioneira na produção de confecção Santa Cruz do Capibaribe, e mais expressivamente, a zona rural desse município, ao lado de outros, como Caruaru e Taquaritinga do Norte. Enquanto o Sudeste do Brasil se desenvolve a partir da industrialização estimulada por políticas públicas, os efeitos da indústria e da modernização não são sentidos em todos os territórios do país. É o caso da região Agreste de Pernambuco.

Segundo os estudos levantados do DIEESE (2010, p. 8):

A necessidade de se reinventar promoveu a busca pelo tecido em outros Estados como São Paulo e, mais recentemente, na Paraíba, ou até mesmo o aproveitamento de sobras do produto. A arte de transformar restos de tecido em produto e a intensificação do fluxo comercial entre os estados de Pernambuco e São Paulo, pelos comerciantes pernambucanos que viajavam a São Paulo para comprar matéria-prima, deram origem ao nome da famosa feira semanal de confecções na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a Feira da Sulanca.

⁴⁶ Relato oral contido no documentário *Pega-se facção* (2020).

Mesmo com as dificuldades, como a falta de chuvas e climas secos, a agricultura teve um papel importante no processo de formação da Sulanca. Isso porque a indústria de confecções, que vai sendo gestada ao longo da segunda metade do século XX, não terá participação de capital privado ou de incentivos públicos: “O capital acumulado para o início da atividade veio do êxodo rural, onde famílias vendiam suas terras para irem morar na cidade e empregarem o capital na produção de confecção” (Bezerra, 2011, p. 107). Bezerra (2011) ainda afirma que “mesmo para os que não migraram, mas se envolveram na confecção de alguma maneira, faziam isso com recursos oriundos da produção agrícola. Neste sentido, portanto, podemos inferir que, historicamente, a atividade agrícola serviu como uma espécie de acumulação primitiva”.

É o caso de Caruaru também, pois, a partir de relatos orais contidos em documentários, como o *Pega-se facção*, produzido em 2020, podemos identificar como agricultores foram trocando a enxada, pelas máquinas nos momentos de crise: “Agricultura é uma vez no ano, né, [se a] plantação [não] tiver lucro, não dá para se manter, não dá de jeito nenhum, a gente tem que saber dividir um pouquinho, de um pouquinho de outro”⁴⁷. Assim, os mundos rurais se ligam, como já dissemos, ao mundo urbano.

É ao longo dos anos, 1970 e 1980 que veremos o desenvolvimento das Sulancas, em Caruaru, Santa Cruz e Toritama. Os efeitos do crescimento da feira e das confecções são sentidos, sobretudo, nas duas últimas cidades citadas, porque, como já dissemos, Caruaru já gozava da posição de uma cidade que tinha um centro comercial, estabelecido com uma gama de serviços que eram utilizados pelas cidades circunvizinhas, além, claro, desta cidade ser beneficiada por sua feira tradicional.

Dessa forma, inferimos que, ao contrário de Santa Cruz e Toritama, Caruaru tinha uma diversificação econômica que conseguia atração de trabalhadores das cidades vizinhas.⁴⁸ O que podemos identificar, é que a Sulanca servirá como uma alternativa para as cidades e comunidades periféricas. Destarte, não é difícil observarmos como a partir dos anos 80 foi se ampliando o número de municípios que possuía uma feira de Sulanca e/ou estava produzindo para essa feira. No dia 18 de janeiro de 1985, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* noticiava:

⁴⁷ Relato oral contido no documentário *Pega-se facção* (2020).

⁴⁸ Em um trabalho de catalogação de fontes para o Sindicato dos Comerciantes de Caruaru, identificamos, através das fichas de cadastros, que parte significativa dos trabalhadores do comércio desse município tinham origem nas cidades vizinhas.

SULANCA

Condado também terá, muito em breve, sua feira de Sulanca tal como a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, uma vez que é uma das metas do prefeito Honorato, ainda este mês, iniciar uma fabriquete de confecções diversas, empregando mão de obra ociosa de senhoras e moças da localidade as quais exporão seus trabalhos à venda, nos fins de semana quando a realização da feira típica.

Além da cidade de Condado, que fica na mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, a cidade de Araripina, no Sertão Pernambucano, ativaria a Sulanca para combater o desemprego. Podemos atestar isso em publicação, também do *Diário de Pernambuco*, em 2 de junho de 1986:

A prefeitura vai iniciar dentro de alguns dias, a execução de um projeto de valorização do artesanato de Araripina, passando a produzir no próprio município, dentre outros produtos, bola de couro, sapatos, rede, renda, renascença, e sulanca e tudo que possa ser industrializado, visando a diminuição da mão de obra ociosa que embora pequena existe na cidade.

É nesse período que Santa Cruz terá destaque, assim como Caruaru e Toritama, na recepção de mão de obra tanto para as feiras como na produção de confecções, além de compradores de diversas partes do Nordeste brasileiro, a exemplo do que se verifica em alguns dos relatos orais contidos no documentário *Sulanca*, de Katia Mensel e produzido em 1986: “eu venho de Salvador comprar Sulanca em Santa Cruz. Retorno segunda-feira às 17:00 com as mercadorias. Viajo 13 horas e revendo a Sulanca aqui em Salvador uma vez por mês.”⁴⁹ Ou ainda em outro: “eu venho de Triunfo, viajei 8 horas de viagem para comprar Sulanca para vender na feira.”

Durante os anos 1980, foram se desenhando os ciclos de feiras, nos quais existiam os dias específicos das cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz realizarem a comercialização de Sulanca. Inicialmente, com já afirmamos, as costureiras confeccionavam peças para o lar com retalhos, prática essa que irá se diversificar. É nesse período que a confecção de peças do vestuário será cada vez mais incorporada na produção e comercialização. Assim, com o estabelecimento de dias de feira para cada uma dessas três cidades, quem confeccionava poderia comercializar em três locais diferentes, o que é uma marca dessas feiras.

⁴⁹ Relato oral, contido no documentário *Sulanca* de Katia mensel (1986)

A possibilidade de vender o que se produzia em espaços diferentes movimentava quem produzia a se deslocar. Mas é também a necessidade de adquirir matéria-prima que provoca deslocamentos: “Eu viajo para São Paulo, compro tecido e envio para aqui [Santa Cruz do Capibaribe]”⁵⁰. O vai e vem de pessoas é característico da feira e de quem produzia para ela. De tal modo que essa fala a respeito do feirante viajar para comprar matéria-prima exprime o aumento da migração, principalmente a de retorno e a pendular, além do estabelecimento de rotas comerciais que vão se estabelecendo a partir de vínculos familiares e de amigos que residem em outros estados.

Alguns daqueles trabalhadores que foram para região Sudeste do país tentar “ganhar a vida”, ao se defrontarem com realidades adversas nas grandes metrópoles do Brasil, decidem retornar ao Agreste Pernambucano, sobretudo, ao terem uma noção do sucesso da produção da *Sulanca*, possibilitando assim terem acesso a trabalho. Assim, na faixa de três décadas – 1970, 80 e 90 –, se constatará números expressivos de migrantes retornando do Sudeste para Caruaru, Toritama e Santa Cruz, ao contrário do que acontecia em décadas anteriores, quando, na medida que o capitalismo industrial se expandia, a força de trabalho se deslocava para os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. É o que aponta Lyra (2005, p. 144-145), ao afirmar que:

Migrantes pernambucanos residentes em São Paulo alimentam a rede de comércio - formal e informal - estabelecida entre o sul do país e sua terra natal, reforçando sua relação com a família e a própria economia familiar; A rede estabelecida, proporciona o aumento do fluxo de retorno de migrantes residentes no Sul e Sudeste do país, em especial em São Paulo, seja de forma permanente, caracterizando uma “reversibilidade”, do fenômeno da migração, seja de caráter provisório, caracterizando o “ir e vir”, ou seja, “circularidade” dos migrantes.

É nesse período que a região do Agreste se destacou tanto com as idas e vindas de migrantes. Desse modo, entre 1970-80, essa região possuiu uma taxa grande de evasão, cerca de 39,3%, e, entre 1981-1991, 33,1%. Em contrapartida, no mesmo período, se teve o registro de maior taxa de migrantes retornando: 42,5% entre 1970 e 1980, 45,2% entre 1981-1991, e 41,3%, 1990-2000. Com esses dados, Lyra (2005, p. 145) aponta que:

⁵⁰ Essa fala é de um feirante não identificado, mas seu relato está contido no documentário *Sulanca*, de Kátia Mensel (1986).

Ao relacionar o volume de migrantes de retorno com o contingente populacional, evidenciou-se a expressividade dos pernambucanos da mesorregião do Agreste. Verificou-se, dessa forma, que a taxa média anual de migração de retorno superou a média estadual, quanto as demais mesorregiões, chegando a triplicar seu valor em relação à Mesorregião Metropolitana no período de 1981-1991. Tal condição reafirmou a Mesorregião do Agreste como a de maior intensidade migratória.

Esse aumento no número de migrações, como já dissemos, é fruto da capacidade de oferta de trabalho na região e a diversificação das atividades laborais, sobretudo nos setores de comércio e serviços. Caruaru, terá papel fundamental nesses dados, assim constata Lyra (2005, p. 147):

Desde a década de 70, novas atividades vêm assumindo um papel econômico importante na região, que envolve não só a produção - de roupa (Sulanca), de bordados e renda, de artesanato de barro – **como também, especialmente, a comercialização dessa produção, através da criação e do incremento de feiras livres- a Feira da Sulanca, em vários locais do Estado, e a Feira de Caruaru. (...) Em todo caso, pode-se admitir que a influência de Caruaru, seja na tração de migrantes de retorno de outros municípios pernambucanos para o seu espaço, seja na determinação de retornar a um município de origem situado nas vizinhanças de Caruaru.** (Grifos nossos).

Como dissemos, essas movimentações são características da produção de confecções da Sulanca, que irá servir como receptora de mão de obra, de compradores, mas também de garantia de insumos para essa atividade. Como destaca Sá (2018, p. 85):

Muito embora o retalho tenha sido crucial na constituição da atividade, esse fruto dos restos do processo de industrialização do país descartado inicialmente como lixo que ganha serventia na periferia, não viaja sozinho nos caminhões. **Tais idas e vindas abasteciam não somente as máquinas de costura. Com a migração e o fluxo nos sentidos de São Paulo e Recife, as máquinas e demais insumos necessários à incipiente produção passam a circular no Agreste.** (Grifos nossos).

Em São Paulo, na região do Brás, aqueles migrantes sem acesso às formas de trabalho formais passam a pegar os retalhos e encaminhá-los para vender no Agreste Pernambucano, e alguns migrantes se utilizavam dos transportes que vinham para o Nordeste e iriam retornar ao Sudeste como transporte para suas idas e vindas, reforçando os laços da Sulanca nessas duas regiões. Assim constata Gomes (2006, p. 160):

O último grupo de migrantes surge seguindo esse fluxo desse comércio, pois todos os dias saem caminhões levando toneladas de resíduos e retalhos para Santa Cruz, e no retorno serviam de transporte para o migrante. Conforme em depoimentos “cada caminhão de tecidos trazia cinco ou seis”.

Essas idas e vindas de feirantes possibilitou uma divulgação e popularização da Sulanca para além do Agreste Pernambucano:

Esses aventureiros partiam em carros, caminhões ou caminhonetes buscando novos mercados consumidores para a Sulanca. No início, priorizaram a Zona da Mata Pernambucana, depois ampliaram os seus interesses para outros mercados da própria região Nordeste, especialmente dos Estados da Bahia e Maranhão. No decorrer da evolução do processo, partiram também, para as regiões Norte e Centro-Oeste. (LIRA, 2011, p. 94)

A medida em que esses feirantes saíam para vender suas mercadorias, ia se popularizando uma fama para os municípios que possuía a Sulanca, sobretudo para a pioneira Santa Cruz do Capibaribe, que irá possuir a alcunha de capital da Sulanca. Essa constante movimentação se faz ao longo da história da Sulanca e permite com que os olhares do poder público e das mídias possam acompanhar o desenvolvimento dessa feira, sobretudo, nos anos 80, pois, enquanto o Brasil passava por crise econômica, os efeitos dessa crise não abalavam as oportunidades de emprego no município de Santa Cruz, por exemplo. A Sulanca passou a ser vista como de fácil capacidade de gerar empregos imediatos, dado que não precisaria de mão de obra qualificada. É o que podemos inferir a partir de uma reportagem do *Diário de Pernambuco* de 23 de abril de 1983:

Repetindo que o governo conferirá prioridade aos setores que mais empreguem mão de obra, o secretário da Fazenda afirma que a atual administração sustenta, até como fator de ordem psico-social, que há soluções fora da recessão. Somará esforços para desenvolver negócios partindo de experiências bem-sucedidas, na área de micro-empresas, como a da Sulanca em Taquaritinga do Norte, e o artesanato em Tracunhaém, sem desprezar setores tradicionais como o têxtil, grande absorvedor de mão de obra.

Assim, construiu-se uma narrativa divulgada nos jornais à época da Sulanca como um “milagre”, pois, em meio a um período de crise, as cidades que possuíam Sulanca acabavam empregando mão de obra nas confecções. É o que diz, por exemplo, uma matéria do jornal *Diário de Pernambuco*, em seu Caderno do Interior, de 7 de julho de 1983, intitulado “‘Milagre’ incentiva a Sulanca”:

Uma média de aproximadamente 500 toneladas de retalhos e peças de tecidos, provenientes de outras peças, é o quanto se calcula entrar mensalmente no município de Santa Cruz do Capibaribe. Igual tonelagem supõe se sair, no mesmo período com produtos acabados, ou seja, confecções feitas pelos moradores daquela localidade.

Por conta disso a cidade possui atualmente cerca de seis mil prédios, numerosas construções, inclusive, de cinco pavimentos, grandes movimentações de veículos e pessoas, uma situação de estável de emprego.

Essa pujança, por sua vez, era identificada pela Fidepe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) (1982), ao afirmar que, no início dos anos 1980, existiam em Santa Cruz cerca de 6 mil máquinas trabalhando para confecções em 6 mil residências. Milhares de costureiras trabalhavam como autônomas na confecção de vestuários com a marca registradas de “sulancas” geralmente adquiridas por pessoas de baixa renda (Fidep, 1982 p. 50).

Imagem- 11 Pequena Faccão de confecções em 1980 em Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Foto pertencente Acervo pessoal do fotógrafo José Romildo.

Na imagem acima é possível identificar no chão de uma residência os retalhos que se transformam em Sulanca, bem como é possível perceber a predominância do trabalho feminino. Essa fotografia consegue nos revelar o que ficará como característica da produção de confecções: O trabalho feminino e a transformação do lar em pequena facção.

Em 3 de outubro de 1983, por ocasião da festa do padroeiro da cidade, São Miguel, o *Diário de Pernambuco* publicava:

Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade diferente: há 30 anos, apenas umas 8 ou 9 ruas. Hoje, perto de 150, onde mais de 10 mil máquinas trabalham, produzindo riquezas- **o milagre da sulanca**. Hoje até exporta confecções para outros Estados. O movimento é intenso não se vendo a miséria das cidades vizinhas, onde em cada esquina encontramos uma pessoa ou mais pedindo esmolas para garantir a sobrevivência.

Esse crescimento urbano de Santa Cruz, em função da produção de confecção e da feira da Sulanca, promove a aproximação do poder público. Se citamos que antes a feira e a produção de confecções se desenvolveram sem participação de capital privado e capital proveniente de incentivos do Estado, a experiência do Agreste Pernambucano pouco a pouco chamava a atenção dos bancos públicos. Assim, o BANDEPE passará a intervir, concedendo linhas de créditos a juros baixos. Era também uma forma de manter no Agreste Pernambucano a geração de empregos: “O crédito dado a essa mulher de Santa Cruz, a gente dá com uma boa tranquilidade do mundo. *Sabe por quê? Nós temos certeza de que ela vai pagar em dia. Elas não querem ficar sem crédito*”, afirmava um credor no documentário *Sulanca*, de Kátia Mensel, em 1986.

Outra forma de observar a aproximação do poder público foi a expansão de 9 km da PE-160⁵¹, estabelecendo ligação com BR-104, uma das principais rodovias do Estado que conecta Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Esse trecho, no que lhe concerne, entrelaça Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Nos anos 2000, essa passagem ficará conhecida como Rota da Moda.

Em uma década (1980-1990), podemos perceber que a feira, que nasceu como a reinvenção de trabalhadoras/es rurais na luta pela sobrevivência, às margens da expansão capitalista, vai se entrelaçando com capitalismo. A forma de trabalho até então não capitalista torna-se cada vez mais funcional, isso porque o excedente de trabalhadores que não tinham acesso ao trabalho formal nos grandes centros do país passam a retornar ao Nordeste, principalmente para o Agreste Pernambucano, a fim de se ligar à feira da Sulanca e produção de confecções. Dados do *Diário de Pernambuco* de 24 de agosto de 1986, apontam que nesse ano tinha-se, ao longo do Parque 18 de Maio, 5 mil bancos de feirantes sulanqueiros em Caruaru.

⁵¹ Essa obra de ligação acontece dentro de um projeto do governo do estado de Pernambuco intitulado Projeto Asa Branca. A intenção era melhorar as rodovias estaduais e pavimentar estradas que ligassem alguns distritos aos municípios sede. Essa obra de infraestrutura montada buscava fazer essas ligações, sobretudo como forma de combate às secas, assim como forma de escoar a produção de diversas partes de Pernambuco, ligando-as a outros estados também.

Em igual período, identificamos, mediante reportagens do *Diário de Pernambuco*, que Santa Cruz do Capibaribe irá recepcionar serviços bancários e terá acesso também a uma rodoviária municipal. O crescimento da Sulanca possibilitou a expansão da indústria de confecções, que cada vez mais, nos anos finais de 1980 e início dos anos 90, carecia de pessoas para trabalhar. Ainda, nos anos 1990, com o sucesso das feiras da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, e com a produção pujante de jeans em Toritama, poderemos identificar que os debates serão sobre o próximo passo que esse conjunto de cidades devem tomar.

3.1 Tecendo um polo de confecções: sua formação e características

Na década 1990, a notoriedade da Sulanca se alastrava, sendo que esses municípios passam a ser objetos de estudos e pesquisas para compreender o fenômeno que é a produção de confecções no Agreste. Esses estudos debatiam, por exemplo, a formação de um arranjo produtivo local na região, o que nortearia a produção e o que buscava desenvolver o que se produzia nesse território. Um dos desafios era superar o termo Sulanca. Isso porque, como vimos, a origem do termo está ligada a resíduos da produção têxtil dos grandes centros do Sudeste. Esses resíduos de helanca, por sua vez, eram entendidos como matéria-prima de baixa qualidade. O termo acabava por associar as peças produzidas na região como peças baratas porque eram de qualidade baixa. A ideia então era substituir o nome Sulanca por Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, vindo a compreender uma série de municípios, tendo Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru como cidades sede.

Deste modo, o que podemos perceber é a preocupação de entidades privadas, com o Sebrae-PE, e entidades públicas, como a UFPE através da FADE, assim como os boletins do DIEESE e estudos do BNB. Os levantamentos feitos por esses institutos e bancos nos fornecem bons dados para compreensão e caracterização da produção de confecções e da situação dos trabalhadores inseridos no agora chamado Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Esses dados, por sua vez, nos colocaram a perceber as continuidades das formas de trabalho, costumes e hábitos que tanto a feira quanto a produção de confecções vão tendo por características.

Entre essas persistências podemos identificar, por exemplo, a continuidade e a predominância do trabalho na produção e na comercialização de caráter familiar, ou seja, as formas de ensinar a produzir a partir de um familiar, amigo, vizinho ou outra

figura próxima, o trabalho informal, a transformação de espaços domésticos em mini fábricas, os desarranjos com o poder público, o trabalho infantil e a baixa remuneração. Sobre isso, observemos o relato abaixo, concedido pela empresária Joana D'Arc, que produz fardamentos, para um documentário, A força da moda, do canal de televisão pernambucano TV Asa Branca, em 2013:

Eu tinha um sobrinho que tinha fechado uma confecção e me chamava para trabalhar junto com ele. E nós conversamos em sociedade e começamos numa garagem que devia ter 12 m, 16 m. Depois meus irmãos têm um supermercado e eu cheguei nesse supermercado e encontrei muitos fardamentos que ele tinha comprado. Então eu perguntei a meu sobrinho como é que a gente fabrica. Que tem fardamentos que não é nosso, daí eu comecei a fabricar o fardamento. Uma pessoa viu e perguntou a ele quem fabricava. Então eu comecei a fabricar em um galpão de quase 4.000 m,² no distrito industrial de Caruaru. A estrutura, hoje, ela comporta cerca 250 funcionários. Esses funcionários estão divididos aí em mais de uma área de atuação. Então aqui eu tenho a área de malharia, aqui eu tenho área de fardamento. Essa área de fardamento, ela atende não só a área empresarial, mas eu tenho uma área hospitalar, eu tenho a escolar, e hoje a gente tem uma demanda bem mais acondicionada do que era antes. É uma empresa que realmente já faz parte no cenário realmente nacional, onde temos clientes de várias localidades, vários clientes que também são multinacionais. E até hoje é assim, nossos clientes sempre é muito fiel. Depois que o cliente vem, dificilmente ele nos deixa.

A história de Joana D'arc, mulher que iniciou sua confecção com um familiar, se entrelaça e se confunde com a história de diversas pessoas que formaram a Sulanca até chegar à classificação de Polo. Ressalta-se, porém, que o sucesso que essa trabalhadora e hoje empresária possui não é uma regra no Agreste. Isso porque as confecções, principalmente os fabricos, têm um tempo de vida muito curto. Os casos de sucesso de um fabrico ou confecção são poucos. Essa falta de longevidade, por exemplo, é constatada nos levantamentos do FADE-SEBRAE em publicação de 2003.

Nesse mesmo levantamento do início dos anos 2000, teremos o indício de 12 mil unidades produtivas, ou empresas, no Polo. Essas empresas (das quais somente oito por cento são formais) empregavam 76 mil pessoas produziam 57 milhões de peças por mês (FADE-SEBRAE, 2003, p. 9). Com essa produção volumosa, em 2003 o faturamento nessa região era de R\$ 144 milhões. Nesse mesmo período, o estado do Ceará possuía também uma pujante produção de confecções, com 5.500 empresas. Dessas, 3.980 eram informais e apenas 1.520 formais (VIANA, 2005). A facilidade de se inserir na produção de confecções é um dos pontos que avaliamos para que se tenha tantas pessoas produzindo e vendendo em lojas e nas feiras, como podemos observar no relato

de outro empresário do ramo de confecções no mesmo documentário *A força da moda*, da TV Asa Branca de 2013 :

Qualquer pessoa pode empreender. Então você chega compra o tecido, compra linha e começa, faz um short, faz uma camisa, vai na feira, consegue vender e assim vai. Então a força de trabalhar e o querer empreender é muito grande aqui na região, que fez com que a região crescesse cada vez mais num ambiente onde há três décadas, quatro décadas, não existiam investimentos públicos. Uma região que tinha diversos problemas graças adversidades em decorrência da falta de água e um ambiente onde as pessoas precisavam trabalhar da agricultura ou de outras atividades para subsistir. E após quase meio século aí de existência do Polo de Confecção a gente tem uma atividade bastante importante para o interior de Pernambuco e que está se apresentando a todo o Brasil.

Essa força que o Polo possui, com sua facilidade de as pessoas terem acesso a emprego ou de buscar ter sua própria facção, tem um impacto significativo no aumento populacional das cidades sede. Como já demonstramos nos capítulos anteriores, Caruaru, desde a década de 1950, tem uma tendência de crescimento populacional, o que nos já lhe configurava como um importante centro da vida Agrestina. Destarte, o crescimento em função do desenvolvimento da Sulanca terá impacto proporcionalmente ainda maior em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, se compararmos com Caruaru, como poderemos observar na tabela baixo:

Tabela 5 – Crescimento populacional, Nacional, Regional, Estadual e Municipal (1991-2000)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da federação e Município	População em 1991	População em 2000
Brasil	146.825.475	169.799.170
Nordeste	42.497.540	47.741.711
Pernambuco	7.127.855	7.918.344
Caruaru	213.697	253.634
Toritama	14.907	21.800
Santa Cruz do Capibaribe	38.332	59.048

Fonte: IBGE - Censo demográfico *apud* FADE-SEBRAE-PE (2003).

Embora o crescimento de Caruaru seja de quase 40 mil Habitantes, esse dado corresponde a um aumento de apenas 18% da população em uma década.. Já Toritama e Santa Cruz do Capibaribe possuem uma variação de crescimento, respectivamente, de 46,2% e 54%. Um crescimento populacional dessa magnitude só se viabiliza com uma contribuição importante da migração.

Esse crescimento populacional nessas cidades possibilitou, por sua vez, um aumento acima da variação do PIB nacional, regional e estadual, assim como demonstramos na tabela abaixo:

Tabela 6 - PIB das Cidades do Polo de Confeção em comparação com a variação nacional, regional e estadual

Brasil, Região Geográfica, Unidade da federação e Município	Variação do PIB total real 1991/2000
Brasil	31%
Nordeste	34,9%
Pernambuco	30,01%
Caruaru	35,2%
Toritama	41,9%
Santa Cruz do Capibaribe	60,4%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no FADE-SEBRAE-PE (2003)

Apesar do forte crescimento do PIB, nas cidades que compõem o Polo de Confeções do Agreste, o rendimento mensal médio dos chefes de domicílio nesse período passou por uma redução. Essa redução foi notada, sobretudo, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, e se deu, segundo FADE-SEBRAE (2003), pela migração de pessoas descapitalizadas, o que fez na última década (entre 1991-2003) esse rendimento baixar. Outra explicação se deve ao fato dos pequenos empresários de confecção, com pouco capital, passarem a tentar comprar mais máquinas para produzir⁵²

⁵² Essa diminuição só pôde ser notada a partir de uma série de cruzamento de dados. Isso porque até o período da pesquisa do FADE-SEBRAE (2003), o rendimento médio dos chefes de domicílio não

Assim, os espaços de trabalho informal vão se proliferando, de tal modo que afirmamos, assim como boa parte da bibliografia que discute o Polo de Confeccões, que as empresas (fábricas, fabricos, confeccões) vão ser predominantemente informais. Em 2003, por exemplo, 84% das empresas desse ramo informais em Caruaru⁵³. Ou seja, em Caruaru, de 2.380 empresas mapeadas nesse município, apenas 380 eram formalizadas. Esses empreendimentos, em sua grande parte são de caráter familiar e estão presentes nos subúrbios da cidade.

A partir das contribuições de Zanatta (2016), identificamos que o ramo de confeccões vai ter um número cada vez maior de fábricas têxteis e de confeccões em regiões periféricas, de caráter domiciliar e de pequenas e microempresas. Segundo a autora:

A facilidade em criar empresas de manufatura e o baixo custo da mão de obra corroboram para o cenário, possibilitando assim a expansão do setor. Setor esse que se configura de maneira muito heterogênea, composto predominantemente por unidades domiciliares e pequenas e microempresas. (ZANATTA, 2016, p.68-69)

Nas cidades que compõem o Polo e que as famílias estão no ramo de confeccões, é muito comum que elas vendam aquilo que produzem para feira. Na falta de capital para alugar um espaço, transformam suas casas em mini fábricas. Essas por sua vez, podem funcionar em garagens, salas, quintais e fundos de suas casas. Deste modo, o espaço doméstico é também o espaço de trabalho. Em Caruaru, em bairros como Salgado, São João da Escócia, Vila Kennedy, Demostenes Vêras, entre outros, é muito comum ouvir os barulhos das máquinas trabalhando, ou até mesmo é possível ver os trabalhadores e trabalhadoras em sua atividade laboral:

A produção inicia-se dentro das próprias casas e são denominadas pelos confeccionistas de “fabrico”. Com o crescimento da produção, o “fabrico” passa para o fundo do quintal ou para uma garagem improvisada, em geral sem muita estrutura. O “fabrico” tem a forma, quase sempre, de microunidades familiares, onde o proprietário ou proprietária gerencia e a família participa da organização do trabalho. (SILVA e MENEZES, 2013, p. 281)

estavam disponíveis. Apesar da nossa curta explicação, recomendamos ao leitor a leitura completa de como essa pesquisa chegou a esses dados.

⁵³ Em Toritama é notado que 86,3% das empresas não são formalizadas, enquanto em Santa Cruz do Capibaribe esses dados saltam para 95,8% de empreendimentos informais.

Esses espaços, que se configuram como microunidades⁵⁴ de trabalho, possibilitam que a produção de peças do vestuário, por exemplo, seja barateada. Cada microunidade se especializa em entregar uma parte da montagem da peça, enquanto outra unidade se encarrega de fazer outra atividade. Por exemplo, algumas emendam as peças, outras fazem os caseados e a travetagem, que exigem máquinas mais especializadas. As empresas executariam, então, as demais operações necessárias para ter a peça acabada. Mas há casos extremos de empresas que repassam todas as operações aos empreendimentos complementares (SEBRAE, 2013, p. 40). Esse fracionamento da produção faz com que não exista a necessidade de ter uma estrutura que comporte todos os processos que envolvem a produção de confecção. Assim, essa subdivisão é um subterfugio para grandes produtores e fábricas fugirem da formalização e dos encargos tributários

A terceirização dos serviços na confecção é algo bem comum. Segundo os estudos de Zanatta (2016, p. 69), é possível identificar duas formas de subcontratação, uma que é parcial e outra completa:

Na subcontratação parcial a empresa contratante transfere parte da produção a uma terceira empresa, fornece as matérias primas e produtos semimanufaturados necessários, ficando a empresa subcontratada responsável por parte do processo de fabricação. De outro modo, a subcontratação completa consiste na fabricação completa do produto. À empresa contratante, nesse caso, cabe o fornecimento apenas de suas etiquetas e material de embalagem.

Essas duas formas de subcontratação – parcial e completa –, segundo a autora, não são excludentes, porque tem empresas que utilizam essas subcontratações de forma concomitante.

A respeito da subdivisão das atividades, a partir da contratação de facções, a pesquisa FADE/UFPE (2003, p. 22) nos diz:

Esse tipo de estratégia possibilita uma grande redução de custos, à medida em que reduz o tamanho da planta principal, que se ocupa, unicamente da montagem final. Todavia, o processo é rentável na medida em que as microunidades são basicamente familiares e operando em termos informais. O problema é que o processo não pode ser padronizado e a qualidade final do produto fica comprometida. (Grifos nossos).

⁵⁴ É importante pontuar que existe uma distinção entre o fabrico e a facção. O fabrico é a unidade produtiva com marca própria e que acaba concentrando a venda da produção. Já a facção são unidades produtivas prestadoras de serviço. Utilizamos aqui a mesma definição de Zanatta (2016).

A constatação de que o produto fica comprometido reafirma a baixa qualidade das peças produzidas em função do trabalho faccionado. Não obstante, ainda no início dos anos 2000, é possível identificar que na região do Agreste pernambucano tem um valor de produção bem abaixo em relação a outros polos produtores ao redor do mundo. Assim demonstra a tabela abaixo:

Tabela 7 – Custo de mão de obra (US\$/hora) em países que se destacam na produção do vestuário

Alemanha	21,94
Itália	16,65
EUA	12,26
Hong Kong	4,90
Portugal	4,77
Brasil (Sul)	2,40
Brasil (Nordeste)	1,00
Turquia	1,95
Tailândia	1,56
México	1,50
China	0,52
Índia	0,50
Indonésia	0,24

Fonte: ABRAVEST *apud* BNB 2004

Corroborar com esse quadro a seguinte afirmação de um empresário do ramo de confecções no já citado documentário *A força da Moda* (2013) da TV Asa Branca:

O principal atrativo do mercado aqui do Polo de Confecção sempre foi o preço. E o produto é barato sempre, sempre é um dos grandes atrativos, porque o nosso principal mercado é o interior do Nordeste, são os estados do Nordeste. Esse foi o nosso primeiro mercado, foi o mercado do Nordeste e do Norte.

É possível fazer uma relação entre o quadro acima e a fala exposta para perceber que o barateamento das peças se dá pelo valor da força de trabalho. Atrelado a esse fator, pensamos que o fato de estar em uma região periférica do capitalismo contribui para o rebaixamento das remunerações. Quanto mais a região for periférica maior será a disparidade de pagamento por hora trabalhada se compararmos com os países mais centrais. Com isso, os trabalhadores e trabalhadoras buscam alternativas para compor sua renda.

Dessa forma, como maneira de complementar sua renda, muitas pessoas que possuem facções, fábricas, fabricos foram ocupando espaços nas feiras da Sulanca. Essas ocupações, aliadas à perspectiva de que o comércio da feira e da produção precisariam passar por um processo de modernização e padronização, possibilitou algumas mudanças que podem ser sentidas ao longo da primeira década dos anos 2000. Entre essas mudanças, podemos destacar a proposta de formação de centros comerciais que viriam substituir a organização da feira da Sulanca, ou seja, mudaria a forma “natural” pela qual esse empreendimento se formou. Esses centros foram concretizados nos 3 municípios sede do Polo de Confecção.

No início dos anos 2000, na cidade de Toritama foi inaugurada o Parque das Feiras, um local que concentrou e organizou a feira de rua nesse município. Foi então construída em um terreno com 9 hectares às margens da BR 104, e contemplaria boxes, estacionamento e praça de alimentação.

Imagem -12: Parque das Feiras de Toritama



Fonte: Bruno Muniz (2019)

Desse modo, ao analisarmos a imagem acima, é possível perceber que a construção do Parque das Feiras foi suntuosa, obra que se tornou possível através do investimento público sobre o município de Toritama. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe, em 2002, deu início à construção de um espaço que iria englobar a feira do município, uma vez que a feira já tinha tomado parte significativa das ruas do centro municipal:

O espaço ‘Moda Center Santa Cruz’ começou a ser erguido em 2002 em um terreno cedido pelo poder público e passou a ser um grande condomínio, resultando no crescimento da importância da cidade para o setor de confecções e para a economia do Estado. O local foi inaugurado há pouco mais de 11 anos, no dia 7 de outubro de 2006 e atualmente é composto por seis módulos, que ocupam uma área coberta de 120 mil m², construída em um espaço de 32 hectares. A ampla estrutura do Moda Center Santa Cruz, maior shopping atacadista de confecções da América Latina, reúne mais de 10 mil pontos comerciais, entre lojas e boxes, onde é comercializado um mix de produtos variados – roupas e acessórios – principalmente no atacado⁵⁵.

Caruaru, por sua vez, não alterou o local da feira, porém empreendimentos privados parecidos com o Parque das Feiras e o Moda Center passaram a existir também nessa municipalidade. Assim, em 2004 foi concebido o Polo Comercial, com intuito de ser um centro comercial que iria atender as demandas de lojistas. Esse centro possui 60 mil m², com estacionamento para 6 mil veículos e está localizado às margens da BR-104, sentido Toritama-Santa Cruz do Capibaribe.

Imagem 13 – Polo comercial do Agreste

⁵⁵ ESTEVES, Eduarda. Polo de confecções do Agreste um potencial pouco ainda pouco explorado. **Leia Já.** Disponível em : <<http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia1.html>> acesso em: 20/07/2023



Fonte: Redação Rádio Cidade (2020)

Muito embora, o Polo Comercial⁵⁶ tenha se estabelecido, a feira não perdeu seus comerciantes. Em relação à Toritama e à Santa Cruz, Caruaru manteve sua Sulanca como feira de rua. Isso se deve às “recentes” mudanças de local da feira tradicional nos anos 90 e porque a mudança de localidade da feira, historicamente, como vimos, gera um certo estranhamento por parte dos feirantes. Esse estranhamento é provocado por dúvidas e incertezas, pois não querem perder seus pontos e sua clientela fixa. Segundo alguns feirantes com quem tivemos contato, a mudança de local tem esse efeito negativo, porque quem compra suas peças já vai certo ao seu banco. Então mudar a feira de lugar seria alterar os hábitos e costumes dos compradores.⁵⁷

Ainda que a feira da Sulanca de Caruaru não tenha mudado de local, outras mudanças ocorriam, pois essa feira se expandia e agregava cada vez mais feirantes, ambulantes, carroceiros e compradores. Os efeitos desse crescimento é entendido por alguns feirantes como negativo. Isso porque quanto mais a feira crescia, mais espaço ela tomava, a competição aumentava e alguns comerciantes consideram que alguns espaços eram mais privilegiados que outros. Esse privilégio não vinha de algum favorecimento por parte do poder público, mas em função de alguns bancos serem mais próximos de estacionamentos, o que facilitava a vida do cliente que já descia e iria ao encontro aos comerciantes mais próximos.

É possível compreender esse processo que causou a insatisfação dos trabalhadores que se sentiram prejudicados com algumas imagens que demonstram as

⁵⁶ Com relação ao Polo Comercial de Caruaru, recomendamos a monografia de MACÊDO (2021).

⁵⁷ A título de sugestão, até o momento não identificamos trabalhos que dão conta de explicar as experiências de mudança das feiras de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama das ruas para centros comerciais. Acreditamos ser uma temática interessante a ser trabalhada.

mudanças na Sulanca. A imagem abaixo é uma referência ao início dos anos 2000, em dia de feira da Sulanca:⁵⁸

Imagem 14: - Sulanca no início dos anos 2000



Fonte: Roberto Silva (2005)

Com a imagem acima, podemos identificar como a feira ocupava diversos espaços. Isso porque a medida em que ela se expandia, ambulantes “fixavam” suas barracas ao longo das ruas e avenidas, bem como em terrenos em seu entorno, indicado pela seta 4.

A posição 1 aponta para o estacionamento ao longo do rio Ipojuca. Trata-se do espaço sobre o qual os feirantes relatam que ficava muito próximo de suas barracas no ponto 2, e que isso lhes favorecia. Porém, com a expansão da feira em curso, esse estacionamento tornou-se nos anos seguintes um empreendimento chamado de Fábrica da Moda. A intenção do dono do terreno onde estava o estacionamento era transformar

⁵⁸ Apesar de estarmos citando aqui a expansão da Sulanca, rememoramos que o espaço ilustrado na imagem comporta, além da Sulanca, a feira tradicional a feira de artesanato dentre outras.

aquele espaço em um lugar que iria agregar os comerciantes de Sulanca em lojas dentro desse local privado. Seguiria o exemplo do Moda Center e do Parque das Feiras. Assim, em 2003, os compradores perderam o espaço para estacionar seus carros, sendo direcionados a deixarem seus carros em ruas acima da Feira da Sulanca. Com isso, os feirantes perderam alguns clientes fixos, era mais cômodo para o comprador comprar peças em abundância em bancos próximos de seus veículos ou ônibus. Era uma questão de facilidade de locomoção.

O efeito que se teve foi o de bancos sendo abandonados. Os trabalhadores traçavam como estratégia tornarem-se clandestinos, ou seja, aqueles que ocupavam espaços como as ruas sem fazer o pagamento das taxas de solo, por exemplo. A expansão da feira abriu margem também para os chamados invasores que ocupavam os espaços da feira de maneira irregular; Nesse caso, sem pagar impostos e taxas necessárias como os demais feirantes.

Imagem 15 - Novo setor Feira da Fundac



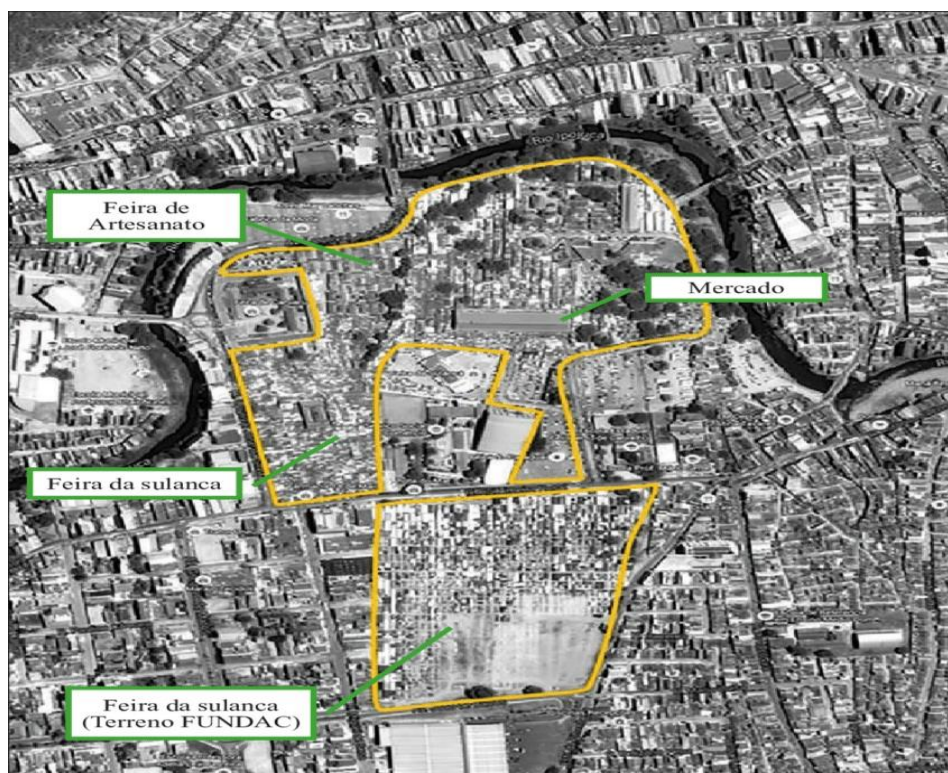
Fonte: Rádio Cultura (2018)

Enquanto isso, o poder público buscou controlar esse crescimento a partir da fiscalização sobre os feirantes e multas sobre os invasores. Conseguimos identificar que ao longo da primeira década dos anos 2000 e ao longo da segunda década, o abandono de bancos criou alguns setores, com ausência de feirantes, portanto, com pouca

circulação de compradores. Essas mudanças podem ser mais compreendidas a partir da trajetória de vida dos feirantes, que passaram por essas experiências.

No entanto, a imagem 15 acima demonstra o que na imagem 14 seria o setor 4. Reparem o nível de ocupação desse espaço. Após os anos 2010, para efeito de organização da feira, a prefeitura passou a alugar o terreno privado pelo qual as barracas já estavam tomando posse. Dessa forma, a prefeitura retira as barracas que ficavam nas ruas e passa a realocá-las nesse setor alugado, local esse que já foi um terreno público.⁵⁹ Esse espaço ficou conhecido como setor da Fundac, pois nesse terreno em anos anteriores funcionava a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), que foi transferida para uma outra localidade. Assim a configuração que a feira irá tomar pode ser notada na imagem abaixo.

Imagem 16 - reconfiguração da feira



Fonte: Gonçalves (2018)

⁵⁹ O deslocamento dos feirantes das ruas para essa propriedade privada pode se tornar objeto de uma pesquisa mais aprofundada, pois, apesar da mudança garantir um espaço para os feirantes comercializarem, alguns deles nos relataram que a forma como foi feita a transferência não agradou aos feirantes. Por mais que o poder público tenha feito a gestão no início da década desse setor da feira, atualmente esse espaço é gerido por uma entidade privada.

Mesmo com a mudança da feira, alguns problemas foram sentidos, pois a organização não significou uma melhora na estrutura para os feirantes. Um exemplo disso pode ser notado nos dias de chuva, conforme imagem abaixo.

Imagem 17- Sulanca em dia chuvoso



Fonte: Blog de Edvaldo Magalhães (2017)

Alagamentos constantes, piso irregular, barracos pouco estruturados, era um conjunto de fatores que produzia a insatisfação do trabalhador feirante. Juntavam-se a esses elementos a alta competitividade entre os próprios feirantes e o sentimento de desvalorização por parte do poder público. Um outro elemento histórico que notamos são os diversos acidentes ocasionados pela estrutura precária da feira. O tipo de sinistro mais comum que identificamos através dos jornais dos anos 90 e início dos anos 2000 foram os incêndios que ocorriam por existirem “gatos de energia”, instalações irregulares de energia elétrica que são comuns ao longo do espaço da feira.

As trajetórias de vida dos feirantes refletem muito sobre as dificuldades de empreender na feira. Porém os feirantes, em seus relatos, falam muito também de seus desejos, sonhos, conquistas e lutas. É sobre esse caráter que buscaremos refletir nos tópicos seguintes.

3.2 “Eu queria ter meu dinheiro”: As trajetórias de Bárbara e Marcos na produção e comercialização da Sulanca

Eu comecei a trabalhar eu tinha 12 ano. Aí tomava conta de uma prima minha que ela teve um susto e ficou deficiente quando ela acordou, porque faltou oxigênio. Aí a mãe dela não tinha com quem deixar ela, porque era mãe solo. Aí eu comecei com 12 e passei 2 anos trabalhando lá. Aí ela foi e comprou umas máquinas e eu sempre era doida para aprender a costurar, mas ela sempre dizia “não”, “não porque eu não vou ensinar”, “porque não sei o quê”. Aí com um ano e meio que eu trabalhei lá eu saí. Eu disse não, eu quero outra coisa, porque é muito ruim tomar conta de menino. Passou-se aí uma vizinha da minha mãe, já costurava em casa que no tempo ela tinha aquelas máquinas de pé, aquelas pretinha. Aí eu pedi para ela me ensinar. E ela perguntou “tu quer aprender mesmo?”. Aí eu já tinha 13 pra 14. Aí eu passei um ano e ela não me pagava, só me ensinava. Aí eu fui, a primeira máquina que eu aprendi mesmo foi na tatuzinha. Aí eu aprendi naquela de pé. Aí o pessoal passou a comprar máquina industrial que é mais rápido. Aí eu aprendi na overlocke e na interlock. Quando eu aprendi mesmo aí eu fui pra uma facção maior. Aí lá eu já estava dos 14 pros 15. Aí fiquei lá e trabalhei lá até 18 anos. (Bárbara, 36 anos, em relato concedido para o autor, em 9 de Setembro de 2022)

A história acima, à primeira vista, pode ser notada como uma experiência única. Porém a história de Bárbara é a história de muitos jovens do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Esse trecho da entrevista nos revela como muitos adolescentes foram se inserindo no mundo da costura, sendo trabalhadores diretos da Sulanca ou para esta feira.

Com isso, queremos afirmar que muitos dos trabalhadores e trabalhadoras ligadas ao Polo iniciaram sua jornada no mundo do trabalho ainda na adolescência. A juventude que começa a trabalhar na costura e na confecção é inserida dentro desse contexto, como forma de ajudar as suas famílias e adquirir sua autonomia financeira:

Dentre os membros da família, encontram-se os jovens que, em sua maioria, aprendem a trabalhar na produção das confecções com os pais ainda bem pequenos. Aos poucos cresce, nesses, o desejo da autonomia financeira. Como no “fábrico” a renda familiar é prioritariamente utilizada para as necessidades da família, os jovens, para atender suas necessidades específicas, começam a trabalhar fora de casa, geralmente em “fábricos” de parentes ou de vizinhos, partindo em seguida para constituir sua própria unidade produtiva. O desejo que impera em grande parte dos jovens do Polo é o de ser um empreendedor autônomo, destinando-se a montar o seu próprio negócio, reproduzindo a mesma estratégia de produção que aprendeu com seus pais. (SILVA e MENEZES, 2013, p. 282)

Portanto, a experiência de Bárbara é reveladora de outras experiências em comum. Ela iniciou sua vida no mundo trabalho como babá para uma parente e sentiu interesse muito cedo pela costura. Porém sua tia que costurava não tinha interesse em

ensinar a lidar com as máquinas. Desse modo, uma vizinha ensinou a jovem mexer com as máquinas e com a confecção, assim sendo, tal qual algumas pesquisas que apontam que a forma de ingresso no ramo da confecção se dá através de um parente ou um vizinho.

Assim também foi com Marcos, que muito cedo queria ter sua independência financeira e queria contribuir para a renda de casa. Marcos e Bárbara cresceram no bairro do Salgado em Caruaru e ambos foram ensinados por pessoas próximas que possuíam fabrico, o que, segundo Silva e Menezes (2013 p.43) faz parte de uma estratégia presente no Polo:

A contratação informal de mão de obra na produção familiar no Polo de Confecções do Agreste também envolve pessoas próximas, parentes ou vizinhos, para auxiliar no processo de produção; e acaba ainda por envolver uma grande rede de prestação de serviços, que serve como forma de suprir a falta de estrutura das unidades produtivas. Essa rede de prestação de serviços, em grande parte, é constituída por “facções”, cuja realização do trabalho é domiciliar.

Essas inserções de pessoas próximas possibilitam criar um ambiente de trabalho pautado na confiança, uma vez que, ao inserir um novo trabalhador na unidade produtiva familiar, o empregador buscava algum parente ou vizinho. Bárbara e Marcos se inserem dentro desse contexto. Ambos com idades muito próximas quando iniciaram na confecção, por volta dos 14 anos de idade. Ela e ele encontraram em pessoas próximas o apoio para aprenderem a profissão que há mais de uma década os dois se dedicam e labutam. Alana Moraes (2013) nos aponta para que esses tipos de inserções são pautadas em uma noção de “ajuda” que faz parte de um círculo mais íntimo e pela qual se forma uma espécie de contrato moral. Com base na própria autora, compreendo que essa noção pode ser estendida para vizinhos ou amigos próximos:

A grande maioria dos pequenos produtores ligados à “economia da sulanca” organiza sua vida econômica a partir de relações baseadas majoritariamente na confiança e no parentesco, nas quais a noção de “ajuda” é decisiva no que se refere ao trabalho de parentes, moradores ou não do domicílio em que funciona a produção. Estas relações se baseiam em um contrato moral, que mobiliza a participação de todos os membros da família, além dos “parentes”, para auxiliar na produção e na manutenção da economia doméstica. (MORAES, 2013, p. 314)

Bárbara conseguiu estudar e concluir o ensino médio. Casou muito cedo e ainda muito jovem enfrentou duras jornadas de trabalho nos fabricos em que trabalhou, com a dupla jornada ao chegar em casa. Marcos, por sua vez, também enfrentava a dura tarefa de conciliar estudos e trabalho. Porém o peso da labuta e das longas e cansativas jornadas de trabalho lhe fizeram trocar o turno da escola para o período noturno. Contudo logo abandonou os estudos no 7º ano do ensino fundamental para se dedicar ao trabalho:

No caso eu troquei o horário da escola para noite. Correria danada, pressão que dá o cara tá trabalhando. Aí nessa época comecei a ir para a feira deixar a mercadoria pronta, aí desanimei e deixei de ir para a escola. Você ia para feira de segunda de madrugada, de 3 horas da manhã para terça-feira, no caso segunda para terça, aí vendia normal, né? E só chegava de meio-dia em casa. (Marcos, 30 anos, em relato para o autor concedido em 10 de janeiro de 2023)

A respeito disso, Andrade (2020), em sua pesquisa sobre estudantes de Toritama que possuíam vínculo com o ramo da confecção, nos aponta para os desafios que essa juventude possui para completar sua formação. Segundo o autor, o trabalho precoce e precarizado se apresenta como um obstáculo. Deste modo, Marcos tentou conciliar, porém a dura jornada de aprender a costurar, produzir e ir às feiras para comercializar lhe fez desistir dos estudos ainda no ensino fundamental. Lyra (2011, p. 86-87) aponta que a utilização da mão de obra feminina e infantil em idade escolar ajuda a ampliar o processo de mais-valia e a baratear o custo produtivo, diminuindo o valor do produto e garantindo competitividade entre os empresários do setor.

Não à toa que dos anos 90 até o início dos anos 2000 as cidades sedes do Polo de Confecções contavam com um média de crianças em regimes laborais maior do que a média do estado. Enquanto Pernambuco registrava um índice de 9,1% em 1990 e 8,0%, em 2000, de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando, Caruaru registrou em igual período 10,8% e 7,1% nos mesmos anos. Muito embora Caruaru tenha tido uma diminuição em dez anos, não foi o caso de Santa Cruz do Capibaribe, que registrou 17,9% e 22,1%; Segundo dados do (FADE-UFPE, 2002)

Marcos também se casou muito cedo, aos 17 anos já tinha formado seu núcleo familiar. Porém, antes de se casar, ele contribuía com a complementação da renda do seu pai e da sua mãe. Com relação ao ambiente de trabalho e sua jornada de trabalho, ele nos aponta que:

(..) era microempresário pequeno, entendesse? Era uma empresa boazinha, sim. Sim, tem mais gente não, porque geralmente quando é assim, aprontamento não precisa de muita gente, não, entendesse? Que a demanda é pouca, também que é um microempresário, não é muita coisa grande, entende, duas a três pessoas. Por isso ia para a feira para ajudar. Mas quando chegava período de festa tinha que botar mais gente, tinha pagar gente de fora para dar de conta. Antigamente trabalhávamos de segunda a segunda, meu filho. (Marcos, 30 anos, em relato para o autor concedido em 10 de fevereiro de 2023)

Assim, os dias para Marcos eram cansativos e ele percebia que a remuneração não compensava sua jornada de trabalho, porque, por estar em uma pequena confecção, ele não recebia muito. Desse modo, seu trabalho não correspondia a sua remuneração, à época, semanal. Segundo o entrevistado, o seu trabalho “era tipo um trabalho escravo”, pois ganhava por semana 45 reais, com o adicional de 15 reais caso fosse para a feira da Sulanca. O trabalhador alega isso afirmando que ele possuía horário para entrar, mas em dias ou períodos de festas ele não tinha horário para sair. Segundo os dados do Sebrae (2002 e 2013), as jornadas de trabalho na produção de confecções atingiam 43 horas semanais.

Porém o que essas pesquisas não levam em consideração é a prática comum das horas extras. Marcos, Bárbara e outros entrevistados e entrevistadas nos afirmaram que em períodos de alta demanda chegam a trabalhar de 7h da manhã até às 22h. Em casos mais extremos, até às 23h ou meia-noite, claro que com períodos de intervalos para lanche, almoço e jantar. Contudo, segundo Bárbara, “só dava tempo de engolir e voltar a trabalhar”.

As horas trabalhadas a mais e o salário que não compensava fomentaram nesses jovens o interesse em ter seu próprio negócio: “aí só depois a pessoa vai abrir na cabeça para o cara querer trabalhar para o cara, que é melhor, entendeu? E aí eu me casei com a minha esposa, ela já era nesse ramo também”. Então, Marcos, aos 17 anos, casado com uma moça que já trabalhava no setor, conseguiu com o apoio da família de sua esposa montar seu próprio fabrico de aprontamento. A partir disso, é possível compreender o desejo de autonomia desses jovens. Assim, concordamos com Moraes (2013, p. 307), ao afirmar que:

A ideia de “independência” é central no universo daqueles que trabalham no Polo de Confecções. Essa noção parece estar fortemente vinculada com a percepção sobre o tempo do trabalho em duas dimensões: primeiro a partir da ideia do controle do próprio tempo de trabalho, já que o trabalho produtivo

está completamente imbricado com outras atividades da vida; segundo, com a importância conferida pelos produtores em sua relação com a mercadoria, ou seja, com o valor gerado pelo tempo de trabalho. A relevância que possui a busca pelo “trabalho independente” na região os diz algo importante sobre a configuração produtiva do Polo de Confeções.

Casada, Bárbara passou por um drama pessoal ao ser diagnosticada com um câncer que lhe fez pedir demissão da confecção que trabalhava para se dedicar a sua recuperação. Nesse ínterim, sua mãe juntou suas economias e conseguiu comprar algumas máquinas, propondo a sua filha uma sociedade. Assim, elas abriram sua própria facção, constituindo uma primeira experiência “autônoma”, de forma que poderia ou teria maior controle sobre seu tempo e serviço:

Eu casei e fiquei lá sabe, trabalhando com a mãe. Tava trabalhando e trabalhava, aí parava de meio-dia, almoçava, que a gente também tem um horário aqui para almoçar, essas coisas. E ia até 9, 10 horas da noite, isso eu fiquei até os 32 anos. (Bárbara, 36 anos, em relato concedido ao autor em 9 de Setembro de 2022)

Aos 32 anos ela engravidou e decidiu que não iria trabalhar com a mãe, pois sua rotina estava muito cansativa:

Com a minha mãe, eu só vinha para casa de 22 horas, todo dia. Aí quando foi com 32 anos, me engravidei da minha pequeninha, ela tem quatro anos. Aí eu ainda passei um ano lá. Aí eu fui, conversei com meu esposo, eu digo, “agora não dá mais, porque fica muito cansativo tanto para ela pequena, quanto para mim”, porque eu tinha que sair 6 horas da manhã daqui que era para ele me levar com ela, para ele poder voltar e trabalhar. Ele quis vir para casa, mas foi ruim, visse, para poder de vir embora, porque ficava aquela agonia, levanta cedo, já saía cedo, aí quando eu voltava para casa era 9:00 da noite. Aí para tomar um banho, muitas vezes já jantava lá também, sabe, para não perder tempo de ainda fazer comida aqui, para poder demorar mais, para dormir, aí tomava um banho, dava banho na minha pequena, e dormir para 6 horas da manhã já tá no pé de novo. Eu digo seis, não, né, porque tinha que levantar mais cedo, que era para organizar as coisas para gente descer para poder ir trabalhar. Dormia pouco, ele trabalhava muito, já tinha essa jornada. Bem, aí foi quando eu disse “não, não dá mais, não”. Aí com 33. Aí hoje eu tô com 36, aí tô em casa, agora é mais leve, é mais leve, né. (Bárbara, 36 anos, em relato concedido ao autor em 9 de Setembro de 2022)

A sua dura rotina lhe fez buscar trabalhar em seu próprio lar, transformando a sala de sua casa em seu espaço de trabalho. Os móveis, como sofá e televisão, deram lugar a mesas, cadeiras e a três máquinas com as quais ela ficou depois de ter trabalhado para a sua mãe. Muito embora ela tenha optado por trabalhar só em sua casa,

observamos que a sua rotina pesada de horas de trabalho não sumiu de sua vida. Ao contrário, as cobranças e pressões por entrega de volumes grandes de peças continuam em sua trajetória. Assim, revelando os conflitos velados no âmbito da produção de confecções, e, mais do que isso, que a busca desses trabalhadores e trabalhadoras por sua autonomia fugindo de patrões se esbarrava, justamente, nos patrões indiretos que contratavam seus serviços.

3.3 Os conflitos na trajetória de Marcos e Bárbara: problemas na produção e na feira da Sulanca

As “*facções*”, como grande parte das unidades produtivas da região, também são constituídas de modo informal. São formadas, particularmente, de costureiras, sendo essas geralmente donas de casa que não possuem vínculo empregatício com os empreendimentos que contratam seus serviços. Estão subordinadas a condições precárias de trabalho e sujeitas aos prazos, formas e valores de pagamento determinados pela parte contratante. Também as “*facções*” reproduzem a mão de obra familiar e a contratação informal de parentes e vizinhos. (Menezes e Silva, 2013, p. 284)

Bárbara estava submetida a essas relações descritas acima, é uma situação que persiste no Polo. As costureiras autônomas, por mais que não tenham patrões, ainda assim se sujeitam aos prazos, por vezes abusivos, de quem contrata seus serviços. Ao nos falar de seu período trabalhando em um fabrico, a entrevistada nos falou que muitas das responsabilidades dos patrões eram jogadas sobre as costureiras:

Era problema de dentro de casa que ia para lá, mas eu fazia meu serviço. Pronto, aí no outro, a mesma coisa, lá não já era mais um pouco tranquilo, que só era o salão. Aí todo mundo, cada um na sua máquina trabalhava, pronto. Mas se você quebrar essa máquina, você quem pagava as peças, o conserto, porque era o negócio era falta de atenção. Como você tava responsável, você tinha que repor. Era isso. Agora, se fosse um bloco, que é mais caro, que é uma peça que tem aqui dentro, se fosse alguma outra coisa, muitas vezes tirava do dinheiro da gente. Não descontava tudo de uma vez, porque muitas vezes, pronto... Eu trabalhava naquela, quando eu comecei a trabalhar na facção. Aí a gente foi passar, ele queria que eu passasse que nem um cóis na peça. Eu digo pra ele “não vai dar certo, que vai bater no zip”, ele disse “não, pode passar que dá certo”. Aí só ele. “Não vai dar”, aí eu digo, né. Ele mandou. Eu digo, “se quebrar, eu não me responsabilizo”. Aí ficou naquela sabe. Quando eu passei quebrou um monte de coisa (...). Aí, “eu disse a você que ia quebrar, não, mas agora vai ter que ver, eu disse a você...” Mas ainda paguei a metade do conserto. (Bárbara, 36 anos, em relato concedido ao autor em 9 de Setembro de 2022)

Na história contada acima, fica evidente uma forma de conflito no âmbito do trabalho e a responsabilização dela por uma insistência de seu patrão. Ela nos revela que na produção é muito comum que os trabalhadores paguem por qualquer peça quebrada de alguma máquina, tirando a responsabilidade dos patrões. Como geralmente não se tem fiscalização sobre esses ambientes informais, cobranças como essas podem ser notadas. Outro elemento que provoca a insatisfação e que Bárbara nos relatou é que em determinados períodos os trabalhadores que faziam o chamado serão (hora extra) não recebiam lanche dos donos de confecção, que, muitas vezes, também não obedeciam a um tempo mínimo de descanso.

Quando ela se tornou autônoma, identificamos que Bárbara passou a outro tipo de conflito, relacionado às cobranças e prazos apertados para entregas. Segundo ela, por diversas vezes foram enviados centenas de peças de roupas para ela ajustar sem tempo hábil para atender esses pedidos. Desse modo, é prática comum que ela deixe alguns finais de semana para trabalhar. Ela nos relatou também que os contratantes não costumam respeitar prazos e fazem excessos de cobrança, não respeitando horários, nem os momentos de descanso nos finais de semana. A entrevistada chegou a relatar que até em períodos em que ela estava doente, sem poder trabalhar, os contratantes insistiam para que ela trabalhasse e que entregasse as peças nos prazos. Os contratantes, chamados de “os patrões” por Bárbara, sempre faziam isso com um “jeitinho”, dizendo-se serem compreensivos, mas que se ela pudesse não deixasse eles na mão, que fizesse o que pudesse. Claro que esses relatos não jogam somente luz sobre as questões dos conflitos no âmbito produtivo, mas demonstra como funciona também a exploração do trabalho informal.

Se no local de produção verificam-se esses tipos de conflitos, a partir da história de Marcos podemos identificar como eram os conflitos na feira da Sulanca. Como dissemos em momento anterior, à medida que a feira crescia, os feirantes conviviam com as disputas internas pelos melhores lugares para venderem seus produtos, o que, para Marcos, “gerava tumulto”. Além disso, o nível de competição entre os trabalhadores, sobretudo entre aqueles que estavam comercializando dentro de um mesmo segmento de produto, era alto.

Além dos conflitos internos, existiam os conflitos externos. Esses últimos eram marcados pelas disputas entre os feirantes e a prefeitura municipal. Essas disputas,

segundo Marcos, é o motivo pelo qual a feira de Caruaru é desorganizada e deixa a desejar se comparada com Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Quando Marcos conseguiu formar seu próprio fabrico, ele se deu conta que por si só sua própria produção ou aprontamento para terceiros não seria o suficiente financeiramente para ele e sua família. Desse modo, entre os anos 2013 e 2014, como estratégia para complementar sua renda, decidiu comprar um banco para comercializar seus próprios produtos. À época, como já dissemos, a estrutura da feira era muito precária e o jovem, então, conseguiu um banco em um dos veios da feira que ficava na Avenida Miguel de Sena. Essa localidade era onde ficava os feirantes que foram deslocados para o setor da Sulanca Fundac.

Marcos relata que os dirigentes políticos da cidade não demonstravam um real interesse em melhorar as condições estruturais da feira e que os fiscais da prefeitura sempre faziam as cobranças das taxas e impostos para comercializar antes mesmo dos feirantes venderem algo, prática que ele considera abusiva. Ainda nesse referido contexto, o entrevistado nos revela que quem não pagasse essas taxas perdia o direito de comercializar na feira:

Pagávamos 10 reais, a gente subiu lá para cima (Fundac) no começo já foi para 15. Antigamente não tinha nada, você botava sua própria lona, era um banco de madeira com sua própria lona. A gente foi para lá, não te encontravam, né, o cara perdia muito cliente, né. Começamos do zero. Para normalizar de novo, acho que passou mais de um mês, entendesse, para os clientes saber onde era a base. Tudo porque lá em cima era para o setor, era lá, era jeans. Tinha uma forma, era panela, era tudo misturado, todo misturado ali. É humilhante, né, bicho, porque os pessoal lá em cima para a gente falar assim, como se fosse o prefeito, essas coisas, eles não quer saber dos pequenos, né, eles quer fazer ele e pronto. entendeu? Vê Santa Cruz, é mais controlado. Aqui não, aqui é jogada, pô, é banda voa. Não tem não organização, não, a gente não quer saber, não, e entra muito dinheiro, entendesse? A Feira da Sulanca gera muito dinheiro para o município de Caruaru, mas só que eles não liga, não liga, só quer saber de dinheiro na mão. (Marcos, em relato para o autor concedido em 10 de fevereiro de 2023)

Para Marcos, o conflito se acentuou quando a prefeitura decidiu transferir os feirantes que ficavam nas ruas, como na Miguel de Sena, para o terreno da antiga Fundac. Segundo o feirante, essa mudança não agradou nenhum trabalhador porque a consequência foi a perda de seus clientes e o deslocamento de sua barraca para um local “nada a ver”, que ocasionou uma desorganização interna dos feirantes, que, mesmo na rua, se organizavam por setores e segmentos e, quando a prefeitura faz a

transferência desses feirantes, acaba misturando os setores, desfazendo o padrão criado pelos próprios trabalhadores.

3.4 “A gente nasce sabendo a trabalhar na terra”, porém, a necessidade empurra outras experiências: o Galego e a Sulanca

Nascemos na agricultura, né? Nós nascemos e se cria no sítio, aí você sabe né, quando a gente nasce no sítio não tem o que saber aprender, não, já tá, já nasceu apreendido, né, porque o que acontece de manhãzinha é o que, é soltar os bezerros para tirar o leite, né? Você sabe que menino é danado, aí é soltar os bezerros, tirar o leite, tirar o leite quando terminar o leite, moer o milho para fazer o cuscuz, né, para tomar o café. Aqui depois, ia para roça, ia plantar e ia limpar, vai chegar uma colheita, colher a batata, acaba a data que é para o milho, põe o feijão, pronto. E aí saiu da roça né, é o nordestino da roça que é da hora e aprender a fazer renda. Aí foi, depois dos oito anos o pessoal começou a trazer rede para as casas do povo, não sabia nem o que era a rede, mas começou pessoa ensinando bater a trança casear. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

Galego, como gosta de ser chamado, é filho de agricultores, “nascido e criado” no interior da Paraíba, na zona rural de São Bento⁶⁰. Ao longo dos anos 2000, se viu sem alternativas de emprego, pois as secas atingiram a região em que ele morava, afetando sua produção e seu animais.

Acostumado à labuta no campo, trocou a enxada e a lida com os animais para trabalhar comercializando na feira da Sulanca de Caruaru. Ao longo de sua trajetória, o entrevistado nos demonstrou como sua vida no campo tornava seu ato laboral um “hábito natural”. Isso porque, segundo ele, o matuto da roça já nasce sabendo o que deve ser feito. Assim, na passagem citada acima, nos lembramos dos estudos de E.P Thompson quando o autor fala sobre as orientações pelas tarefas (THOMPSON, 1998, p. 268). Então, compreendemos que quando Galego diz “porque o que acontece de manhãzinha é o que, é soltar os bezerros para tirar o leite, né? Você sabe que menino, é danado, aí é soltar os bezerros tirar, o leite”, ele está demonstrando para nós a sua relação com o tempo a partir de seus afazeres no campo.

⁶⁰ São Bento, é um município do Sertão Paraibano, fica acerca de 410km de distância da capital João Pessoa.

É importante ressaltar essa relação, porque a história de Galego, assim como os demais entrevistados, não compõe uma experiência única, isto é, a trajetória desse entrevistado é uma trajetória muito comum aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. As suas vivências, ao mesmo tempo que são particulares, identificam outras histórias, sobretudo as daqueles que migraram do campo para a cidade se ligando a feira da Sulanca. É também interessante notar que mesmo aqueles que não abandonaram o campo, ou seja, continuam vivendo lá, ainda assim, deixaram o trabalho rural.

Com 8 anos de idade, Galego, que ajudava a sua família no roçado nas terras de seus parentes, passou a aprender uma nova profissão. Ocorre que, durante sua juventude, ele conviveu com os períodos de seca que afetaram a produção familiar e seu avô buscou formas para manter seu núcleo familiar. Para tanto, nesse período dos anos 1980, a estratégia de manutenção de sua família foi a produção de redes. Desse modo, seu avô passou a comprar panos, enquanto sua família passou a aprender a costurar e produzir redes a partir desses panos:

Depois dos oito anos o pessoal começou a trazer rede para as casas do povo, não sabia nem o que era a rede, mas começou pessoa ensinando bater a trança casear. Aí ele pegava a rede pronta e ia vender em Patos, na Paraíba, que tinha uma feira toda semana em Patos e ele ia vender lá. Mas daí foi aonde nós começamos a fazer renda para mim fazer rede e depois nós tá fazendo nossa própria rede o nosso próprio tecido pano, né? (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

Assim, nosso entrevistado passou 20 anos conciliando a agricultura com a produção de rede, que era destinada para a cidade de Patos. Nesse ínterim, a irmã de Galego migrou para Caruaru para trabalhar na feira. Segundo ele, a migração dela ocorreu porque ela conseguiu adquirir um banco na Sulanca. Sua irmã comercializava não apenas as roupas que são comuns de serem vendidas na feira, mas passou a comercializar as redes produzidas na Paraíba. A medida em que o tempo passou, segundo o entrevistado, as colheitas nas terras de sua família não estavam indo bem, pela baixa quantidade de chuvas, e o gado passou a sofrer. Com isso, decidiu, assim como sua irmã, “tentar ganhar a vida” em Caruaru:

A agricultura foi ficando fraca, aí perdemos muita safra, as colheitas não colhe mais, aí morreu os animal, começou a morrer os bichos, foi só o prejuízo. Aí foi quando eu decidi ir para o Pernambuco. Eu cheguei, fui lá para feira, né, porque a feira eu já sabia, não tenho que saber, não, né? Feira você se vende, né, tá lá na feira, lá com a mercadoria, lá, a pessoa vai passando, vendendo. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

Galego, quando migrou, passou a ter o suporte de sua irmã, morando e trabalhando com ela. Porém o que recebia da feira não era o suficiente para poder pagar suas contas e enviar para seus filhos que moravam com a mãe na Paraíba. Deste modo, ele utilizou dos seus conhecimentos na produção de rede e arrumou emprego em uma confecção. Era 2005, quando Galego se mudou e decidiu trabalhar na feira. Nesse período as feiras funcionavam a partir da madrugada do domingo para a segunda.

Assim sendo, ao arrumar um emprego como estampador em uma confecção, Galego, que já tinha experiência com a máquina de costura, passou a se interessar em costurar e passou a trabalhar tanto com a estamparia quanto com a costura:

Trabalhava muito, era puxado, nós trabalhava de parar na costura de 17:00 horas, depois da costura ficava até 22:00 horas da noite. A estamparia das 17:00 às 22:00 horas. Muito, muito trabalho, né, porque trabalhar de dia e de noite para ganhar bem. Na feira só dava para ganhar para sobreviver, dependia da feira, né? Tem semana que a feira é boa, tem semana que a feira é fraca. Lá na estamparia não, como é por produção, né, quanto mais você produzir, você ganha mais. Se eu estampasse mil peças, ganhava o valor de mil peças, né? Aí se você estampasse 200 é o valor de 200 e quanto mais você produzia, mais você ganhava, né. (..) No quintal, no muro tem um telhado, fizeram cobertura um telhado, aí tinha estamparia e a gente estampava peça por peça. Cada camisa que estampava ou blusinha modinha você ganha por peça e para costurar era para o dia, né, pagar o dia, pagava x, tanto por dia. Começava de 7:30 da manhã até meio-dia e entrava de 14 horas às 17 horas. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

A dura rotina de Galego confirma alguns dados levantados pela pesquisa da FADE-UFPE (2003). Por exemplo, a comum ocupação de trabalho na comercialização de produtos e na parte produtiva. Nos dados coletados no início dos anos 2000, ficou constatado que 62% dos feirantes de Caruaru produziam o que comercializavam. E a necessidade de estar trabalhando durante a semana nas confecções, fábricas ou fabricos é justificada pela baixa média de remuneração mensal, sobretudo na parte de acabamento, tarefa que nosso entrevistado desempenhava. À época, o rendimento mensal era de 200 reais, um valor que é abaixo, por exemplo, do rendimento mensal de alguém que fazia a mesma função em Toritama e maior do que Santa Cruz do Capibaribe, segundo os dados coletados pelo SEBRAE.

Ele passou 2 anos nessa rotina até adquirir capital o suficiente para comprar seu maquinário e obter experiência para lidar com alguns processos produtivos. Com isso, buscou abrir seu próprio negócio, onde ele mesmo produzia, estampava e formou uma

clientela para poder estampar. Aliado a esse processo, o entrevistado nos revelou também que passou a vender o que produzia em seu próprio banco, além de pegar produtos que vinham da Paraíba e comercializar na feira. Sua ideia era diversificar o que vendia para atrair clientes:

Eu saí da estamparia e fui comprar uma máquina e comprei malha e fui fazer minhas peças. Eu já sabia de tudo já e fui trabalhar para mim, fui estampar as peças, as minhas peças. Tanto estampava as minha como eu pegava a peça de cliente para estampar também. Por saber de tudo, já sabia costurar, fazia minhas próprias camisas e já ia para feira já produzir, vender. Vendia na feira. As peças da Paraíba toda vida eu vendia na feira. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

Além de produzir peças de roupas e estampar para seus clientes, Galego, com seu próprio banco, passou a comprar mercadorias que vinham de fora. Isso porque sua irmã passou a fazer o circuito São Paulo e Paraguai. Desse modo, ela passou a ser fornecedora do seu irmão. Entre outras coisas, ele passou a comprar e vender produtos de cama, mesa e banho.

Entre um conjunto de estratégias que ele adotava para atrair clientes no seu dia a dia, o diálogo com outros feirantes era uma grande ferramenta. Pois era nas conversas com os outros trabalhadores que ele identificava as tendências da moda que ele deveria adotar em sua produção para depois comercializar. Era também nas trocas com os demais que ele observava as mudanças de tendência e os tipos de roupas que mais estavam agradando aos compradores.

Desse modo, o diálogo e observação era importante para o nosso entrevistado. Era a partir da observação que ele copiava ou pedia para alguém copiar algum determinado modelo de roupa para que ele pudesse reproduzir para si e comercializar. Entre outros aspectos, um dos tipos de diálogo mais comuns, segundo ele, se referia ao diferencial da Sulanca por vender coisas diferentes, o que ele chamou de “sortimento”:

Tinha aquela amizade, né, fazer amizade com um vizinho de banco, né, e ficava palestrante, conversando sobre feira, sobre fazer variedade, sortimento, comentando, né? A gente ficava comentando, sobre fazer variedade. Falava outros tipos de coisa, né? Aí eu dizia: “Fulano começou a fazer um produto, ele tá vendendo bem”. Aí nós ia lá pegar uma peça, pegava modelagem, aí fazia, né? Aí eu só vender ela era novidade, vendia mais, né, só que dá mais trabalho que ia fazer a modelagem todinha, né? É novidade, né, fazer outro tipo de mercadoria, já trabalhava com roupa de homem, camisa regata, baby look, gola polo. Aí começamos a fazer modinha, fazer blusinha de mulher, fazer roupa para mulher, né, aí chama mais o cliente né. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

O “sortimento”, do qual ele se refere acima, está ligado também à produção *fast fashion*⁶¹, produção que se baseia na fluidez das tendências da moda. Moraes (2013, p. 308) confirma esse ato de cópia entre os feirantes como uma estratégia:

A feira é a principal referência que orienta a produção, talvez por isso muitas pessoas oriundas das regiões rurais decidem migrar para a cidade e assim começar uma produção própria, não mais produzindo por encomenda para outros confeccionistas: é preciso vivenciar o espaço da feira, é nele que se conhece a dinâmica dos preços, como também as mercadorias que são mais vendidas. É comum ouvir a reclamação de que em Santa Cruz todo mundo copia a roupa do outro: “aqui a maioria do povo não sabe inventar não, sabe copiar”. Ocorre que a feira possui uma dinâmica de transformação muito grande, existe na economia da “sulanca”, uma enorme capacidade de mudança em relação à peça produzida de cada unidade de produção. É preciso estar atento à moda e a feira é o espaço primordial na garantia do sucesso da produção. Como diz uma costureira produtora: “a gente olha na feira, se a gente for mudar de modelo, tem que ver qual é o preço da feira, vai pelo o que os colegas vendem”.

Dessa forma, a produção está ligada intimamente às rápidas mudanças no cenário nacional e internacional, influenciando os produtos a serem vendidos. Assim, ao perceber qual era o produto da moda, os feirantes compram uma peça piloto para reproduzir.

Muito embora as estratégias dos feirantes tenham efetividade, identificamos uma similaridade entre a história de Galego e a de Marcos. Ambos sofreram com as mudanças da feira. Isso porque ambos perderam seus bancos e foram realocados, o que, segundo eles, ocasionou a perda de clientes. Galego afirmou que precisou formar uma nova freguesia: “Aqueles clientes não voltaram mais, tivemos que ir atrás de outros”. Como já foi tratado, as mudanças na feira não ocasionaram uma qualificação da estrutura física da Sulanca, e as dificuldades dos feirantes eram sentidas no cotidiano. Por outro lado, isso resultou em uma solidariedade entre os trabalhadores dos mais diversos setores das feiras. Essa solidariedade pode ser notada a partir dos relatos do nosso entrevistado, Galego, quando nos falava sobre os desafios diários de seu trabalho:

⁶¹ Tipo de produção que surgiu entre os anos 1970 e 1980, se refere à produção em massa de peças do vestuário que possui pouco tempo de vida, pois sua produção segue as tendências da moda. Para aprofundar esse debate, recomendamos o texto no link <<https://jornal.usp.br/atualidades/o-modelo-fast-fashion-de-producao-de-vestuario-causa-danos-ambientais-e-trabalho-escravo/>>

Eu ficava sabendo que tinha acontecido incêndio, essas coisas, mas eu mesmo, no meu setor mesmo, nunca aconteceu. Roubo, ficava sabendo que tinha roubo às vezes. Os compradores chegava nas bancas e “a mulher ali foi roubada agora”. Mas sobre essas coisas comigo nunca aconteceu, não, nem para o meu vizinho também não. Mas eu sabia que de vez em quando acontecia. Lá por baixo acontecia incêndio, às vezes os fios de energia pegava fogo, era gambiarra demais, muito fio, muita lâmpada acesa e às vezes por muito tempo tomada e acabava esquentando. Aí derretia, pegava fogo. E sobre questão da feira naquele tempo era muito sofrimento, era sofrimento demais, que era tudo no barro, era na lama, chovia, só tinha lama. Lá hoje tá tudo calçado, a feira do Artesanato mesmo, aí é tudo calçadinho, todo coberto com seus pontinhos, aí tem a feira da Brasilit que é tudo coberto. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

Os dias chuvosos aumentavam as dificuldades para se trabalhar na Sulanca e afastava os clientes; em dias não chuvosos, existiam assaltos e os riscos de incêndios pelas quantidades de instalações irregulares existentes ao longo dos diversos bancos. Essas instalações foram tema de preocupação do IPHAN em seu plano de salvaguarda elaborado após a feira de Caruaru ser tombada como patrimônio imaterial. Assim, seguimos com o relato:

Era sofrimento, em dia de chuva que eu tenho que pegar carroceiro, a carroça e o carroceiro chegava todo melado. Aí o sofrimento para o carroceiro, você pegava chuva, aí tem que botar lona na carroça para não molhar a mercadoria. Aí tinha questão da feira também, tinha um horário de abrir a feira, aí fica com a mercadoria na carroça esperando a feira abrir, né? Tinha que esperar o horário, só que como carroceiro já era conhecido da gente, a gente deixava a mercadoria com ele e ia se embora para banca, né, que era para montar a banca, botar o mostruário que só entrar com o mostruário, para botar lona para cobrir, acender a lâmpada, levar uma lâmpada, tem que acender a sua na sua banca. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

A sensibilidade de Galego ao se referir ao carroceiro que tinha que ficar com sua mercadoria enquanto ele montava a estrutura do banco para receber os clientes nos possibilitou enxergar neste trabalho a solidariedade com os demais carroceiros que tomavam um banho de chuva e de lama. A labuta desses trabalhadores revela para nós as condições precárias pelo qual estavam submetidos.

A precariedade do espaço da feira e os acidentes com incêndio, por exemplo, já eram notados ainda em 1992, quando o conjunto de feiras foi deslocado das ruas centrais de Caruaru para o Parque 18 de Maio. Em nossas pesquisas no acervo do jornal *Vanguarda*, identificamos, por exemplo, casos de incêndio em uma área

recém-inaugurada. Desse modo, os problemas que Galego, Marcos e demais feirantes enfrentavam não eram algo casual, mas um problema recorrente e histórico.

Contudo, as soluções para os problemas estruturais da feira só tiveram uma resposta mais clara por parte do poder público nos anos de 2014 e 2015, quando a prefeitura municipal de Caruaru apresentou o projeto Nova Sulanca, que representava a mudança de localidade para as proximidades da BR 104 no sentido de Toritama e Santa Cruz. Segundo Galego e Marcos, mudar a feira de local era tema recorrente de conversas entre os próprios feirantes, sabedores de que uma mudança geraria efeitos nas disputas políticas locais. Isso porque o tema do deslocamento da Sulanca e a construção de um novo espaço poderia influenciar positivamente ou negativamente nas campanhas de futuros prefeitos:

Os vizinhos do banco ficava comentando, né, você sabe muito vizinho de banco, muita feira, muita gente na feira fica comentando, né? Comentava: “não, a feira não muda”, “não sai daqui, não”, “mas o prefeito quer tirar”, “não sei o que quer tirar”, e pronto, ficava com esse comentário. Mas eu mesmo não ligava, porque ele nunca fazia nada, né? Eu já tava aqui na feira, tava no seu pontinho aquele feirante que vinha, aquele sacoleiro que vinha, já sabia onde é que seu ponto, sabe onde encontrar você. Aí para você sair daquele local para ir para outro canto, daqui que o cliente lhe acha de novo, para lhe achar de novo não achava, não. Eu não queria, não, sair, não, mas muitos queria ir, outros não queria. Todo mundo era contra, não sair, né, até por conta dos clientes que a gente tinha, do freguês, dos sacoleiros. Aí foi tanto que quando saiu que a gente foi para outro canto, ah, velho!, não voltou ninguém, os comprador da gente voltou mais não. A gente foi conseguindo outros comprador, outros, mas o mesmo voltar, mais não. Isso determina mudança de prefeito, né, você tá com a prefeitura hoje, né, aí você, seu pensamento é um, aí amanhã depois entra outro prefeito, aquele prefeito que vai entrar, ele vai fazer os gostos dele, né, o pensamento dele agora. Então foi nesse caso aí quando mudou de prefeito foi onde teve a mudança, né. Porque o outro Prefeito não falava em tirar, ele falava que quem tiraria era o atual que estava se candidatando, né. Falava de que mudar a feira que ia ser melhor, trazer uma melhoria e tal. Mas só que sobre venda não teve melhoria, não, que perdeu os clientes. (Galego, entrevista concedida ao autor em 21/03/2023)

No trecho acima, o que fica claro para nós era como os feirantes iam partilhando entre si as dúvidas e as incertezas sobre a feira mudar de localidade ou não. Na percepção de Galego, mudanças de local era algo negativo, porque, enquanto feirante, ele passou pela experiência de mudar de um lugar para outro e assim perdeu seus clientes e contato com os sacoleiros. Desse modo, o nosso entrevistado era contrário à mudança de local e nos relata que isso era um sentimento muito comum entre outros feirantes, pois aqueles que já tinham passado por mudanças anteriores, tiveram

perdas significativas e isso foi determinante para que formularem uma opinião contrária à troca de local da feira.

Também podemos notar como esse tema era algo que mexia na política municipal. Em 2015, o projeto Nova Sulanca foi proposto pelo então prefeito, José Queiroz.⁶² A proposta era formar um condomínio, seguindo o exemplo do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe. Nesse local, as barracas seriam trocadas por boxes, que seriam pagos pelos feirantes. A transferência de local seria para um terreno comprado pelo governo do estado de Pernambuco e cedido ao município de Caruaru⁶³.

Assim, à revelia dos feirantes, o projeto foi encaminhado para a Câmara dos Vereadores para ser votado, e caso a proposta fosse aprovada, seria iniciada a construção do novo local para onde seria transferida a Sulanca. Como abordamos no primeiro capítulo, as mudanças de localidade das feiras, debate que se inicia nos anos 60 ainda sobre a feira tradicional de Caruaru, é um debate que vai estar muito vivo no século XXI com relação à Sulanca. Portanto, é uma pauta mobilizadora no município. Os feirantes sabiam disso. E assim, um grupo de feirantes passou a construir um movimento chamado “A Sulanca é do sulanqueiro”. Esse movimento nasceu justamente da necessidade do feirante em ser escutado sobre as mudanças que deveriam ocorrer.

Como dissemos, muitos feirantes eram contrários à nova transferência, entre as razões, além das incertezas sobre uma nova localidade, existiam as dúvidas, pois a categoria não eram consultada. Qualquer alteração afetaria 11 mil trabalhadores que dependiam das feiras. Destarte, esse projeto sobre a transferência ou permanência da Feira da Sulanca no Parque 18 de Maio configurou-se como um dos mais conturbados até então. Uma verdadeira “novela”, conforme declarado pela própria imprensa local, marcada por celeumas e imbróglis judiciais (SÁ e SOUZA, 2020).

Desde que a proposta foi feita, os feirantes não foram ouvidos, e o formato do projeto não agradou os trabalhadores ainda em relação à questão da infraestrutura, existia a preocupação com o futuro incerto de vendedores ambulantes, carroceiros,

⁶² Importante notar que o mesmo prefeito que em 1983 institucionalizou a feira da Sulanca no Parque 18 de Maio irá propor, 32 anos depois, uma nova mudança de local.

⁶³ Segundo matéria do Uol, o terreno foi comprado por R\$ 10 milhões. Ver em <https://economia.uol.com.br/videos/?id=prefeito-de-caruaru-sanciona-projeto-da-nova-feira-da-sulanca-04020D1A3868D8A95326>

além dos feirantes que aproveitam o movimento da Sulanca para vender outros produtos como milho, café, CD's e salada de frutas (SOUSA e SÁ, 2020).

Assim, quando a proposta que foi idealizada como um projeto de lei (PL) chegou na Câmara dos Vereadores, muitos feirantes tomaram o espaço da casa legislativa para protestar em nome do movimento chamado “A Sulanca é do Sulanqueiro”.

Imagem 18- A Sulanca é do Sulanqueiro (15 de julho 2015)



Fonte: Joaline Nascimento/Site G1 Caruaru.

Quando o PL teve de ser votado, em 30 de julho de 2015, a Câmara dos Vereadores foi fechada por excesso de pessoas. Enquanto isso, os trabalhadores e trabalhadoras da Sulanca se articularam e protestaram. A intenção deles era pressionar os parlamentares a votarem de maneira contrária à proposta do Executivo municipal, como demonstramos na imagem acima. Com isso, os feirantes queriam ser escutados sobre os rumos da feira. Assim, a primeira sessão parlamentar para votar foi noticiada da seguinte forma pelo periódico de notícias *G1* no mesmo dia do evento:

A primeira sessão extraordinária foi acompanhada pela população não somente dentro da Câmara de Vereadores do município, mas também do lado de fora, devido ao excesso de público. Com as galerias lotadas, a sessão era prevista para começar às 20h e a entrada da população foi liberada por volta das 19h30, após "apitação", cartazes e protestos que fecharam o acesso à câmara de vereadores pela Rua XV de Novembro, no Centro da cidade. A

Polícia Militar e a Guarda Municipal foram acionadas para manter a tranquilidade no local⁶⁴

Dessa forma não é errado compreender que o projeto se configurava como antipopular. Muito embora o movimento fosse contrário à mudança da feira, reivindicava-se que os trabalhadores fossem escutados, pois muitos queriam uma mudança, porém que fosse construída de maneira democrática. Os feirantes que constituíam o movimento “A Sulanca é do sulanqueiro” acreditavam que a prefeitura municipal estava respeitando mais a posição da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC). Recorremos então ao conjunto de falas coletadas por Sousa e Sá (2020, p. 91) para compreender a posição do Sulanqueiro:

Integrantes do Movimento “A Sulanca é dos Sulanqueiros” se mostravam revoltados com os altos custos dos boxes, principalmente diante de um “cenário econômico de crise” para “beneficiar, Shoppings, Centers e empresários vinculados à ACIC” (e denunciavam a falta de condições que os pequenos sulanqueiros teriam de pagar os impostos necessários à manutenção dos boxes: “o governo tá ‘doidin’ pra regularizar essa economia informal. E qual é o pequeno sulanqueiro que pode pagar os altos impostos que o empresário paga à União? Novamente só os ricos vão ficar cada vez mais ricos, é arriscado, o pequeno sulanqueiro fechar o fabrico e trabalhar para outros”).

Os feirantes tinham uma percepção aguçada a respeito dos interesses dos empresários, como podemos perceber nas falas acima. O medo dos sulanqueiros era de ser obrigado a formalizar ainda mais o seu trabalho, com isso pagando impostos que impossibilitaria sua continuidade na feira. Na leitura dos trabalhadores, o projeto só favorecia os empresários que poderiam herdar o espaço. A eficácia da leitura de conjuntura desses feirantes pode ser notada não só nessas falas acima, uma vez que a prefeitura supervalorizou e levou consideração as opiniões dos representantes dos empresários municipais.

A prova disso está no fato de que no processo de elaboração do projeto foi elaborado um comitê que iria opinar sobre os rumos da Sulanca. Nesse espaço, predominou a participação da ACIC, do Sindloja, (Sindicato dos Lojistas de Caruaru) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), com poucos participantes da Associação dos

⁶⁴ Vereadores aprovam projeto da “nova” Sulanca de Caruaru em 2º votação. **Portal G1**. Caruaru, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/07/vereadores-aprovam-projeto-da-nova-sulanca-de-caruaru-em-2-votacao.html> < acesso em 05 set. 2023.

Sulanqueiros. Esse grupo, segundo a prefeitura municipal, formaria um conselho deliberativo e consultivo.

Contudo, os feirantes estavam em menor número quando estes eram os principais atores sociais da feira. Acusavam o Executivo de abandonar a feira para privatizá-la e, assim, estariam “roubando o povo”, como consta nos relatos colhidos por Sousa e Sá (2020, p. 92). Os feirantes encontraram apoio em outros grupos que se forjaram para atender as demandas dos trabalhadores, como a Associação dos Sulanqueiros e Vendedores Ambulantes de Caruaru (ASVAC).

Enquanto isso, notamos que o discurso da prefeitura era muito semelhante aos discursos que tratamos em nosso primeiro capítulo com relação à feira tradicional nos 1960: o progresso que viria através da mudança da feira. Assim, cito uma fala da PMC (Prefeitura Municipal de Caruaru):

A solução que vai melhorar o grande equipamento econômico da capital do Agreste” e fortalecer ainda mais a Sulanca: “Vamos dar um salto de qualidade na nossa economia, colocando Caruaru mais uma vez na perspectiva de mais desenvolvimento, mais emprego e mais renda para todos. (SÁ, 2020 p. 92)

No entanto, esse interesse em desenvolver a Sulanca no município, através de sua transferência, na leitura dos trabalhadores, poderia gerar resultados negativos. E pensavam que não é necessariamente porque em Santa Cruz do Capibaribe deu certo que em Caruaru as coisas iriam funcionar da mesma maneira. Dessa forma, os trabalhadores destacavam que não eram fundamentalmente contrários ou favoráveis à mudança. O que buscavam eram ter sua opinião levada em consideração e assim os feirantes pudessem construir a feira. Contudo, o que esses sulanqueiros percebiam era que a deterioração da infraestrutura da feira poderia ser parte uma ação consciente por parte do poder público. Essa ação de abandono iria justificar a remoção da feira para uma outra localidade.

O que se seguiu no restante de 2015 foi a aprovação do projeto e as movimentações dos trabalhadores para contestação diante do Ministério Público. Porém uma reviravolta aconteceu. Órgão ambientais realizaram uma denúncia a respeito do terreno de destino da Nova Sulanca. Foram apontadas irregularidades com relação ao terreno. O antigo dono tinha cometido desmatamento ilegal. Esse fato, por sua vez,

freou as futuras obras na localidade e acabou por desmobilizar a transferência da feira Sulanca. Porém, retornando à trajetória de Galego, ele não estava errado ao falar que, se a prefeitura quisesse, alteraria a feira de lugar, pois, ao contrário dos interesses dos feirantes, a prefeitura conseguiu pôr o projeto de mudança adiante, até ser barrada pelos órgãos de controle ambiental do estado de Pernambuco. Entendemos também que o que ajudou a projeto Nova Sulanca à época a ser deixada de lado foram as aproximações das eleições municipais no ano seguinte.

Através da trajetória de Galego, é possível perceber as diversas nuances que envolvem a Sulanca e a produção de confecções. A vida dele, como a de muitos feirantes, é de seguidos desafios e de luta diária pela sobrevivência. Essa luta, por sua vez, é vencida diariamente por esses trabalhadores, através da persistência, resistência e, claro, resiliência. Na trajetória desse personagem é importante destacar seu processo de migração do campo para cidade, a saída da Paraíba para Pernambuco, sua reinvenção de trabalhador rural para feirante e confeccionista e suas percepções individuais acerca das mudanças da feira.

3.5 “Não foi fácil, não vou mentir para você”: mãe e filha, labutas pela sobrevivência

Que hora é essa?
Quase duas da manhã!
Pra onde tu vais, Maria?
Vou pra feira da sulanca!
Balança as ancas, bota a mala na cabeça
Faz de tudo e não se esquece da garrafa de café
Cadê teu carro? Oxente! Cê tá maluco!
Empresário é que tem carro, sulanqueiro vai a pé
(*Maria Sulanqueira*, canção de Valdir Santos, 2011)

A frase que intitula esse tópico reflete o percurso de dona Marina e Márcia⁶⁵, sua filha. A trajetória delas nos demonstra a perseverança dessas mulheres diante das adversidades no âmbito do mundo do trabalho e da vida social. Marina começou a trabalhar ainda muito cedo, por volta dos 16 anos de idade. Ela morava em Recife e nos contou que já percebia em algumas mulheres a forte tendência da costura. Observando

⁶⁵ Dona Marina e Dona Márcia concederam entrevista ao autor no dia 24 de Agosto de 2023.

essas mulheres, passou a se interessar pela costura e, segundo ela, foi assim que aprendeu sobre o ofício.

Foi logo cedo também que se casou e passou a costurar em casa para ajudar e ter sua autonomia financeira: “Eu comecei a costurar e eu comecei agendando com uma costureira. Fazia camisa de homem feito. Eu achei muito interessante e comecei quando eu fiquei mocinha, 16 anos, por aí. Eu comecei a ter aquela vontade de costurar, aí comecei a cortar.” Assim Marina nos falou. Sua trajetória passou a se ligar com a história da Sulanca quando ela decide morar em Caruaru. Seu marido passou a trabalhar de maneira formal em uma fábrica do município.

Enquanto ele trabalhava, Dona Marina, passou a se dedicar mais às atividades domésticas, muito embora notamos nela uma inquietude em relação a “não fazer nada”. Na medida em que o tempo passava, ela teve 7 filhos, 4 homens e 3 mulheres. Com isso o trabalho doméstico foi dividindo espaço com a costura novamente. Era preciso ajudar o marido. Dessa forma, ela passou a costurar de maneira particular, isto é, sob encomenda. Passou a produzir vestidos infantis e ajeitar roupas em sua residência mesmo. Assim, ela passou a complementar a renda familiar: “Fiquei como dona de casa, né, aí depois que eu me orientei mais com o sistema de dona de casa e de criar os filhos eu comecei a costurar novamente. Aí costurei, muito, muito tempo, muitos anos para as pessoas.”

Assim, a costura e o trabalho formal de seu marido foram o provento de sua residência. Sua família era uma das diversas famílias de costureiras e trabalhadores de confecção para a Sulanca que moravam no bairro do Salgado, o mesmo bairro em que Marcos e Bárbara moram.

Quando os filhos de dona Marina foram crescendo, logo foram buscando trabalho, segundo ela, para que eles tivessem autonomia, ajudassem no lar e pudessem ter seu dinheiro. Assim, poderiam ter acesso ao lazer. Suas filhas, por sua vez, ajudavam a mãe em casa e algumas delas aprenderam a costurar, muito embora não gostassem.

Entre suas filhas, estava Márcia, que aprendeu a costurar com sua mãe. E nos explicou que o processo de aprendizado com as máquinas não foi fácil. Por duas razões: a primeira delas era o medo que ela tinha dos instrumentos, em especial a máquina, que, segundo ela, era muito rápida e que tinha receio de sofrer algum acidente. A segunda é

que Dona Marina, sua mãe, não tinha muita paciência para ensinar, o que por algumas vezes gerava pequenos atritos.

Ainda durante sua juventude, Márcia passou por uma série de trabalhos, antes mesmo de aprender a costurar. Ela só veio aprender a costurar aos 29 anos, quando já estava casada e grávida de seu primeiro filho, em 1996. Assim ela nos conta:

Minha mãe já costurava há muito tempo desde pequena. Eu trabalhei no Comércio e eu tava grávida e fiquei em casa. Então eu resolvi aprender a costurar com ela. Aí a gente começou a costurar e a gente tinha um banco na Sulanca, né? Compramos um banco, eu e ela, e a gente começou a costurar jeans e vender na sulanca. Depois foi passando o tempo, não foi fácil aprender, né, não foi fácil aprender a costurar, porque a gente tem sempre o medo da máquina, que era veloz, né, e eu comecei a aprender com aquela máquina pretinha. Quando começou a sair os parafusos tudinho dela, aí mamãe resolveu comprar uma máquina dessas mais nova, né? (Márcia, entrevista concedida ao autor em 24 de Agosto de 2023)

Márcia ainda nos recorda que, para ajudar em casa, passou a trabalhar desde os 14 anos. Primeiro passou por uma fábrica de bucha para limpar carros, em seguida, foi trabalhar no comércio:

A gente já começou a trabalhar, né, para ajudar em casa, mas aí já era outras coisas que a gente fazia, né? Tanto eu como a minha irmã. Não tem aquelas buchas que o pessoal desfia assim para lavar carro? Tinha uma fábrica lá embaixo de bucha e a gente foi trabalhar lá. Para aprender, botava a bucha, pesava e prendia a bolsinha. E aí pesava e depois a gente ia fechar elas na vela, entendeu? Queimei tanto meus dedos (..), foi, fechava assim, ela na vela. E a gente começou a trabalhar, aí ganhava pouco, mas era para ajudar em casa e a gente ia, eu e minha irmã. Depois eu fui passar a trabalhar no comércio, fui trabalhar na loja de móveis. A gente fazia o acabamento para pintura dos móveis para ir para loja, né? Ali, ainda no comércio, eu trabalhei numa loja de tinta, aí eu já passei a ser vendedora, né? Mas depois ela fechou e eu fui trabalhar também numa loja de uma livraria, uma livraria de livros católicos que fechou porque a dona era de Recife. (Márcia, entrevista concedida ao autor em 24 de Agosto de 2023)

Esse percurso contado por Márcia durou de seus 14 anos até seus 29 anos, quando descobriu sua gravidez e foi demitida, pois a livraria em que ela trabalhava encerrou as atividades. Desse modo, desempregada, voltou a morar na casa de sua mãe com seu marido e com o bebê que carregava no colo. A valentia e perseverança de Márcia se encontrou com o amparo de Marina, que logo cedeu abrigo e buscou empregar a sua filha no ramo da costura familiar: “eu fiquei muito preocupada com isso acontecendo, aí minha mãe chegou e me viu preocupada e disse ‘você vem morar aqui

em casa e aqui vocês vai construir a casa de vocês, vão construir a casa de vocês’. Aí a gente veio, passou quatro anos na casa da minha irmã. Foi nesse período quando eu fiquei grávida que eu comecei a aprender a costurar” (Márcia, entrevista concedida ao autor em 24 de Agosto de 2023).

Ambas, mãe e filha, então, formaram seu próprio negócio ao juntarem suas economias e comprarem máquinas de segunda mão. Foi nesse período que Márcia dividiu a gestação e costura. E teceu o seu filho, mediante aos fios, panos e máquinas. Dona Marina, sua mãe, que já tinha larga experiência, ensinou a sua filha o ofício e elas passaram a pegar costuras de outros fabricos. Nesse ínterim, as outras filhas de Marina passaram aprender a profissão também. Enquanto isso a mãe nos afirmou que “eu só via o povo dizer que a feira era muito boa, não sei o quê. Aí meu filho foi e comprou um banco. Nessa altura eu já tinha um filho casado, aí ele foi comprar um banco na feira para mim e eu fui, comecei a costurar e levar para feira para vender”. (Marina, entrevista concedida ao autor em 24 de Agosto de 2023).

Mãe e filha conseguiram então um banco na feira da Sulanca e, como já tinham as máquinas, passariam a produzir para seu próprio ponto, recorrendo a pegar peças de outras confecções apenas em momentos de baixa temporada. Dona Marina recorda com certo saudosismo seu período inicial na feira: “Era muito bom, a gente vendia muito e depois foi afrancanda. A feira foi se mudando de local, foi lá para aqueles lado de lá mais profundo, né, foi ficando ruim para gente que ficou para cá.” (Marina, entrevista concedida ao autor em 24 de Agosto de 2023).

Marcinha, como a mãe se refere à filha, relembra o período dos anos 1990 como período difícil. E podemos dimensionar suas dificuldades, pois seu lar tornou-se o seu ambiente de trabalho, e aliado a isso existia a sua dupla função enquanto gestante. O trabalho na costura se relacionava com a reprodução social. Neste aspecto, não podemos dizer que a história de Márcia é trajetória única, pois o trabalho feminino é largamente explorado nessas condições, sendo uma das características do Polo de Confecções do Agreste, como aborda Moraes (2012).

Ao comprarem um banco na feira, as duas dividiam o trabalho confecção, os afazeres domésticos e as feiras: “eu ia para feira, eu e Marcinha. Ia e a gente costurava e levava para feira, aí depois eu não quis mais ficar na feira, a gente costurava aqui, eu e minhas meninas costurava assim. As pessoas trazia a mercadoria já cortada e a gente costurava aqui”. (Marina, em entrevista concedida ao autor em 24 de agosto de 2023)

Marina, em função da idade, 78 anos, quando fizemos a entrevistas, pouco se lembrava dessas complicações e valorizava mais o trabalho em si e a autonomia que este lhe trazia. Ela nos contou sobre como seu trabalho foi bom, embora, a medida em que nós perguntávamos sobre sua saúde, ela dava indicativos de que as marcas da confecção ficaram gravadas em seu corpo. Diversos anos sentada costurando lhe provocaram alguns incômodos na audição, o que é comum no Polo de Confeções⁶⁶, assim como as dores na coluna.

Imagem 19 - Dona Marina em 2023



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na imagem acima podemos ver que um pouco do espaço onde elas produziam as roupas para comercialização na Sulanca. Um espaço que não difere de tantos outros fabricos e confecções familiares que se aproveitam dos espaços domésticos. Na imagem está dona Marina, com a única máquina que ela quis ficar. Nos falou que essa é para ela fazer as coisas dela, ajeitar uma roupa.

Márcia, por sua vez, apresentou a nós os desafios de ser mulher na feira da Sulanca. A medida em que ela nos falava sobre o conjunto de dificuldades dela e de sua

⁶⁶ Não conseguimos abordar essas questões com a profundidade que este tema merece. Mas a relação entre doenças ligadas ao mundo do trabalho e a produção da Sulanca é um tema que pode e merece ter uma atenção em algum estudo.

mãe, confirmávamos alguns posicionamentos de outras mulheres em outros trabalhos sobre as feirantes da Sulanca. É o caso da pesquisa de Juliana Gouveia Silva (2016). A Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos de Silva (2016) apresenta, a partir das experiências das trabalhadoras, como o trabalho feminino é subvalorizado. Essa desvalorização ocorre no âmbito produtivo, pois ela constata que as mulheres, além de ter um salário rebaixado, ocupam os espaços de menor necessidade de especialização. Em sua pesquisa, Juliana Silva mostra para nós também como as mulheres são negligenciadas dentro da feira. Essa exclusão que ocorre, sobretudo, por ações dos fiscais da prefeitura. Essas trabalhadoras estão mais expostas aos desmandos de uma ocupação da feira majoritária ou totalmente masculina: a dos fiscais. Eles demonstram posturas autoritárias e desrespeitosas para com essas trabalhadoras (SILVA, 2016, p. 112).

Márcia nos contou que passou por situações complicadas com esses agentes da prefeitura. Isso porque ela e sua mãe tinham suas mercadorias apreendidas, levadas para um depósito, e para que houvesse a liberação de seu produto, elas deveriam pagar pela quantidade de produtos detidos. Essa postura por parte dos fiscais era uma forma de coibir a circulação de feirantes que eram ambulantes. Muito embora mãe e filha não fossem ambulantes, elas traçava, uma estratégia de vendas que era pautada na circulação ambulante, prática que era proibida:

E os fiscais ficavam atrás da gente, sabe, ficavam cobrando não ficar parado naquele lugar. Muitas vezes era um local bom de vender, mas não podia ficar nessa época. Minha mãe ficava no banco e eu saía para vender, entendeu, para poder, assim, eu sair com as minhas coisas, para poder eu adquirir mais um dinheirinho, não ficar só no banco e assim eu esperar pelo que vender. Isso ali, não, eu saía para andar na feira para vender, também assim eu fiz amizade com pessoas na feira. E as pessoas mais você traz um balaio, aí eu levava, botava, mesmo grávida, porque eu queria que o meu... eu não vou dizer que é fácil para ninguém não... E os fiscais eles ficavam mesmo cobrando para que você saísse daquele lugar, que não podia ficar ali. Você tem que sair e ficar girando, entendeu, porque, se eles pegavam aquilo ali, levavam para casa rosa, e se a gente fosse buscar lá, a gente tinha que pagar por cada peça, pagava um tanto, pagava um valor por cada peça que foi apreendida ali. (Márcia, em entrevista concedida ao autor em 24 de agosto de 2023)

O caso contado acima demonstra uma dificuldade que não era só de Márcia, como podemos observar nas palavras de outra feirante entrevistada por Silva (2016, p. 112):

um trabalho muito difícil, os seguranças não deixam a gente trabalhar, não fazemos clientes, carrego minha mercadoria no braço mesmo e não posso

espalhar no chão, se não eles tomam. Comecei na feira fazendo minha mercadoria sozinha, antes eu era faxineira, trabalhava em casa de família, aí juntei dinheiro e comprei duas máquinas de costura e comecei a fabricar. Tenho 3 filhos e sou única responsável pela minha família.

Se no caso de Márcia a ideia era se mover para conquistar clientes e lutar por um espaço em meio a alta competitividade existente entre os próprios feirantes, outras trabalhadoras não pensavam na circulação e no comércio ambulante como estratégia, mas, sim, como o único meio viável para sustentar sua família, pois a imediatez das cobranças dos impostos, como taxa de solo, impossibilitava os trabalhadores de trabalhar. Afinal, como pagar de maneira antecipada, se os feirantes dependiam da renda feita no dia? Isso se conseguissem vender. Desse modo, muitos sulanqueiros optavam por não ter um banco. É o que também nos aponta as entrevistas coletadas por Silva (2016, p. 115):

Sou a única responsável pelo sustento da família, trabalho aqui na feira e na faxina. Deixo meus filhos, eles ficam na escola quando eu trabalho. Trabalho de domingo a domingo, na faxina, comprando tecido, fabricando a mercadoria e vendendo aqui na feira e em casa cuidando da casa. O pai dos meus filhos nem sempre paga a pensão, fico sozinha. Não gasto aqui na feira, só como em casa e só uso o banheiro em último caso. A dificuldade maior para o sustento é que não posso pagar 40 reais de um ponto e não fazemos clientes por que não paramos em lugar algum, pois os fiscais não deixam.

Atrelando esses percalços com outras dificuldades, aqui por nós já citadas, como as questões infraestruturais da feira, é possível identificar que, por parte do poder público, por diversos anos, não houve um estímulo real ou concreto para melhorar a vida desses feirantes e facilitar a vida dos ambulantes. Desse modo, o que pode ser constatado é que esses elementos afetam a Sulanca de Caruaru e seus trabalhadores, endossando ainda mais a precariedade do trabalho. Isso porque na percepção dos Sulanqueiros (as), como a de Marina e Márcia, a feira da Sulanca de Caruaru, a medida em que o tempo passou e se expandiu, contraditoriamente, ao invés de desenvolver-se, foi perdendo a competitividade em relação à Toritama e Santa Cruz. Com a expansão da Sulanca, o que é notado por nossas entrevistadas é que a feira foi “fracando”, isto, é, perdendo clientes.

Desse modo, Dona Marina decidiu, abandonar o banco na feira e se aposentar. Enquanto isso, Márcia passou a ajudar uma vizinha em sua confecção. Assim, ela também abandonou a feira da Sulanca, porém continuou no ramo da costura. Além

disso, ela passou a ter um segundo bebê, dessa vez uma menina. E se orgulha em perceber a história de seus filhos como uma história costurada na perseverança. Suas lágrimas ao longo de nossas conversas não escondiam as dores da labuta, antes de tudo, nos revelavam sua força enquanto uma mulher negra que não se envergonha diante das adversidades.

Sendo assim, entre os barulhos das máquinas, Márcia criou seus filhos e realizou seu sonho de ter sua casa própria. A transmissão de suas palavras para nós demonstravam que cada tijolo assentado na sua casa, que cada parede construída, veio do honroso e hercúleo esforço empreendido por ela e sua mãe. E que apesar dos pesares, tinha orgulho de sua trajetória e suas experiências na Sulanca.

Considerações Finais

Buscamos, através dessa pesquisa, compreender os caminhos da formação da Sulanca. Muitos pesquisadores já fizeram um percurso parecido com o nosso, e foi na perspectiva também de valorizar essas discussões que nos antecederam que este trabalho se constituiu. Ainda que muitos pesquisadores e pesquisadoras tenham escrito sobre o fenômeno da Sulanca, há ainda a necessidade de produção sobre essa feira, sobretudo a partir de uma perspectiva histórica.

Então, foi através da história que buscamos narrar os caminhos da Sulanca ou, melhor dizendo, dos trabalhadores e trabalhadoras que compõem o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Para tanto, intentamos, ao longo desses três capítulos, descrever elementos sobre esse fenômeno.

Assim, em nosso primeiro capítulo procuramos compreender o processo de constituição da Sulanca a partir de sua relação com a feira tradicional de Caruaru. Nosso esforço foi para abarcar, ainda que de maneira panorâmica, os antecedentes da produção de confecção. Desse modo constatamos o rápido crescimento do município e como ele estava situado no processo de modernização do país.

Abordamos, por exemplo, o crescimento da população de Caruaru e como esse crescimento estava atrelado aos processos migratórios internos. Desse modo, ao longo do século XX, o município recepcionou muitas pessoas das cidades vizinhas, assim, tornando-se uma urbe importante no interior pernambucano.

Com isso, buscamos compreender como a Sulanca se desenvolveu nessa região. E pudemos identificar que essa feira nasceu na força tenaz de um povo excluído e marginalizado em meio ao processo de expansão capitalista. Povo este que transformou restos da indústria têxtil em um caminho para sua sobrevivência.

Foi pela ação dos trabalhadores e trabalhadoras que se produziu a pujante indústria da confecção no Agreste Pernambucano. Seu espírito criativo e as estratégias para “ganhar a vida” em um território esquecido e marginal. Desse modo, com o aparato de muitas pesquisas anteriores, conseguimos compreender a Sulanca enquanto um fenômeno “espontâneo”. Assim era a finalidade de nosso segundo capítulo, que através

de alguns poucos elementos teóricos, acreditamos dar a tônica do tipo de trabalho que se formou a partir da Sulanca e que não era necessariamente uma característica particular do Agreste Pernambucano, mas, sim, apresentava uma dinâmica comum aos países e territórios periféricos do capitalismo.

Por isso, a finalidade proposta em nossa discussão era a de buscar compreender o percurso formador da Sulanca e do sulanqueiro. Pudemos então entender que foi no seio familiar no Agreste Pernambucano que se forjou uma forma de produzir que não era inicialmente nas bases capitalistas. Com isso queremos dizer que as formas heterogêneas de trabalho verificadas nos pós-abolição persistiram e apontam como um caminho explicativo para o nascimento da Sulanca.

Não obstante o nosso foco, não foi a de dar conta de toda uma discussão teórica que muito nos instiga. Contudo, buscamos narrar algumas trajetórias individuais que explicam algumas dinâmicas produtivas, bem como parte do cotidiano na feira da Sulanca.

Essa feira se situa como um grande aparato de resistência do trabalhador rural que por vezes teve que migrar do campo para a cidade. É então a partir dos anos 40-50 que podemos perceber essa dinâmica no Agreste. Em específico, como vimos, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Na ligação entre trabalhadores rurais e nas suas experiências de relações e trocas com outros trabalhadores viajantes é que surge o comércio de retalhos que dará origem a Sulanca. Dinâmica essa que, como vimos, irá persistir ao longo das décadas, transformando o comércio incipiente em uma feira itinerante que liga feirantes, compradores, revendedores e fornecedores de todas as partes do Brasil.

A Sulanca, que apesar de suas contradições, como a baixa remuneração e a formação de um quadro de trabalho informal, é a saída que muitos trabalhadores e trabalhadoras encontram para se sustentar. Assim, como é possível constatar que a produção de confecções alimenta um espírito de autonomia e porta de entrada para muitos jovens que fazem parte do ramo da costura se submetem a diversas horas de trabalho. No caso da mulher, com o agravante da dupla jornada.

Deste modo, esta dissertação buscou o desafio de desvendar o fenômeno da Sulanca no Agreste Pernambucano. Assim, nas páginas anteriores, refletimos sobre as formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da feira da Sulanca. Essa

resistência é uma luta do passado e do presente. Se no passado a feira foi uma invenção e uma saída para aqueles e aquelas que estavam à margem do processo de modernização do Brasil e de expansão do capitalismo, no presente as lutas desses trabalhadores e trabalhadoras são por um espaço digno de trabalho e para que as vozes dos que compõem essa feira sejam ouvidas pelo poder público municipal. Ao concluirmos esta pesquisa, pensamos que a feira deve ser cada vez mais apropriada pelos atores que a constituíram historicamente.

Cabe a nós, antes de finalizar, deixarmos algumas perguntas em aberto para que novas pesquisas possam responder. Quais serão os caminhos que a Sulanca tomará como feira? Em que medida as mudanças no mundo do trabalho afetarão os pequenos produtores de confecção? Os espaços de produção das peças para feira serão alterados? Haverá uma nova configuração espacial da Sulanca? Por fim, acreditamos que essa pesquisa apresentou a coragem e a perseverança dos trabalhadores e trabalhadoras.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista AEDOS**, n. 8, v. 3, Jan.-Jun. 2011.

ANDRADE, F. J. de. **Experiência escolar e perspectivas do estudante/trabalhador de Toritama/PE: entre os desafios da formação e as exigências do trabalho na confecção**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, , 2020.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Entrevista concedida a Dulce Pandolfi, Fernanda Carvalho, Flávia Mattar, Jamile Chequer, Raimundo Dumas, Renata Lins e Rogério Jordão. **Democracia Viva**, S. l., n. 45, jul. 2010, p. 20-31

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Regimes de acumulação e trabalho no Brasil e as transformações do nordeste, 1850-1980. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RODGERS, Gerry (orgs). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume Editora, 2022.

BERNARDON DE OLIVEIRA, Tiago. As partes e o todo: notas sobre o materialismo histórico e a ação dos sujeitos na história entre o regional e o nacional. **Historiæ**, v. 11, n. 1, p. 126-155, 2020.

BEZERRA, Elaine. O trabalho faccionado das mulheres do Cariri paraibano junto ao Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (orgs.). **Formas de trabalho no capitalismo atual: Condição precária e possibilidades de reinvenção**. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

BEZERRA, Elaine. **O trabalho a domicílio das mulheres do cariri paraibano no polo de confecções do agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

BEZERRA, Elaine. O trabalho das mulheres na origem e desenvolvimento do polo de confecções do agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto Veras; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BURNETT, Annahid. “Ponto de mutação” da Sulanca no Agreste Pernambucano. **Revista de História Oral**, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez. 2014

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2d. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n.26, p. 13-46, 2010.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Revista Outubro*, n. 16, fev. 2007.

FERREIRA, Josué Euzébio **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru**. 2. ed. rev. Maceió: Editora Olyver, 2021.

FERREIRA, Josué Euzébio; SILVA FILHO, Paulo Roberto Freitas. **Do barro à expressão artística: representações conceituais do trabalho artesanal no Alto do Moura- Caruaru -PE**. Caruaru: Edições FAFICA, 2009.

FILHO, José Adilson. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense**. Recife: COMUNIGRAF, 2009.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil : caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 15, jun./1997.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 4, mar. 2010, p. 105-124.

JOUTARD, Philippe. Avaliações e tendências da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES Tania Maria; VERENA, Alberti (orgs.). **História oral, desafio para o do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KLEIN, E.; TOKMAN, V. E. Sector informal: una forma de utilizar el trabajo como consecuencia de la manera de producir y no viceversa. A propósito del artículo de Portes y Benton. **Estudios Sociológicos**, v. 6, n. 16, p. 205–212, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Niterói, UFF, vol. 20, 2014, p. 01-20.

LIRA, Sônia Maria de. **Muito Além das feiras da Sulanca: A produção de confecção no Agreste/PE**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

LOMNITZ, L. A. de **Cómo sobreviven los marginados**. México: XXI Siglo Veintiuno Editores, 1975.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. SULANCA X MUAMBA: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectivas**, v. 19, n. 4, p. 144-154, out./dez. 2005

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4.d Florianópolis: Insular 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização do trabalho em um quadro mais amplo. In: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel (orgs.). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequências 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos Avançados [online]. 1993, v. 7, n. 18 [Acessado 17 outubro 2022], pp. 43-63.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica À razão dualista: o ornitorrinco**. 4 ed. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de; REICHSTUL, H. P. “Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil”. **Estudos CEBRAP**, v. 4, p. 131-168, 1973.

PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 129-153, 1995. p. 132.

PETERSEN, Silvia. Repensar a história do trabalho. **Espaço Plural**, v. 17, n. 34, p. 13–36, 2000.

PINHEIRO, Nuno. Fotografia e História social: utilização da fotografia como fonte para a História. **Imprensa da Universidade de Coimbra**, Coimbra, s/v. n.11 p. 107-119. 2011.

PORTES, A. La informalidad como parte integral de la economía moderna y no como indicador de atraso: respuesta a Kleiny Tokman. **Estudios Sociológicos**, v. 7, n. 20, p. 369–374, 1989.

PROST, Antoine. **Doze Lições de história**. 2.ed.; 6. reimp– Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

RIBEIRO JÚNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1,2: 235-242, set.1981.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

SÁ, Márcio. **Feirantes: Quem são e como administram seus negócios**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

SÁ, Márcio. **Filhos das feiras: Uma composição do campo de negócios do agreste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2018.

SANCHES, Osmar. Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico. **VII Ciclos de debates PUCSP**. São Paulo, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, José Daniel da. Vicente da Silva, **Festas boas de Caruaru-PE: da Conceição à capital do forró(1950-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

SILVA, Juliana Gouveia Alves da **“Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da sulanca!”: Um estudo sobre o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru-PE**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane (org.) . **O traço da desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SOUZA, Alana Moraes de. **“A gente trabalha onde a gente vive” A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Formas de trabalho no capitalismo atual: Condição precária e possibilidades de reinvenção**. São Paulo: Annablume editora, 2011

FONTES

Jornais:

Acervo do **Diário de Pernambuco**: Janeiro a Dezembro de 1960-1995.

Acervo **Jornal Vanguarda**: Janeiro a Dezembro 1980 a 1992.

Fotografias:

Acervo pessoal de Carlos Sá, em Caruaru.

Registros do autor.

Acervo do Diário de Pernambuco.

Acervo IPHAN.

Biblioteca IBGE.

Acervo do portal de Notícias G1

Acervo do blog Edvaldo Magalhães;

Referências áudio visuais.

Sulanca. Brasil, documentário, 1985, 45min. Produção: Arrecife. Direção Katia Mensel.

A moda da força. Brasil, documentário. 2013. 47 min. Produção : Tv Asa branca. Direção: Ulisses Brandão.

Pega-se facção. Brasil, documentário. 2020. 13min. Produção: Thaís Braga Direção: Thaís Braga
Entrevistas.

Dona Marina, entrevista realizada em 24 de Agosto de 2023. Dona

Márcia entrevista realizada em 24 Agosto de 2023.

Galego entrevista realizada em 21 de Maio de 2023. Bárbara

entrevista realizada em 9 de Setembro de 2023

Marcos entrevista concedida em 10 Fevereiro de 2023

